

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL

Simone Litwin Prestes

**Sentidos e imagens do patrimônio cultural em Erechim/RS na
iminência de sua preservação institucional**

Florianópolis
2012

Simone Litwin Prestes

**Sentidos e imagens do patrimônio cultural em Erechim/RS na
iminência de sua preservação institucional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Alicia Norma González de Castells

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Prestes, Simone Litwin

Sentidos e imagens do patrimônio cultural em Erechim/RS
na iminência de sua preservação institucional [dissertação]
/ Simone Litwin Prestes ; orientadora, Alicia Norma
González de Castells - Florianópolis, SC, 2012.

145 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Arquitetura e Urbanismo. 3.
Patrimônio Cultural. I. Castells, Alicia Norma González de.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-
Graduação em Antropologia Social. III. Título.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL
“Sentidos e imagens do patrimônio cultural em Erechim/RS na
iminência de sua preservação institucional”

Simone Litwin Prestes

Orientadora: Dr.^a. Alicia Norma González de Castells

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores (as):

Prof. ^a Dr. ^a Alicia Norma González de Castells
(Orientadora – PPGAS/UFSC)

Prof. Dr. Luiz Eduardo Fontoura Teixeira (PGAU/UFSC)

Prof. ^a Dr. ^a María Eugenia Domínguez (PPGAS/UFSC)

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (PPGAS/UFSC)

Prof. ^a Dr. ^a Alicia Norma González de Castells
(Coordenadora do PPGAS/UFSC)

Florianópolis, 28 de setembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação, bem como a pesquisa de campo realizada em Erechim, só foi possível em função da colaboração de diversas pessoas e instituições, pelos quais tenho a mais sincera gratidão.

Primeiramente, agradeço a toda a Família Litwin Prestes pelo apoio incondicional e pelo auxílio na pesquisa.

A Júlia, Luiz Carlos e Mateus Prestes pelo companheirismo, ensinamentos e o incentivo ao longo da vida.

A Prof.^a Alicia Norma González de Castells, minha orientadora, sou grata pela amizade, confiança e auxílio nesta caminhada conjunta, iniciada durante minha graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A CAPES e ao CNPq pela bolsa de mestrado.

Ao IBP – Instituto Brasil Plural, pelo financiamento da pesquisa de campo através do projeto “Navegando nas imagens – patrimônio ambiental e antropologia visual”, no qual esta pesquisa se insere através do subprojeto “Cidade e Patrimônio. Formas de fazer a cidade e formas de fazer na cidade”.

Ao PPGAS/UFSC e ao PPGAS/UFAM pela oportunidade de realização de um estágio sanduíche através do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Ação Novas Fronteiras – Edital PROCAD-NF nº 21/2009, em Manaus/AM.

A todas e todos os professores do PPGAS/UFSC, que de diversas maneiras, através das disciplinas, das atividades do programa e durante o período em que fui representante discente, contribuíram para minha formação como pesquisadora e minha inserção na Antropologia Social. Especialmente aos membros da banca de qualificação e da banca final, Carmen Rial, Maria Eugenia Dominguez, Rafael Victorino Devos e Luiz Eduardo Fontoura Teixeira.

As secretárias do PPGAS, Adriana Fiori e Karla Knierim, pela prontidão e auxílio ao longo do curso.

A todas e todos os colegas do NAUI e do PPGAS, pela troca de experiências e conhecimentos.

A todas e todos os cidadãos de Erechim que, mais do que informantes, (re)descobriram a cidade e suas edificações junto comigo, especialmente aos irmãos Luiz, Rosa e Oda Rigoni pela gentileza em abrirem as portas de sua casa para a realização desta pesquisa e pelo acolhimento sempre afável e prestativo.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

(Italo Calvino. As cidades e a memória 3.
In: As cidades invisíveis, 1990)

Sentidos e imagens do patrimônio cultural em Erechim/RS na iminência de sua preservação institucional

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa de campo realizada durante o processo, em curso, de preservação institucional do patrimônio cultural no município de Erechim/RS. A política de preservação é abordada através de suas etapas: produção, proteção e recepção do conjunto de bens, num processo que tem gerado diferentes opiniões, anseios e ações entre os cidadãos. O trabalho dá ênfase a Arquitetura de Madeira e aos agentes do campo do patrimônio. As edificações de madeira são analisadas como síntese entre os conceitos de patrimônio material e imaterial, visto que além de preservarem uma imagem que remete ao passado da cidade, são representativas do modo de construir dos imigrantes italianos e são envolvidas por relações sociais – práticas, laços familiares e memórias – que as humanizam e garantem sua conservação e permanência, apesar das transformações no espaço urbano. Os sentidos de preservação e tombamento são problematizados a partir de uma edificação de madeira pesquisada em profundidade, a Casa da Família Rigoni. As ações de diferentes agentes do campo patrimonial são abordadas através da problematização do patrimônio como marca da cidade e como experiência cotidiana, além de ser ressaltada a relevância da atividade turística agregada à política de preservação do patrimônio cultural municipal.

Palavras-chaves: política de preservação patrimonial, patrimônio material e imaterial, arquitetura de madeira, Erechim/RS.

Meanings and images of cultural heritage in Erechim/RS in the imminence of its institutional preservation

ABSTRACT

This dissertation is the result of a field research conducted during the ongoing cultural heritage preservation process in the city of Erechim/RS. The heritage preservation policy is addressed through its stages: production, protection and reception of the goods set, in a process that has generated different opinions, desires and actions among citizens. This work emphasizes the Wooden Architecture and the heritage field agents. The wooden buildings are analyzed as a synthesis between the concepts of tangible (material) and intangible (immaterial) heritage, inasmuch as they preserve an image that refers to the city's past, they are representative of the way Italian immigrants used to build and are involved in social relationships – practices, family ties and memories – that humanize them and ensure their conservation and permanence, despite transformations in urban space. The senses of preservation and tipping equity are problematized based on a wooden building that was researched in depth, the Rigoni Family House. The actions of different heritage field agents are addressed through the heritage as a city brand and the heritage as everyday experience, besides, is highlight the importance of tourism activity aggregate to municipal heritage preservation policy.

Keywords: cultural heritage preservation policy, tangible and intangible cultural heritage, wooden architecture, Erechim/RS.

LISTA DE FIGURAS

- PRANCHA 1 | Localização da cidade e bairros de Erechim | 49
- PRANCHA 2 | O Plano Urbano e a Arquitetura da Colonização | 53
- PRANCHA 3 | Da Arquitetura de Madeira à de Alvenaria | 57
- PRANCHA 4 | Da Arquitetura de Alvenaria à Verticalização | 61
- PRANCHA 5 | Arquitetura de Madeira em Erechim | 71
- PRANCHA 6 | A Casa Rigoni e a região da avenida central | 81
- PRANCHA 7 | O patrimônio como marca da cidade | 103
- PRANCHA 8 | Material turístico sobre Erechim e região | 115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COMPHAC | Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Erechim

CTGs | Centros de Tradições Gaúchas

IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPAC | Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Erechim

IPHAE | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul

IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PME | Prefeitura Municipal de Erechim

RS | Estado do Rio Grande do Sul

SETUR | Secretaria do Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

UFFS | Universidade Federal da Fronteira Sul

UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URI | Universidade Regional Integrada

SUMÁRIO

Introdução	21
Capítulo 1	
A patrimonialização de um conjunto arquitetônico	31
1.1. A cidade vivida se torna objeto de pesquisa 31	
1.2. Aspectos institucionais do patrimônio cultural 37	
1.2.1. O processo de patrimonialização em Erechim 44	
1.3. História urbana e patrimônio cultural 47	
1.3.1. O Plano Urbano e a Arquitetura de Madeira 51	
1.3.2. Da Arquitetura de Madeira à de Alvenaria 55	
1.3.3. Da Arquitetura de Alvenaria à Verticalização 59	
1.3.4. A centralidade do sítio cultural 63	
Capítulo 2	
Arquitetura de Madeira ou as casas que desafiam o tempo	65
2.1. Casas humanizadas: patrimônio material e imaterial 65	
2.1.1. Arquitetura de Madeira em Erechim 68	
2.2. A preservação da Casa Rigoni 77	
2.2.1. O coletivo, o individual e o familiar 87	
2.3. A palavra evitada: tombamento 91	
Capítulo 3	
Agentes do patrimônio cultural em Erechim	98
3.1. O patrimônio como marca da cidade 99	
3.2. Competitividade entre cidades: a atividade turística 110	
3.3. O patrimônio como experiência cotidiana 120	
Considerações Finais	130
Referências Bibliográficas	136
Outras fontes consultadas	144

Introdução

A pesquisa de campo que deu origem a esta dissertação foi realizada no município de Erechim, localizado no norte do Estado do Rio Grande do Sul, durante o processo, ainda em curso, de desenvolvimento da política de preservação do patrimônio cultural. Nascida na cidade, moradora por muitos anos e visitante frequente, tenho abordado o tema da preservação das edificações antigas e de sua institucionalização como patrimônio municipal desde trabalhos realizados durante a minha graduação em Arquitetura e Urbanismo. Com o ingresso no mestrado em Antropologia Social, vislumbrei a possibilidade de expansão do tema e conexão dessas disciplinas a partir do estudo do processo em desenvolvimento em minha cidade natal.

Desta maneira, a pesquisa e a dissertação tiveram como princípio a dissipação das bordas definidoras e a elaboração de uma zona de interface entre a Arquitetura e Urbanismo e a Antropologia Social através do Patrimônio Cultural. Para tanto, são destacados sentidos e imagens do patrimônio em Erechim a partir do estudo das edificações selecionadas como bens patrimoniais, com ênfase na Arquitetura de Madeira pensada enquanto síntese dos conceitos de patrimônio material e imaterial, em função das práticas, dos laços familiares e das memórias que as envolvem e humanizam. Além disso, os *agentes do campo* do patrimônio na cidade são analisados através da problematização do patrimônio cultural como marca da cidade e como experiência cotidiana, e a partir das ações relativas ao turismo.

Integrante da linha de pesquisa *Antropologia urbana e do patrimônio* do PPGAS/UFSC, esta dissertação dá sequência a uma série de discussões e trabalhos da linha de pesquisa *Patrimônio Cultural* do NAUI – Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, integrante do Laboratório de Antropologia Social do PPGAS/UFSC. Estas pesquisas, orientadas pela Prof.^a Alicia Castells, abordam dinâmicas urbanas e aspectos institucionais das políticas de patrimonialização, enfatizando a recepção e apropriação dos conjuntos patrimoniais junto a populações específicas e tendo como referenciais empíricos, em sua maioria, sítios históricos no sul do Brasil (Althoff, 2008; Antunes, 2009; Schwerz, 2009; Pacheco, 2010; Peterlini, 2012; Nardi, 2011; Rodrigues, 2011). Portanto, dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos por este grupo de pesquisadores, a dissertação que segue pretende ampliar a discussão sobre a produção, proteção e recepção de conjuntos patrimoniais, contribuindo com os estudos sobre patrimônio cultural no âmbito da teoria antropológica, além de elaborar uma interface com

aspectos da teoria e história da arquitetura e do urbanismo, aproximando estas áreas do conhecimento.

As políticas de preservação que constituem os patrimônios históricos, artísticos e culturais de uma nação, estado ou município, estão vinculadas aos Estados modernos e marcam a imagem das cidades onde estão localizados. Ao produzirem um universo simbólico encaram os desafios de serem representativos e aceitos como consensuais, tendo como objetivo reforçar uma identidade e uma memória, educar e formar cidadãos. Possuem alta eficácia simbólica, mas de alcance limitado uma vez que são políticas conduzidas por técnicos especializados e requerem o domínio de certos códigos e normas por parte dos cidadãos. Desta maneira, Fonseca (2009) trata as políticas estatais como constituidoras de um *campo*, nos termos de Bourdieu (1992), o que pressupõe que os antagonistas estejam em acordo sobre o que merece ser alvo de luta, no caso, a preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, o momento fundador da política de preservação, em meados da década de 1930, foi conduzido por intelectuais defensores de uma cultura identificada com os valores das camadas cultas, preocupados com a construção de um acervo de bens materiais. A partir da década de 1970 houve uma renovação com a definição de novos valores e interesses, que politizaram a prática de preservação no intuito de democratizá-la e colocá-la a serviço da construção da cidadania (Fonseca, 2009), processo este que culminou na lei de registro de bens imateriais. Segundo Arantes (2002), as políticas de preservação acompanham normas gerais formuladas em acordos internacionais e enfrentam desafios na sua transposição aos contextos nacionais. Além disso, outra mudança de escala ocorre no contexto brasileiro, onde os Estados e Municípios, mesmo acompanhando a política nacional, devem estar atentos às suas realidades específicas.

É nessa grande rede constituída por diretrizes, normas e ações relativas à preservação patrimonial, elaboradas em diferentes instâncias, que se insere o caso da preservação em Erechim. As determinações acontecem desde instâncias internacionais genéricas e programáticas, chegando ao contexto nacional onde as normas e ações determinam a identidade da nação. Estas normas são muitas vezes reproduzidas por Estados e Municípios, instâncias que em alguns casos incorporam especificidades locais a seus patrimônios. De acordo com Fonseca (2009), as políticas de preservação se realizam em três etapas: produção do conjunto, através do levantamento, seleção e classificação dos bens; proteção dos mesmos, através de leis, decretos e normas que visam garantir sua permanência no espaço urbano a partir do tombamento e do

restauração; e recepção dos bens e da política, o que revela a apropriação que a população faz dos mesmos e garante sua conservação.

A etapa de produção da política de preservação, em geral, resulta em um inventário onde os bens são listados e classificados segundo critérios técnicos, usualmente históricos e artísticos. Neste documento também são explicitados os critérios e justificativas que fundamentarão a proteção, que ocorre, principalmente, através do tombamento do patrimônio material¹ e do registro do patrimônio imaterial². No entanto, estas etapas envolvem questionamentos mais abrangentes, como a identificação dos *agentes* envolvidos no processo, seus objetivos, práticas, opiniões, desejos e expectativas, e o grau de envolvimento da sociedade, ou seja, recepção e a apropriação dos bens e da política que só podem ser analisadas em casos particulares.

A produção e a proteção de um patrimônio, como práticas sociais, estão firmadas em uma norma jurídica que funciona como linguagem performativa definidora de direitos e deveres, e que inscreve figurações concretas e visíveis de valores a serem transmitidos e preservados (Fonseca, 2009). Assim, é importante a distinção realizada pela autora, entre bem cultural e bem patrimonial. Ao considerarmos um bem como bem cultural junto ao seu valor de uso (utilitário) e de troca (econômico) enfatiza-se o valor simbólico (cultural). No caso dos bens patrimoniais selecionados pelo Estado o valor simbólico é destacado referindo-se a uma identidade e memória relacionadas às unidades políticas – nação, estado, município. Assim, os bens patrimoniais contribuem na fixação de sentidos e imagens, priorizando leituras que lhes atribuem valor histórico, artístico, etnográfico, ambiental etc.

O que justifica o reconhecimento de um bem cultural como bem patrimonial e sua proteção pelo Estado é o seu valor simbólico definido no nível da “economia das trocas simbólicas” (Bourdieu, 2005), sendo baseado em determinadas relações entre os *agentes* sociais. Por serem valores atribuídos é preciso considerar “o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social” (Fonseca, 2009: 41). Assim, as políticas de preservação, especialmente as ações de proteção, lidam com questões complexas que envolvem diferentes emoções, afetos, interesses, preferências e gostos, além de projetos

¹ Bens móveis: objetos de arte, coleções, artesanato. Bens imóveis: sítios arqueológicos, monumentos, edificações, centros históricos, e paisagens.

² Saberes, modos de fazer, formas de expressão, celebrações, festas e danças populares, lendas, músicas e costumes.

heterogêneos e contraditórios. O poder público oscila entre os interesses, valores e expectativas preservacionistas e os de empresas e indivíduos que colocam o mercado como referência básica, junto ao direito de propriedade e a liberdade individual. Portanto, neste quadro complexo e conflituoso o cientista social deve perceber e compreender os diferentes pontos de vista dos *agentes*, uma vez que o conflito é um fenômeno constitutivo de negociação da vida social (Velho, 2006).

Importante ressaltar, que as etapas da política de preservação podem ocorrer de forma simultânea ou sequencial. Em Erechim o poder municipal é o promotor e articulador da produção e proteção do acervo patrimonial, sendo que a seleção dos bens reproduz critérios nacionais e seus objetivos são claros: preservar a paisagem e a memória urbana e desenvolver seu potencial turístico. A produção do conjunto de bens patrimoniais no município teve início no ano 2000 com a aprovação de leis que declararam lugares e eventos como patrimônio municipal, e teve seu auge com o IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural, elaborado em 2009 e que lista 142 bens indicados para tombamento. Nota-se que no município as etapas de produção e proteção têm ocorrido de maneira simultânea em um processo que tem gerado diferentes práticas, opiniões, desejos e expectativas entre os cidadãos.

A recepção dos bens por diferentes grupos tem relação com o acesso às significações e valores que justificam a preservação, ou seja, os modos e condições de recepção desse universo simbólico (Fonseca, 2009). Mesmo que o processo de preservação patrimonial em Erechim não tenha sido concluído, há aspectos da recepção da política patrimonial e da apropriação dos bens que podem ser problematizados. Ainda segundo Fonseca, a recepção das significações e valores atribuídos a um bem possui uma dinâmica própria em dois sentidos: quanto à mutabilidade em diferentes momentos históricos³; e à multiplicidade em um mesmo momento e contexto, em função de grupos que são econômica, social e culturalmente diferenciados. Daí, a importância da democratização da apropriação simbólica, para além da difusão de significações produzidas pelos agentes da ação pública. Essa democratização deve levar em conta a complexidade da recepção evidenciando usos diferenciados de um mesmo bem por diversos grupos, bem como os limites que se interpõem à apropriação, tendo em vista o caráter dinâmico e ativo de qualquer apropriação social. A recepção dos bens está intimamente relacionada à sua ressonância, ou

³ Mudanças que dizem respeito à noção de patrimônio e as concepções do que seja significativo por seu valor histórico, artístico etc.

seja, o reconhecimento pela população a que se refere determinado conjunto de bens patrimoniais.

As etapas da política de preservação em Erechim são abordadas ao longo do texto através de desdobramentos da pesquisa de campo, que delimitaram as temáticas destacadas nesta dissertação. A história urbana e o conjunto de bens patrimoniais no município são apresentados a partir de uma leitura conjunta, que tem por objetivo demonstrar os valores priorizados na produção do conjunto e sua relação com o crescimento e desenvolvimento da cidade. Do conjunto patrimonial foi destacada como categoria analítica a Arquitetura de Madeira, pensada enquanto síntese dos conceitos de patrimônio material e imaterial, a partir da noção de objeto documental (Silveira e Lima Filho, 2005) e aprofundada através das categorias materialidade, subjetividade e ressonância (Gonçalves, 2005). Esses conceitos discutem o patrimônio nos termos da teoria antropológica inserindo o assunto em questões amplas como a cultura e as relações entre o sujeito e o mundo.

A Arquitetura de Madeira em Erechim é entendida como síntese dos conceitos de patrimônio material e imaterial por ser um modo de construir característico dos imigrantes italianos na época da implantação da cidade, que foi mantido e reinterpretado ao longo dos anos produzindo um conjunto diversificado de edificações. A manutenção das edificações de madeira no espaço urbano se realiza ainda que não exista uma lei que a institua e institucionalize, pois depende de outros fatores, dentre os quais são destacados as práticas, os laços familiares e as memórias de seus proprietários e usuários. O conjunto de edificações de madeira na cidade é um dos contextos no qual se insere a edificação pesquisada em profundidade, a Casa da Família Rigoni, a partir da qual são problematizados os sentidos de preservação e tombamento.

As edificações são conservadas independentemente de uma lei que determine sua obrigatoriedade, portanto, a preservação é entendida em dois âmbitos: o institucional, que se refere às ações da PME e de outros órgãos públicos; e o privado, que diz respeito às relações sociais e as práticas que conservam as casas em suas características originais e as mantém no espaço urbano. Assim, a preservação no âmbito privado é fundamental às políticas estatais, especialmente no que diz respeito à recepção da política de preservação e a apropriação e ressonância dos bens patrimoniais. A análise sobre os dois âmbitos da preservação só foi possível com a revisão dos dados coletados em campo e em função da persistência em compreender o que me parecia um paradoxo: por mais difícil que seja a manutenção das edificações de madeira e mesmo que seus proprietários tenham a preservação, sua conservação é evidente.

Durante a análise dos dados e a releitura de textos e anotações, me deparei com a seguinte observação feita por um professor: “o legal da antropologia é quando achamos o *gap*, uma diferença, entre o que as pessoas dizem que fazem e o que elas efetivamente fazem”. Este foi o ponto de partida para pensar a preservação das edificações antigas em Erechim, pois por mais que haja fatores contrários e que muitos temam o tombamento e se digam contrários à preservação, suas ações preservam as edificações e suas reações, na maior parte das vezes, desaprovam práticas como a demolição ou alteração das características originais de edificações que julgam importantes referenciais no espaço urbano. Com isso, foi possível perceber que a preservação no âmbito privado, além de fundamental, é muitas vezes mais efetiva e eficiente do que as ações institucionais. Neste sentido, o exemplo da Casa Rigoni permitiu que fossem destacados elementos da preservação no âmbito privado: as relações sociais observadas nas práticas, nos laços familiares e nas memórias que envolvem a edificação. Esta elaboração mostrou a necessidade de compreender a diferença entre preservação e tombamento, bem como o entendimento deste instrumento de proteção, tão temido entre os erechinenses.

Após a análise dos sentidos de preservação e tombamento e da identificação dos elementos que fundamentam a manutenção das edificações de madeira em Erechim, os esforços de análise foram concentrados nos acordos, conflitos e negociações dos *agentes* do *campo* patrimonial. Estes conceitos, utilizados nos termos de Bourdieu (1992, 2011), permitiram a identificação dos *agentes* em Erechim, cujas práticas são problematizadas em função da atividade turística e do entendimento do patrimônio cultural como marca da cidade e como experiência cotidiana. Esses temas já estavam presentes no projeto de pesquisa e aprofundados com os dados de campo revelaram que: um mesmo indivíduo pode participar das disputas do campo patrimonial em ações que se referem a diferentes agências; os laços familiares são relevantes em ambos os âmbitos de preservação; e que as memórias suscitadas pelas edificações antigas são múltiplas e variadas. Assim, verificou-se que há uma linha tênue separando o patrimônio como marca da cidade e como experiência cotidiana, e que a atividade turística pode ser um fator determinante para ambos.

Toda e qualquer cidade representa um tempo passado contido em suas edificações e espaços urbanos, que revelam uma sucessão de transformações. Portanto, o patrimônio cultural é uma leitura do passado através do presente, que busca garantir a permanência de sentidos e imagens para as gerações futuras. Sendo o patrimônio cultural o passado

ressignificado pelo presente é importante lembrar que os significados do passado e do presente se interceptam construindo redes de significados, cuja decifração é mais complexa. Buscando compreender essas redes de significados, que são tanto institucionais quanto particulares, o esforço da pesquisa foi de um enfoque *de perto e de dentro* (Magnani, 2002), que busca, a partir dos arranjos dos *agentes*, identificar, descrever e refletir sobre os diferentes aspectos, pontos de vista e cenários do exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida pública em relação ao patrimônio cultural em Erechim.

Para tanto, foram priorizadas duas cadeias de operações que revelam as “maneiras de praticar” dos *agentes*: os gestos e os relatos (Certeau e Giard, 2008). Ambas, manipulam e deslocam objetos e modificam suas repartições e empregos, produzindo séries que ao casarem citações do passado com extratos do presente revelam processos gestuais e itinerários narrativos, onde os contrários simbolizam. Os gestos são entendidos como o passado selecionado e reempregado em usos presentes, são artes de “fazer com” que possibilitam usos polissêmicos dos lugares e das coisas. Os relatos insinuam espaços cuja materialidade é preenchida por diferentes subjetividades, que lhes atribuem profundidade, sendo a “língua das operações” dos praticantes, que ao emergir memórias e legitimar práticas permitem seguir etapas de operatividade. Segundo os autores, nas cidades ocorre uma guerra onde os grandes relatos esmagam ou atomizam os pequenos.

A pesquisa de campo teve como princípio uma imersão profunda e intensa, pois como alerta Geertz (2011), o pesquisador deve conjugar dados de observação e de entrevistas com resultados de outros materiais, tais como fotografias, registros documentais e produções do próprio grupo pesquisado. Assim, a coleta dos dados buscou diferentes fontes que pudessem ser cruzadas e foi realizada através da pesquisa documental detalhada, da observação participante por um longo período e de entrevistas em profundidade. Ainda segundo o autor, estes dados devem resultar em uma descrição densa da realidade estudada, que permita a interpretação de seus significados. Portanto, o discurso social é revelado tanto nas palavras quanto nas ações e a análise cultural é, ou pelo menos deveria ser, uma “adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas” (idem: 14), ou seja, aberta as possibilidades advindas da pesquisa, e não uma descoberta ou o mapeamento de significados. Pensando nisso, este texto foi baseado em categorias identificadas durante a pesquisa, que foram sistematizadas e analisadas.

A análise dos dados de campo presente nesta dissertação foi realizada a partir de categorias e classificações técnicas, como os critérios de seleção dos bens patrimoniais; e categorias apreendidas durante a pesquisa de campo, como a relação entre os laços familiares e a preservação das edificações. Além de importantes neste sentido, as relações familiares foram fundamentais no contato com os informantes institucionais e particulares. As tensões vivenciadas durante a pesquisa também foram fundamentais no desenvolvimento das ideias presentes neste texto, como, por exemplo, a desconfiança de muitos cidadãos quanto aos objetivos da pesquisa e a minha presença. Este fato, em um primeiro momento entendido como uma rejeição, que poderia ser pessoal, se revelou como um mecanismo de defesa dos cidadãos, que mal informados quanto ao processo de preservação e as terminologias a ele atrelados temiam que eu fosse uma agente de ação pública que tombaria suas casas.

No caso dos proprietários e usuários das edificações classificadas como bens patrimoniais e de edificações de madeira significativas, a primeira aproximação se dava durante as saídas fotográficas, que tinham por objetivo conhecer o conjunto urbano como um todo e verificar o estado de conservação das edificações. Nesses primeiros contatos eram marcadas entrevistas e/ou visitas às casas, uma forma de adentrar no espaço privado e observar elementos para além dos relatos. Esta maneira de abordagem se mostrou ambígua, pois ao mesmo tempo em que permitia uma visão abrangente do patrimônio e de seus usuários, reforçava o clima de desconfiança, em função das fotografias. Com o tempo descartei o uso da câmera na primeira aproximação e vendo poucas diferenças no tratamento dirigido a mim voltei a realizar os contatos durante as saídas fotográficas. A produção de um acervo de fotografias das edificações, especialmente do interior da Casa Rigoni, foi essencial durante a análise dos dados, permitindo verificações e novas reflexões, no entanto, a pedido dos informantes as fotografias do interior da casa não constam na dissertação. Ao final da pesquisa pude perceber que o ato de fotografar, bem como a análise de fotografias de terceiros, foi um instrumento importante, que em alguns momentos facilitou a pesquisa, mas em outros inibiu certas circunstâncias.

A maior parte das entrevistas com os proprietários e usuários foi realizada nas edificações antigas e das com os técnicos na PME em seu lugar de trabalho, em raros casos foram marcados encontros no espaço urbano ou em estabelecimentos comerciais, como lanchonetes. Essa variação dos ambientes aconteceu a pedido dos informantes, que se sentiam mais a vontade nesses lugares, desejo que procurei respeitar

para que pudesse obter o máximo de informações ao tempo em que evitava desconfortos e na expectativa de que houvesse a possibilidade de outros encontros. Priorizar o conforto dos informantes teve resultados interessantes, principalmente junto aos irmãos Rigoni, com quem desenvolvi uma relação que permitiu um convívio direto em situações cotidianas, frequente e muitas vezes ocasional, pois morava na vizinhança a uma quadra da casa.

A maior dificuldade foi gravar o áudio das entrevistas, pois muitas pessoas não se sentiam a vontade em terem seus relatos e opiniões gravados, por isso, o uso do gravador só foi possível junto aos informantes com quem consegui ter uma relação mais próxima e, mesmo assim, em muitos casos percebi certo desconforto e a omissão de determinadas opiniões, que eram sempre mais cautelosas quando o gravador estava em cena. Ao analisar os dados de campo percebi que nos encontros em que eu estava apenas fazendo anotações havia maior riqueza de detalhes e posicionamentos quanto às questões abordadas. Em alguns casos, apesar da veemente negação do registro sonoro ou fotográfico os informantes foram acolhedores e prestativos. Muitos me perguntaram minha opinião, especialmente quando falávamos sobre a questão do tombamento, em todas às vezes busquei esclarecer desentendimentos e dúvidas quanto ao tema e expressei minha posição, de que apesar de ver muitos problemas em relação ao tombamento acredito que este é um instrumento importante, no entanto, não deve ser entendido nem utilizado como o único meio de preservação.

Além das saídas fotográficas, das observações do espaço urbano, da pesquisa junto às edificações antigas e das entrevistas com indivíduos que desempenham diferentes agências em relação ao patrimônio, as visitas a bibliotecas e arquivos foram extremamente produtivas. Os acervos que visitei continham diversos documentos sobre a história urbana, bem como fotografias e materiais de divulgação da cidade. Dentre esses locais destaco os mais relevantes: Arquivo Histórico Municipal; Arquivo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo; Biblioteca do Colégio São José e Biblioteca do Instituto Barão do Rio Branco. Os livros, jornais, revistas, documentos oficiais, fotografias antigas e atuais e o material de divulgação turística da cidade, também foram fontes importantes e reveladoras das diversas leituras, opiniões, desejos e expectativas em relação à cidade.

Sobre as terminologias utilizadas nesta dissertação algumas observações são importantes. Não havendo a delimitação de um “centro histórico” em Erechim nem o uso deste termo no IPAC, optei por utilizar a expressão sítio cultural para me referir à área histórica, gênese

da implantação da cidade. Esta expressão é utilizada em documentos oficiais da UNESCO sobre o patrimônio mundial e foi escolhida, pois a área histórica municipal atende aos critérios definidos pelo órgão internacional, que são baseados em discussões sobre o tema. A expressão Arquitetura de Madeira se refere a uma tipologia de análise, que amplia as categorias do IPAC e busca refletir sobre a materialidade e a imaterialidade das edificações em geral. Portanto, o termo edificações é utilizado de forma generalizada para se referir as construções antigas, sendo geralmente acompanhado por um adjetivo ou explicação. O termo prédio é utilizado para as edificações em altura, com mais de seis pavimentos, representantes do processo de verticalização, e o termo casa se refere às edificações residenciais que são propriedade de famílias tradicionais e, em geral, está acompanhado do nome de família, distinção comumente utilizada entre os cidadãos.

A dissertação é dividida em três capítulos organizados em função das temáticas escolhidas como mais significativas entre os dados da pesquisa de campo. O primeiro capítulo foi elaborado de forma a contextualizar a pesquisa quanto a alguns temas, por isso, enfatiza a reflexão sobre o lugar desde onde fala a pesquisadora, analisa e descreve de aspectos institucionais de preservação do patrimônio cultural, bem como apresenta a história urbana relacionada às categorias de classificação dos bens patrimoniais, sintetizadas em quatro imagens do sítio cultural. Partindo do conjunto a ser patrimonializado pela PME, o segundo capítulo analisa um conjunto específico de edificações classificadas como Arquitetura de Madeira, que encontra seu exemplo específico na Casa Rigoni, edificação pesquisada em profundidade a partir da qual são problematizados os sentidos de preservação e tombamento e os elementos que humanizam as casas: as práticas, os laços familiares e as memórias de seus proprietários e usuários. Por fim, o terceiro capítulo analisa as ações dos *agentes do campo* do patrimônio em Erechim, a partir da atividade turística e da problematização do patrimônio como marca da cidade e como experiência cotidiana.

Este trabalho pretende revelar os diferentes objetivos, práticas, opiniões, desejos, expectativas e leituras da cidade que fazem parte deste processo dinâmico e complexo que é o desenvolvimento de uma política de preservação do patrimônio cultural. Isso porque toda a produção de um conjunto patrimonial tem um caráter “construído” ou “inventado”, uma vez que cada nação, grupo, família ou instituição, constrói seu patrimônio para articular e expressar sua identidade e sua memória.

Capítulo 1

A patrimonialização de um conjunto arquitetônico

Com o objetivo de dar referências sobre o contexto da pesquisa e da temática desta dissertação, este capítulo inicia com a qualificação do lugar desde onde fala a pesquisadora e uma breve reflexão sobre a pesquisa de campo. Em seguida, é apresentado um panorama de aspectos das políticas de preservação patrimonial em diferentes níveis institucionais. Por fim, o patrimônio cultural e a história urbana em Erechim são articulados em quatro imagens do sítio cultural, nas quais são apresentados sucessivos tempos do desenvolvimento urbano através de transformações e das tipologias arquitetônicas inventariadas.

1.1. A cidade vivida se torna objeto de pesquisa

Esta pesquisa nasce de inquietações que fazem parte de minha trajetória profissional e pessoal. Natural da cidade de Erechim, e moradora por muitos anos, meu olhar sobre o lugar era estritamente pessoal, pois foi o espaço cotidiano de minha infância e adolescência, acionador de muitas de minhas memórias e onde criei e mantenho parte de meus laços afetivos. O olhar acerca dessa paisagem sentimental e vivida começou a se transformar ao longo de minha formação como arquiteta e urbanista, período em que, morando em Florianópolis, as visitas periódicas à Erechim criavam questionamentos.

Meu olhar sobre o espaço urbano erechinense foi transformado por referências e preocupações técnicas. Comecei a perceber na cidade as características e consequências de projetos e intervenções, além de identificar entre suas edificações diferentes estilos arquitetônicos, marcas dos diferentes períodos de seu desenvolvimento. Passava a olhar a minha cidade natal através das lentes da arquitetura e do urbanismo, que fizeram meu interesse voltar-se às questões do planejamento urbano, em especial as que levam em conta a participação da sociedade civil.

Curiosa pelas ciências humanas em geral, cursei na graduação as disciplinas *Antropologia Filosófica* (Psicologia), *Sociologia da Educação* e *Antropologia Urbana* (Ciências Sociais). Nesta última, o contato com a Profa. Alicia Castells me proporcionou participar junto ao NAUI de um projeto de pesquisa⁴, experiência que me aproximou ainda mais da Antropologia. Durante quase toda a graduação participei do

⁴ Inventário Nacional de Referências Culturais, Sertão de Valongo, Porto Belo/SC, IPHAN/SC.

AMA⁵, na gestão do ateliê e em um projeto de extensão⁶, oportunidade que reafirmou minha certeza quanto à diversidade de experiências cotidianas possíveis em um mesmo lugar da cidade. Estes trabalhos me transformaram como cidadã e profissional ao revelar a diversidade de *agentes* que devem participar das discussões sobre as políticas públicas.

Em meu Trabalho de Conclusão de Curso abordei aspectos das negociações entre técnicos e moradores no planejamento urbano, a partir das discussões do Plano Diretor Participativo de Florianópolis. Para tanto, frequentei as reuniões de um dos grupos comunitários discutindo com os moradores seus desejos e expectativas, ao mesmo tempo em que participava da construção de soluções técnicas como estagiária no SEPHAN⁷. Acompanhar o cotidiano da preservação e gestão institucional do patrimônio trouxe outras reflexões sobre a participação da sociedade civil no planejamento urbano.

A ampliação de minhas preocupações em relação às questões humanas no meio urbano me levou ao mestrado em Antropologia Social, que aliada à possibilidade de realizar uma pesquisa sobre o patrimônio cultural em Erechim culminou no projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação. Desenvolvida dentro da linha de pesquisa *Antropologia urbana e do patrimônio* do PPGAS, dá sequência a discussões e estudos da linha de pesquisa *Patrimônio Cultural* do NAUI. Abordando aspectos institucionais das políticas de preservação, este e outros estudos do Núcleo, enfatizam a recepção e apropriação de conjuntos patrimoniais por populações específicas. Assim, contribuindo com os estudos sobre patrimônio no âmbito da teoria antropológica, esta dissertação discute a produção, proteção e recepção de conjuntos, e a materialidade e imaterialidade dos bens patrimoniais.

A preservação institucional do patrimônio cultural no Brasil tem sido ampliada com a incorporação de novas referências históricas e identitárias, existindo uma demanda crescente pelo estudo do tema. As ações de proteção dos bens, regidas por diretrizes internacionais, devem ser problematizadas para sua transformação em uma política nacional, que por sua vez, influencia as ações estaduais e municipais de maneira direta ou sob a forma de referências técnicas e teórico-metodológicas. Esta rede de influência, que atravessa diversas escalas, deve ser problematizada quanto às necessidades e desafios de cada caso.

⁵ Ateliê Modelo de Arquitetura – AMA | ARQ | UFSC.

⁶ Galpão Cultural e Parque – Integração Comunidade da Serrinha e UFSC.

⁷ Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural – SEPHAN, gerência do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, autarquia da Prefeitura Municipal.

O extremo dessa rede de influência diz respeito aos usuários cotidianos dos bens e, especialmente, os proprietários das edificações. O estudo da recepção das políticas de preservação e a apropriação que exercem sobre tais bens são fundamentais para o entendimento da ressonância exercida pelas políticas patrimoniais. A investigação desses aspectos é importante para a democratização das ações institucionais, uma vez que através dos sentidos revelados nas práticas cotidianas se descortinam os objetivos, práticas, opiniões, desejos, expectativas e memórias dos cidadãos. Estes elementos são fundamentais para o sucesso das políticas de preservação e para a formação de sujeitos críticos e atuantes, pois revelam visões de mundo e modos de vida heterogêneos que também fazem parte da nação, do estado ou da cidade, e que nem sempre se encaixam no discurso hegemônico sobre o que é ser brasileiro, gaúcho ou erchinense.

A busca por conhecimentos que envolvam as imagens de uma cidade e os imaginários de seus cidadãos me acompanha desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo. O mestrado em Antropologia Social trouxe instrumentos importantes para este tipo de interpretação, revelando a potencialidade da lente antropológica para tal objetivo. Os múltiplos olhares construtores e construídos pelo meio urbano nutrem minhas reflexões sobre a necessidade de agregar as opiniões e expectativas dos cidadãos às práticas dos agentes da ação pública. Para tanto, a aplicação conjunta dos saberes de minhas áreas de formação, utiliza o patrimônio como tema, pois este “proporciona o conhecimento de linguagens diferenciadas e remete à memória social, através da qual se constroem e se reconstróem as identidades de grupos, de sociedades, de nações e de povos” (Beltrão e Caroso, 2007: 45).

Baseado no diálogo entre as disciplinas, o estudo do significado da dimensão simbólica do patrimônio aliado ao ponto de vista nativo tem ganhado força. Desde o início a Antropologia é marcada pela ideia de preservação e os “estudos de memória, patrimônio e cultura material vêm ganhando visibilidade e inserindo-se no movimento contemporâneo de uma Antropologia voltada para pensar a sociedade do observador” (Lima Filho e Abreu, 2007: 39). Como consequência, o rompimento das fronteiras disciplinares contribui sobremaneira ao conhecimento da problemática associada ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento das políticas de preservação para que os instrumentos de produção e proteção promovam uma recepção e apropriação consciente e crítica dos bens patrimoniais pelos cidadãos, consolidando sua ressonância.

Toda cidade apresenta, no conjunto de suas edificações, um relato de sua história. Ao pensarmos que cada estilo arquitetônico é o registro

de uma etapa do desenvolvimento urbano e representante de diferentes temporalidades, ao caminharmos por uma rua podemos ler parte de sua história. Da mesma maneira, cada edificação materializa em seus espaços tempos sucessivos, bem como as memórias e modos de vida de seus usuários. Portanto, cidade e edificação são continentes repletos de conteúdos, que dizem respeito ao espaço e a vida das pessoas que nelas habitam. Um conjunto de edificações preservado tem sua materialidade garantida, contudo, o mesmo não necessariamente ocorre com a imaterialidade que a acompanha e lhe dá sentido.

Ao produzir um patrimônio histórico, artístico e cultural a Prefeitura Municipal de Erechim cristaliza parte da história urbana e define uma imagem a ser reproduzida como marca da cidade. Esta imagem também diz respeito ao contexto em que a cidade está inserida: um mundo globalizado onde a competição entre cidades é acirrada e a atividade turística é colocada como uma importante fonte de renda. Além disso, as edificações são o lugar da experiência cotidiana dos *agentes* que as mantém no espaço urbano por diferentes razões e que mesmo não estando efetivamente presentes nas discussões sobre a política de preservação, são quem de fato conserva e humaniza tais edificações através de seus usos e de suas vivências.

O esforço da pesquisa de campo foi de compreender a articulação entre a materialidade e a imaterialidade presentes na Arquitetura de Madeira na cidade de Erechim em um momento específico: o desenvolvimento, no âmbito municipal, de uma política de preservação para um conjunto de bens patrimoniais. Para a realização da pesquisa, foi necessário, por parte da pesquisadora, um esforço de *transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico*, nos termos de Da Matta (1978). Para desenvolver esta reflexão, primeiramente resgato alguns argumentos do autor.

De fato, só se tem Antropologia Social quando se tem de algum modo o exótico, e o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica estar só e tudo desemboca — para comutar rapidamente essa longa cadeia — na liminaridade e no estranhamento (Da Matta, 1978: 28).

O autor classifica os dois termos – exótico e familiar – como representantes de dois universos de significação e em ambas as transformações se fazem necessárias vivências dos dois domínios por

um mesmo sujeito disposto a situá-los e apanhá-los. Assim, a *transformação do exótico em familiar* indica um ponto de chegada, sua apreensão se realiza primordialmente por uma via intelectual, por meio de apreensões cognitivas. A *transformação do familiar em exótico* indica um ponto de partida, onde é necessário um desligamento emocional, pois a familiaridade foi obtida via coerção socializadora e não via intelecto (Da Matta, 1978).

Posto isso, penso que no caso desta pesquisa foram realizados os dois movimentos. Primeiramente a *transformação do familiar em exótico* como ponto de partida da pesquisa. Um primeiro distanciamento ocorreu quando minha relação com a cidade deixou de ser de moradora e passou a ser de visitante, ocasiões em que sentia a distância social gerada pelo convívio esporádico, representada por uma marginalidade absoluta quando não estava na cidade e por uma marginalidade relativa quando a visitava. Destas situações decorreu um distanciamento psicológico, explícito no estranhamento vivenciado pela mudança dos meus hábitos e modo de vida, que nem sempre coincidiam com os dos erchinenses que continuavam a viver cotidianamente na cidade. Finalmente, um terceiro movimento se deu quando passei a ver a cidade como arquiteta e urbanista, situação em que deixava de lado minhas lembranças e afetos, observando e interpretando a cidade e suas edificações a partir do conhecimento técnico que adquiria.

Por consequência, ao escrever o projeto e iniciar a pesquisa de campo esses distanciamentos vieram à tona e foram racionalizados para que pudesse olhar e interpretar através de um escopo teórico. No entanto, a vivência em campo colocou a necessidade da *transformação deste exótico em familiar*, pois foi necessária uma readaptação ao cotidiano do lugar, aos hábitos e modos de vida locais, através de apreensões cognitivas realizadas durante a pesquisa de campo. A necessidade de incorporar referenciais antropológicos à observação e a interpretação da cidade e de suas edificações também foi necessária, uma vez que uma das propostas da pesquisa é aliar os conhecimentos de minhas áreas de formação. Realizar essas transformações foi um exercício intelectual e emocional árduo, mas gratificante.

Os argumentos de Da Matta são seguidos por Velho (1978), que atenta para a complexidade da categoria distância, pois “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas até certo ponto, conhecido” (idem: 39). Ou seja, familiaridades e exotismos não são necessariamente fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. Nesta pesquisa, isso ficou evidente no que diz respeito

à Arquitetura de Madeira em Erechim. Ao iniciar a pesquisa de campo, com base em minha vivência e em função das leituras realizadas, pressupunha que este tipo de edificação estava em vias de desaparecimento, no entanto, constatei o oposto. As edificações de madeira são abundantes e diversas quanto às tipologias e as temporalidades que representam. Por mais difícil que seja sua manutenção, são conservadas no espaço urbano e podem ser interpretadas como um exemplo de síntese entre a materialidade e a imaterialidade de um bem patrimonial, como exposto do Capítulo 2.

A pesquisa de campo realizada nas edificações de madeira permite algumas considerações sobre o contato com os cidadãos. Por exemplo, ter sido apresentada aos informantes por pessoas conhecidas deles ou eles conhecerem a minha família facilitou a obtenção de dados. Todos os informantes perguntaram meu sobrenome, na intenção de identificar minha família e sua origem em relação às etnias de imigrantes que formaram o município. Identificar as casas e as pessoas por seus sobrenomes é uma prática comum na cidade, o que revela a importância dos núcleos familiares. A questão familiar, além de identificar a pesquisadora, também se mostrou relevante no que diz respeito à conservação das edificações antigas, como exposto nos Capítulos 2 e 3.

A identificação de minha origem, através de meus familiares, foi a maneira como começava a ganhar a confiança de meus informantes. O fato de ser erechinense e ter minha família ainda residindo na cidade foi fator de mudança de tratamento em alguns casos, facilitou meu acesso à intimidade do espaço interior das casas, bem como o acesso a alguns acervos e documentos públicos e oficiais. Nas casas onde não houve “intermediários” as conversas não passavam do portão, que separa o terreno da rua. As consequências desses contatos, que misturaram interesses profissionais com relações pessoais e íntimas, foram os laços criados ou reforçados durante a pesquisa de campo. Esses laços sociais se revelaram no tratamento mais íntimo que recebia a cada visita, nos convites para uma breve conversa quando passava em frente a determinadas edificações e nas próprias conversas, que a cada visita ficavam mais soltas permitindo que as opiniões fossem expressas com mais clareza. Postas essas questões que contextualizam o lugar desde onde fala a pesquisadora, passamos a contextualização de aspectos institucionais da proteção do patrimônio cultural, no que diz respeito às esferas de intervenção: internacional, nacional, estadual e municipal.

1.2. Aspectos institucionais do patrimônio cultural

A compreensão da noção de patrimônio através de um breve resgate histórico-conceitual é o ponto de partida para a contextualização das esferas de intervenção das políticas de preservação. A expressão patrimônio cultural “designa de fato construções ideológicas – ou representações – que requerem, elas mesmas, explicação” (Arantes 2009: 11). Portanto, o patrimônio cultural no que se refere às políticas de preservação e promoção desenvolvidas pelo Estado, não se confunde com os conhecimentos, atividades e artefatos que estruturam a vida social, criando identidades e sentimentos de pertença. O patrimônio é instituído por um processo de atribuição de valor realizado na esfera pública, entendida por Arantes como o conjunto de instituições de representação e participação da sociedade civil no espaço político-administrativo do Estado.

Esta diferença, entre cultura e patrimônio, também é destacada por Fonseca (2009), que ao estudar os processos e as práticas de construção de patrimônios reafirma a centralidade dos processos de atribuição de valor. Ao considerar um bem qualquer como bem cultural junto aos seus valores utilitário e econômico enfatiza-se seu valor simbólico, referente às significações culturais. No caso dos bens patrimoniais o valor simbólico refere-se a uma identidade coletiva baseada numa unidade política (nação, estado, município).

A noção de patrimônio é dinâmica e sua definição atual, “enquanto um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural por meio dos quais um grupo social pode se reconhecer enquanto tal” (Abreu, 2007: 267), foi lenta e gradual. Formulada pela sociedade moderna ocidental, diz respeito a uma noção específica de herança, que pode não fazer sentido em outros contextos. Desde sua concepção original esta noção foi reformulada e transformada diversas vezes, através da justaposição de diferentes significados e da revisão, ampliação, substituição e incorporação de seus conceitos básicos.

Segundo Fonseca (2009) a noção de patrimônio envolve memória e tradição na construção de identidades coletivas, além de ser um recurso dos Estados-nação modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação. Permeando essas dimensões está o uso simbólico que diferentes grupos sociais fazem dos bens patrimoniais, ou seja, o valor atribuído aos bens como meios para se referir ao passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento. Desta maneira, o conjunto de bens patrimoniais é constituído como marca do tempo de determinado grupo social no espaço.

Para que os bens culturais sejam bens patrimoniais é preciso que se aceite a convenção de determinadas significações e que existam interlocutores dessa forma de comunicação social, seja para aceitá-la ou transformá-la (Fonseca, 2009). Assim, as políticas de preservação são tratadas como constituidoras de um *campo*, nos termos de Bourdieu (1992), que pressupõe que os antagonistas entrem em um acordo sobre o que merece ser alvo de luta, neste caso, os objetivos de preservação e os bens selecionados. Desta maneira, as disputas do *campo* patrimonial são realizadas através de acordos, conflitos e negociações de interesses dos diferentes *agentes* que definem esquecimentos e lembranças.

Na Europa, até o século XVIII, as ações deliberadas de preservação de monumentos eram ocasionais e realizadas por segmentos sociais dominantes – especialmente a Igreja e a aristocracia – na pretensão de conservar seus bens. Aos membros das sociedades de antiquários, os objetos antigos interessavam enquanto documentos dotados de valor artístico. As mudanças ocorridas com a Revolução Francesa (1789–99) acarretaram dimensões mais complexas ao tema. Na França pós-revolucionária, os atos de vandalismo e a destruição de bens identificados com o Antigo Regime eram justificados pela população como destruição dos vestígios do período anterior. Mas, uma vez que estes atos contrariavam os ideais Iluministas de acumulação e difusão do saber, o governo revolucionário e alguns intelectuais se mobilizaram para a salvaguarda de bens considerados imprescindíveis para a nação e para a instrução pública. Através de decretos a proteção foi regulamentada e os objetos passaram a ter valor de documentos, convertidos em bens de interesse histórico, cultural e político (Abreu, 2007; Choay, 2006; Fonseca, 2009).

A construção do patrimônio histórico e artístico nacional francês foi delineada a partir de uma preocupação moral e pedagógica, além disso, a ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania criou um patrimônio público, propriedade da nação e por consequência do conjunto de cidadãos. As motivações foram práticas e ideológicas, através de um novo estatuto de propriedade e da resignificação de determinados bens. A homogeneização simbólica de bens heterogêneos tinha como objetivo inventariar, classificar e proteger com medidas administrativas e jurídicas as obras imprescindíveis para a nação, além de definir um campo de atuação política. Como consequência, uma ordem discursiva e um corpo de conceitos foram criados, entre eles a distinção entre bens móveis e imóveis – para os primeiros criaram-se museus e em relação aos segundos abriam-se questões quanto a sua reutilização (Abreu, 2007; Choay, 2006; Fonseca, 2009).

A noção de patrimônio estava, portanto, inserida no projeto de consolidação do Estado-nação moderno cumprindo funções simbólicas: objetivar a nação enquanto entidade; ser a prova material da versão oficial da história nacional; legitimar o novo poder construindo o mito de origem e a ocupação territorial; reforçar a noção de cidadania; e cumprir um papel pedagógico a serviço da instrução dos cidadãos (Fonseca, 2009). A patrimonialização relacionada à formação dos Estados-nação foi um movimento processado em toda a moderna sociedade ocidental e o modelo francês foi predominantemente seguido quando da implantação deste instrumento em outros cenários nacionais.

Paralelamente ao processo de patrimonialização, a aceleração da vida cotidiana, o surgimento das metrópoles e a intensificação das comunicações e do transporte, estimularam a incapacidade de processamento de um capital de memória no tecido social. Contemporaneamente, os patrimônios nacionais também buscam estancar a velocidade do tempo e “referenciar os indivíduos sobre as lembranças heroicas das nações modernas e sobre suas próprias lembranças. Um conjunto de narrativas irá sobrepor-se a todo este grande acervo do Patrimônio Nacional: narrativas nacionais, regionais, locais, familiares” (Abreu, 2007: 268).

Nesta conjuntura carente de continuidade, de referenciais e de estabilidade, é produzido um sentimento que abre caminho para “uma indústria da nostalgia em que o passado é resgatado, idealizado, romantizado e não raras vezes inventado, mediante processos que incluem a patrimonialização da cultura” (Anico, 2005: 73). Tendo o processo de globalização como força organizativa e estruturante, faz ressurgir diferentes formas de localismos culturais, que mediante mecanismos e instrumentos de identificação e vinculação valorizam as memórias e o patrimônio local. As ações da indústria da nostalgia, grande incentivadora desse boom da memória, vêm na maioria das vezes acompanhadas de atividades turísticas e de consumo, justificando as ações e garantindo sua viabilidade econômica.

Neste sentido, “o patrimônio é um modo de produção cultural no presente que tem como recurso o passado” (Kirshenblatt-Gimblett, 1998 *apud* Anico, 2005: 76), sendo este construído ou ressignificado pelo presente, resultado e parte integrante de uma cultura contemporânea. Este processo dinâmico possibilita revisões e reconstruções, ou seja, uma visão mais inclusiva da história oficial, da memória e da cultura, o que tem gerado o alargamento do conceito de patrimônio, ampliação e diversidade do conjunto de bens e a inclusão de múltiplos *agentes*, que antes se encontravam excluídos deste campo político.

As políticas de preservação de conjuntos patrimoniais estão localizadas em diferentes escalas. A produção e a proteção dos conjuntos são realizadas a partir de recomendações, leis e decretos oriundos de diferentes níveis de atuação: internacional, nacional, estadual e municipal. Em cada nível são determinadas pela instância anterior criando uma rede de influência que atravessa diversas escalas e que deve ser problematizada quanto às necessidades e desafios de cada caso. No extremo desta rede estão os usuários ordinários – moradores, proprietários, cidadãos – *agentes* que, no caso do patrimônio edificado, vivem cotidianamente nesses espaços.

A rede de influência que age sobre as políticas de preservação tem início em acordos e convenções internacionais que “têm balizado a formação de uma esfera pública mundial para questões de patrimônio, assim como o desenvolvimento de políticas de preservação em diversos países” (Arantes, 2009: 12). Os documentos que fundaram este processo são as Cartas de Atenas. A primeira de 1931, assinada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações, teve como foco as legislações nacionais de proteção, com base no princípio de precedência da função social da propriedade sobre os interesses privados – principal fundamento jurídico da preservação. A segunda Carta de Atenas, de 1933, colocou em destaque o patrimônio no contexto da cidade e das condições de vida no meio urbano, estabelecendo dois parâmetros importantes: nem tudo têm direito a perenidade, o que exige sabedoria na seleção dos bens, que devem manter suas características originais, o que coloca a autenticidade como marco das práticas de conservação e restauro na sociedade moderna ocidental.

A Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, aprovada em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos é outro importante documento. Mais conhecida como Carta de Veneza, tem como destaque: (1) a ampliação do conceito de patrimônio para além do monumento isolado, ressaltando sua ambiência; (2) a importância de obras modestas e culturalmente significativas, obras de arte e testemunho histórico; e (3) o favorecimento da conservação por sua destinação funcional útil à sociedade. Mesmo mantendo o foco nos bens materiais, o documento rompe com as concepções até então estabelecidas, ao incluir a arquitetura vernácula e ampliar o enquadramento do tema ao considerar importantes os usos e aspectos contextuais das edificações. São integradas à problemática patrimonial as ações, sentidos e a significação cultural que dizem respeito aos sujeitos com quem, ou para quem, os bens são preservados.

Desde sua fundação em 1945, a UNESCO, se dedica a discussão sobre meios e ações de proteção do patrimônio cultural e natural, através de convenções e recomendações internacionais para proteção do patrimônio e projetos para materialização dos objetivos. Assim, tem promovido o desenvolvimento de bases técnicas e conceituais e de um fórum de acordos multilaterais (Arantes, 2009). As convenções “implicam um sistema de deveres e obrigações aos quais se subentendem, por vontade própria, os Estados-Membros” (Bo, 2003: 18), sendo o Brasil signatário de todas as convenções relativas à cultura. Para os propósitos deste trabalho se destacam duas.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, é a de maior repercussão política e econômica, sendo um instrumento de grande importância para o Brasil. Este documento instituiu a universalidade como critério de valor patrimonial e estendeu a preservação aos sítios naturais e mistos, destacando a excepcionalidade histórica, estética, etnológica ou antropológica. Regida pelo Comitê do Patrimônio Mundial, conta com o Centro do Patrimônio Mundial, que acompanha os sítios e mobiliza recursos para o Fundo do Patrimônio.

A Convenção de 1972 explicita o papel dos países signatários na preservação dos sítios inscritos e dos respectivos patrimônios nacionais, e os estimula a integrarem a preservação patrimonial aos programas de desenvolvimento regional. A inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial é o reconhecimento de seu valor “universal excepcional”, sem prejuízo da soberania territorial e dos direitos de propriedade. Os sítios mistos obedecem a critérios culturais e naturais, como a recente inscrição de paisagens litorâneas na cidade do Rio de Janeiro, em 2012. A premissa para os sítios naturais é a *integridade*, além de outros critérios, e no caso brasileiro os sítios inscritos são representativos de diferentes ecossistemas e estão dispersos em todo o território nacional.

Os sítios culturais têm a *autenticidade* como critério básico para sua inscrição, além de outros: (1) constituir-se em “obra-prima do gênio humano”; (2) representar considerável conjunto de influências em monumentos, arquitetura, conjuntos urbanos e paisagens; (3) aportar testemunho único de uma civilização ou tradição cultural; (4) ser exemplo eminente de edificação; (5) ser exemplo de ocupação humana do território; e (6) ser materialmente associado a tradições, ideias, crenças e obras artísticas. No Brasil, os sítios culturais são maioria entre as inscrições, sendo a maior parte deles centros históricos de diferentes períodos e compostos por diversas tipologias arquitetônicas.

Outra importante convenção da UNESCO relativa à cultura é a que dispõe sobre a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, de 2003, que “instigou, ainda que de forma indireta, a reflexão e as práticas de preservação a buscarem superar a dicotomia conceitualmente falaciosa entre bens tangíveis e intangíveis” (Arantes, 2009: 15). A Convenção muda o enfoque do campo do patrimônio para questões de natureza ética, jurídica, política e humanitária, ao legitimar o valor referencial dos bens intangíveis, sua natureza dinâmica e incluir suas condições de produção como parte do bem patrimonial.

Como dito anteriormente, instituições que zelam pela preservação patrimonial criam através de acordos, recomendações, convenções e leis, uma rede de influência que determina as políticas de preservação desenvolvidas pelos Estados-nação. No Brasil, a política de preservação está a cargo do IPHAN⁸, que além de seguir as normas internacionais determina parâmetros para as ações das instâncias nacionais inferiores, representadas nesta pesquisa pelo órgão estadual, o IPHAE⁹ e pelo atual processo de patrimonialização no município de Erechim.

No Brasil, a preservação dos patrimônios cultural e natural está dissociada. A partir da década de 1920 teve início a preservação do patrimônio móvel em museus nacionais, ao tempo em que o patrimônio imóvel era alvo de denúncias feitas por intelectuais modernistas, sobre o abandono das cidades históricas e a dilapidação de vestígios do passado. As denúncias eram acompanhadas da ideia de que a nação deve respeitar e cultivar seu passado através de datas históricas, pessoas notáveis, objetos e edifícios, vistos como elementos privilegiados de construção de uma narrativa agregadora em torno dos ideais de modernidade e civilização (Fonseca, 2009).

A institucionalização se deu através do Decreto-lei n.º 25, em 1937, que instituiu o tombamento de bens móveis e imóveis, ficando o órgão de preservação sob a responsabilidade de intelectuais modernistas. Nos tombamentos foi dada prioridade para o passado colonial brasileiro, especialmente bens religiosos, datados entre os séculos XVI e XVIII. Nesta primeira fase da política de preservação brasileira, denominada por Fonseca (2009) como “fase heroica” estava implícita uma “retórica da perda” (Gonçalves, 1996), resumida na “ideia de que algo se estava perdendo e de que era preciso um esforço para salvar do esquecimento referências importantes para a construção da memória social e, com especial ênfase, da memória nacional” (Abreu, 2007: 270).

⁸ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

⁹ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul.

A “fase heroica” da política de preservação federal (1936-67) implementou e consolidou instrumentos jurídicos, construiu referências materiais para a memória nacional e disseminou a noção de patrimônio nas outras esferas do poder público e em domínios da sociedade civil. Desenvolveu “uma mentalidade patrimonialista” (Abreu, 2007), que ao longo dos anos gerou as políticas patrimoniais dos governos estaduais e municipais, além de respaldar segmentos da sociedade civil em lutas contra a especulação imobiliária e a descaracterização de cidades. Assim, o patrimônio passou a cumprir sua função de objetificar a nação.

O segundo momento da política de preservação patrimonial no Brasil, a “fase moderna” (Fonseca, 2009), ocorreu a partir da década de 1970, com propostas que buscavam a descentralização da política e novos sentidos para a preservação. Sob uma perspectiva culturalista foram destacadas diferentes culturas incluídas na nação, que deveriam ter seus patrimônios representados e reconhecidas suas expressões em diferentes suportes, além da arquitetura. Mas, a perspectiva hegemônica arquitetônica continuou predominando até a década de 1990 no IPHAN, sempre tensionada por disputas com a corrente culturalista.

O foco na diversidade cultural, grande mérito da “fase moderna”, abriu caminho para a promulgação do Decreto-Lei nº 3.551 de 2000, que instituiu o registro de bens culturais imateriais como patrimônio cultural brasileiro. Este documento trouxe novos conceitos e discussões, entre eles a distinção entre patrimônio material e imaterial e seus respectivos instrumentos de proteção, o tombamento e o registro. A inclusão do patrimônio imaterial amplia a noção de patrimônio e traz novos elementos jurídicos e políticos ao campo patrimonial.

Além da estrutura do IPHAN, presente em todos os estados brasileiros, a preservação patrimonial conta com estruturas estaduais e municipais. No Rio Grande do Sul, a defesa do patrimônio estadual teve início em 1954, mas a proteção legal só foi possível com a promulgação da Lei n.º 7.231, em 1978, que dispõe sobre o patrimônio cultural do Estado. Os tombamentos abrangem bens móveis e imóveis (edificações, acervos e áreas de preservação natural), e estabelecem diretrizes e orientações às intervenções em áreas protegidas. Além disso, o IPHAE realiza convênios e parcerias com o IPHAN, associações civis e municípios, auxiliando na implementação de políticas de preservação. Após apresentar as instâncias federal e estadual, passamos ao atual processo de desenvolvimento da política de preservação no município de Erechim/RS.

1.2.1. O processo de patrimonialização em Erechim

O desenvolvimento da política de preservação patrimonial municipal teve início em 1994 com o Plano Diretor¹⁰ que definiu a necessidade de criação de áreas de preservação através do tombamento de edificações de interesse sociocultural, a partir de critérios como o valor histórico e arquitetônico, a raridade formal e o risco de desaparecimento. A estrutura institucional para consolidação de tal política pública começou a se configurar em 2004 com a Comissão de Assessoramento Técnico, responsável pela identificação das áreas de interesse cultural. Em 2007, a estrutura junto ao poder executivo se consolidou com a criação do Conselho, o COMPHAC¹¹, responsável por auxiliar na orientação, planejamento, interpretação e julgamento das ações patrimoniais; com a promulgação da Lei n.º 4.248/07, que institui a proteção do patrimônio cultural municipal; e com a criação do Departamento de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Essa estrutura institucional consolidou a necessidade de aprovação das reformas e demolições de edificações antigas, a fiscalização dessas ações e a sistematização das atividades ligadas à etapa de produção do conjunto patrimonial. O levantamento dos bens permitiu a seleção dos mais significativos e a elaboração de um inventário, o IPAC¹², concluído em 2009, que tem por objetivos: a manutenção da memória da cidade; a valorização de sua história; a ascensão dos bens patrimoniais como elemento de projeto, planejamento e gestão cultural da cidade; e o incentivo ao turismo cultural. O inventário deixa clara a intenção de aliar a preservação patrimonial e seu potencial turístico às políticas de desenvolvimento econômico.

A miscigenação de estilos arquitetônicos é o alvo da seleção realizada para o IPAC, sendo o conjunto patrimonial classificado a partir dos estilos arquitetônicos: Arquitetura Art Déco, Arquitetura Eclética, Arquitetura da Colonização, Primeiras edificações em alvenaria, Arquitetura Modernista, Áreas de Interesse Cultural e de Preservação Natural, e Arquitetura de Interesse Cultural Rural. As edificações foram identificadas através de fotografias e mapas. O inventário também apresenta uma lista de quatro grupos musicais, entendidos como patrimônio imaterial, mas que não constam no texto de justificativa.

¹⁰ Lei que define as diretrizes de planejamento e desenvolvimento urbano.

¹¹ Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Erechim.

¹² Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Erechim.

O IPAC apresenta uma lista de 142 indicações de tombamento, no entanto, não define claramente os critérios de seleção ou as referências bibliográficas utilizadas, o que deixa margem a algumas observações. Apesar de ser um sítio cultural recente, todos os estilos arquitetônicos indicados são reconhecidos pelo IPHAN em outras cidades brasileiras, fato que insere o conjunto patrimonial erechinense em uma rede de sentidos ampla, que se refere à identidade e à memória nacional. O número de exemplares e o texto de justificativa evidenciam certa hierarquização valorativa onde a Arquitetura Art Déco aparece como “estilo principal” do conjunto patrimonial no município.

O conjunto patrimonial em Erechim é composto por edificações públicas e de propriedade privada; com usos variados: administrativo, comercial, residencial, de lazer, educacional, hospitalar e fabril; e que se encontram em diferentes estados de conservação e de autenticidade. Os bens patrimoniais estão dispersos, localizados entre outras edificações antigas e contemporâneas, não havendo delimitação de um centro histórico. Entretanto, a maioria das edificações está localizada no plano urbano original da cidade, tratado nesta dissertação como sítio cultural. Suas principais características são a diversidade das atividades, a permanência das funções de centralidade comercial e administrativa, as habitações de cidadãos com níveis de renda diferenciados, a presença de diversos estilos arquitetônicos representantes de diferentes épocas e a atual verticalização com novos prédios em altura.

A etapa de produção do conjunto teve início antes do IPAC e em consonância com a etapa de proteção, quando, a partir do ano 2000, leis específicas declararam alguns lugares como patrimônio cultural do município. A primeira lei foi a que declara a linha ferroviária, gênese da implantação da cidade, como patrimônio municipal. Nos anos seguintes outros lugares receberam esta marca: a Romaria de Nossa Senhora de Fátima foi declarada bem imaterial (2001); o Centro de Tradições Gaúchas – CTG – Galpão Campeiro (2002) e o Centro Educacional São José (2003) declarados patrimônio cultural. Desses bens apenas a Romaria recebe auxílio da Prefeitura para o evento, através de lei aprovada em 2006. Além desses bens declarados por leis específicas, o conjunto apresentado no IPAC foi discutido e aprovado pelo COMPHAC e enquadrado em proposta de lei de proteção, que atualmente tramita na Câmara de Vereadores¹³.

¹³ Infelizmente não tive acesso ao projeto de lei de tombamento, mas sua tramitação me foi garantida pelos técnicos da PME.

Mesmo antes das leis municipais, uma edificação foi tombada por lei estadual junto ao IPHAE. Trata-se da antiga sede da Comissão de Terras e Colonização, popularmente conhecida como Castelinho. Essa edificação de madeira, primeiro prédio público da cidade, foi tombada por ser representativa da política imigratória no RS, que determinou a ocupação da região por imigrantes europeus e/ou seus descendentes. O imóvel foi protegido através da Portaria nº 04 de 1991, inscrito no livro de tomo estadual no ano seguinte e doado à PME em 1998, depois de ter sido restaurado pela mesma. Atualmente, aguarda a finalização do projeto para novo restauro e continua sendo utilizado pelo poder público para uso cultural e como Centro de Apoio ao Turista.

Como visto, as etapas de produção e proteção de um patrimônio podem ser simultâneas e não necessariamente sucessivas, sendo que o mesmo vale para a etapa de recepção. No caso do município de Erechim, mesmo que o conjunto patrimonial não esteja tombado, a possibilidade de que isso ocorra dá elementos para pensarmos sua recepção junto à população. Outro elemento importante da política de preservação em Erechim é a relação que esta guarda com a política de desenvolvimento da cidade, principalmente em relação às atividades turísticas. Os sentidos de preservação e tombamento na cidade e as relações entre as políticas de preservação e o planejamento no município serão abordados nos Capítulos 2 e 3.

Podemos dizer que nas ações municipais para preservação patrimonial em Erechim existe uma “retórica da perda”, nos termos de Gonçalves (1996), que diz respeito ao esforço de salvar referências culturais importantes que correm o risco de desaparecimento ou de esquecimento. Essa retórica está explícita nas falas dos técnicos da PME, principalmente dos responsáveis pelo IPAC, e se justifica pelas diversas ações de demolição e descaracterização de edificações antigas. A demolição de edificações que constam no IPAC revela a procedência dessa “retórica da perda” usualmente utilizada como justificativa.

O conjunto patrimonial erechinense será apresentado e analisado a seguir, com base na história urbana e no processo de patrimonialização em curso, a partir do desenvolvimento da cidade e das categorias utilizadas para classificação dos bens selecionados para o IPAC. Para tanto, essas informações foram sistematizadas em quatro imagens do sítio cultural em Erechim, que remetem a arquitetura e ao urbanismo e que pretendem uma leitura cronológica e exploratória do contexto urbano, fundamental para o entendimento dos temas tratados nos capítulos seguintes.

1.3. História urbana e patrimônio cultural

A história urbana e o patrimônio cultural estão intimamente ligados, pois é a partir das transformações e permanências verificadas no espaço urbano, durante determinado período histórico, que é realizada a seleção das edificações consideradas como bens patrimoniais. A apresentação do conjunto de bens selecionados no município de Erechim foi sistematizada em quatro imagens do sítio cultural, com ênfase na avenida central, através das quais se realiza uma leitura do desenvolvimento urbano e dos bens presentes no inventário, ressaltando as transformações e permanências.

As cidades se transformam ao longo do tempo em função das práticas, necessidades, desejos e poderes dos diversos *agentes* sociais. Sendo que a organização da vida social e a gestão da produção coletiva são imbricadas ao espaço, assume-se que a materialidade e a existência social e política são indissociáveis. Assim, a cidade é um produto social em constante transformação, que responde a usos práticos e simbólicos. Além de ser a projeção da sociedade sobre um local, a cidade também transforma a sociedade que nela vive, sendo composta por camadas de história (Lefebvre, 2001). A história urbana está impressa nos espaços, materialidade, e na vida cotidiana, relações sociais e significados que os envolvem, que podemos designar como seu aspecto imaterial.

As permanências e transformações de cada cidade são contadas, em parte, através de vestígios materiais de outros tempos, como o desenho e organização das ruas e os diferentes tipos de edificações. O desenho urbano e as tipologias arquitetônicas são, ao mesmo tempo, os lugares da vida cotidiana e um registro que pode ser fixado através da preservação patrimonial. Assim, propõem-se pensar a cidade como uma forma de escrita, composta por textos de diferentes tempos, fixados como memória durante o próprio ato de habitar. Os elementos urbanos contém a experiência de quem os construiu e dos que neles viveram, denotando visões de mundo e modos de vida.

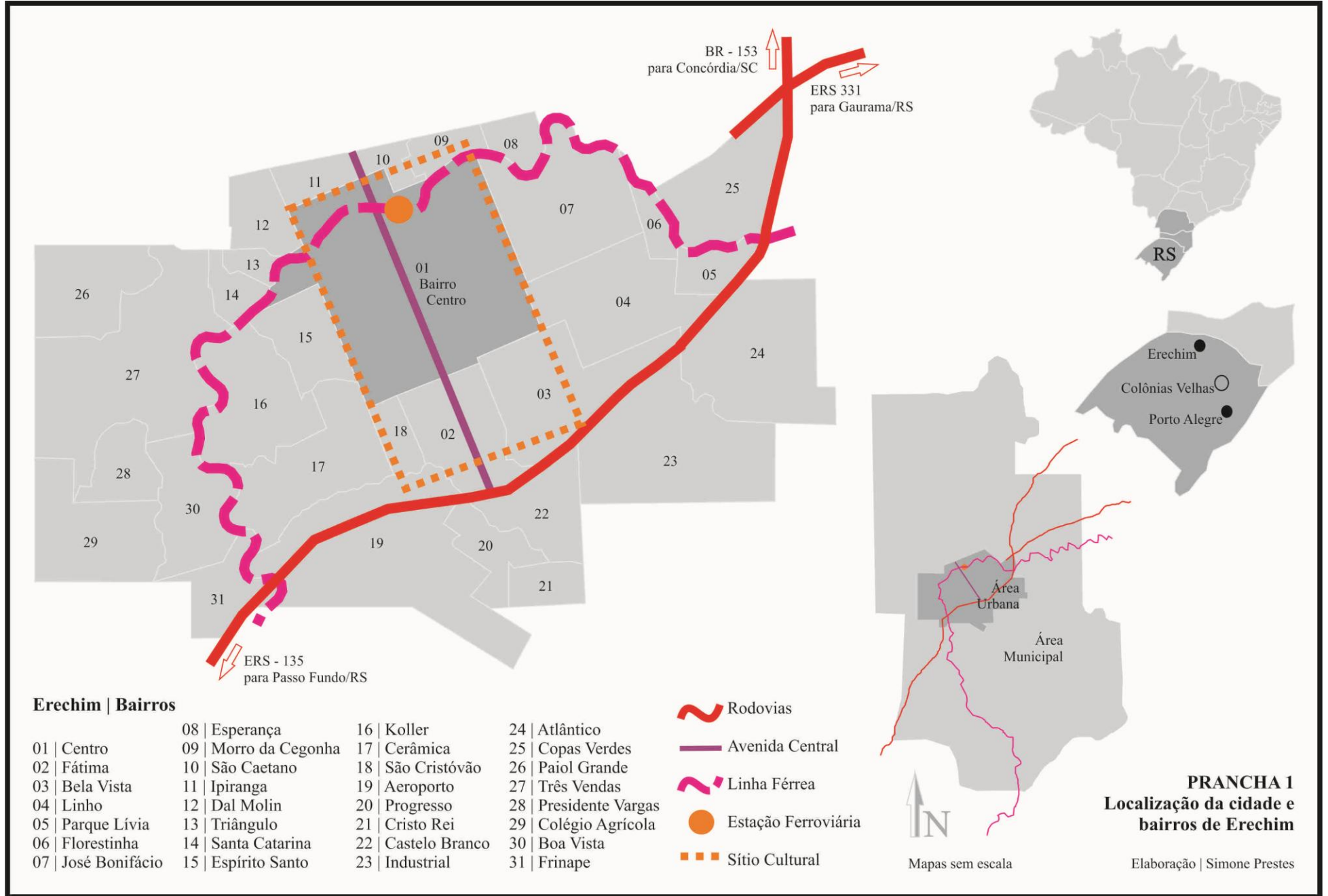
A preservação patrimonial garante a permanência de tipologias arquitetônicas e espaços públicos, ou seja, impede que textos com diferentes significados históricos, artísticos e culturais sejam apagados. As razões e objetivos que justificam a preservação de edificações e a atribuição da marca patrimônio a algumas delas, são diversos e dependem de negociações realizadas por diferentes *agentes* sociais. Essas relações são políticas, uma vez que a dimensão política da cidade não está apenas junto à administração, mas também nas relações cotidianas, nos usos e na apropriação simbólica dos espaços.

Sobre a dimensão econômica das cidades contemporâneas é fundamental ressaltar que sua potência de expansão é caracterizada pela velocidade da circulação dos fluxos de mercadorias, pessoas e capital. As relações de mercado se estabelecem internamente e entre as cidades e sua função de centro de produção e de consumo domina a cena urbana. Todos os espaços da cidade são alvo do mercado e consumidos de alguma maneira, e o mesmo acontece com os espaços patrimonializados. Assim, a materialidade da cidade, sua existência social e política e os bens patrimoniais que configuram o espaço urbano são os elementos que direcionam a leitura da cidade.

O município de Erechim localizado no norte do Estado do Rio Grande do Sul foi planejado e implantado durante as primeiras décadas do século XX. Localizado a 360 km de Porto Alegre, capital do Estado, é a cidade de maior importância da microrregião homônima, composta por 28 municípios adjacentes. Atualmente, sua população é de 96.087 hab. (IBGE, 2010) distribuídos na área municipal e concentrados na área urbana, que está dividida em 31 bairros. O bairro Centro é o mais antigo e juntamente com o bairro São Cristóvão e partes dos bairros Fátima e Bela Vista, correspondem à área do plano urbano original da cidade – tratada nesta dissertação como sítio cultural (Prancha 1).

Desde a implantação da cidade o plano urbano organiza o sítio cultural, que até hoje se mantém como centro municipal, sendo uma de suas principais características a avenida central que corta a cidade no sentido norte-sul. Nesta, diferentes estilos arquitetônicos determinaram a construção das edificações ao longo dos anos, sendo que o conjunto pode ser lido como um texto de diferentes tempos políticos e sociais. Esse mosaico de estilos é o foco do IPAC e da política de preservação patrimonial, que evidenciam a “miscigenação de exemplares de diferentes épocas e estilos arquitetônicos” (IPAC, 2009: 01).

Os bens patrimoniais estão dispersos entre outras edificações de diferentes períodos, inclusive muitos prédios em altura, e localizados em sua maioria no sítio cultural, centro urbano, que concentra atividades comerciais, institucionais, administrativas de lazer e residenciais. Os bens são intensamente ocupados e utilizados em todos os dias da semana e a maioria está conservada e mantêm suas características originais, compondo um conjunto heterogêneo em termos estéticos e funcionais. As quatro imagens do sítio cultural, apresentadas a seguir, têm por objetivo realizar uma leitura cronológica da história urbana, do sítio cultural e do conjunto patrimonial, associando o texto a mapas e a fotografias históricas e atuais.



1.3.1. O Plano Urbano e a Arquitetura de Madeira

No fim do século XIX, quando o Brasil se organizava segundo o novo regime republicano, a região norte do Rio Grande do Sul era predominantemente de mata densa e habitada por índios e caboclos, que viviam da agricultura de subsistência, da criação animal e do corte da erva-mate. No início do século XX, a demarcação e comercialização de lotes rurais, realizada pela Comissão de Terras e Colonização, órgão do Governo do Estado, e por empresas colonizadoras, levou imigrantes europeus e seus descendentes a região, garantindo a posse e exploração.

Os imigrantes europeus vieram direto da Europa e das Colônias Velhas¹⁴, primeiras colônias de imigrantes do Estado do RS (Prancha 1). Eram na maioria famílias dedicadas a atividades rurais, extração de madeira, comércio e serviços, que se instalavam nas terras demarcadas pelo Estado. Erechim foi fundada por imigrantes de diversas etnias, dentre os quais se destacam, em número, os italianos, alemães e poloneses. Muitas dessas famílias ainda possuem descendentes no município, sendo uma prática comum a identificação das pessoas por seus sobrenomes e origem étnica, o que revela a importância dos núcleos familiares, como tratado no Capítulo 2.

Concomitantemente às ações de colonização foi implantada a Ferrovia São Paulo/Rio Grande, parte do projeto de unificação nacional e sinônimo do “progresso” republicano. Ao longo do trajeto as estações foram implantadas em cidades existentes ou geraram novas vilas, como a Estação Ferroviária Paiol Grande, inaugurada em 1910, que deu origem a Erechim. A cidade foi implantada a partir de um plano urbano, o Projeto da Sede Geral na Estação Paiol Grande, de 1914, que foi organizado pelo Eng. Carlos Torres Gonçalves. O plano urbano definiu o traçado viário, demarcou os lotes, praças e o cemitério, organizados a partir do lugar de chegada à cidade: a estação ferroviária (Prancha 2).

O traçado viário em Erechim é caracterizado por uma malha quadriculada de ruas com uma avenida central e quatro avenidas diagonais irradiando da praça central, núcleo administrativo, político e religioso da cidade. O plano urbano foi inspirado em planos de outras cidades e apesar de ser exemplar da criação de cidades no Brasil, e de sua importância para a organização do espaço urbano, não consta no inventário municipal. As características do plano urbano como patrimônio e deste como marca da cidade e como lugar de experiências cotidianas serão abordadas no Capítulo 3.

¹⁴ Atualmente municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Antônio Prado.

Até o início da década de 1930, o conjunto urbano era composto por edificações de madeira e raras edificações de alvenaria. A atual Av. Maurício Cardoso, parte da avenida central ao norte da praça central, já estava consolidada com edificações de madeira de dois pavimentos, que abrigavam atividades comerciais no térreo e residências no pavimento superior. O primeiro edifício público foi a sede da Comissão de Terras e Colonização, conhecido como Castelinho, localizado na praça central, que se diferenciava das demais edificações pela suntuosidade e riqueza de ornamentos. Ao longo dos anos o aprimoramento da técnica de construção com madeira difundiu os ornamentos nas edificações de madeira e este modo de construir trazido pelos imigrantes italianos foi aplicado a outros estilos arquitetônicos, tema do Capítulo 2.

Entre os bens patrimoniais selecionados para o IPAC a Arquitetura de Madeira está representada por duas categorias. A Arquitetura da Colonização, composta por 12 bens, diz respeito às edificações construídas pelos imigrantes italianos. Além do Castelinho que mantém seu uso administrativo, todas as edificações são de uso residencial e algumas abrigam uso comercial conjugado. A categoria Arquitetura de Interesse Cultural Rural é composta por duas edificações residenciais, uma capela e uma estação ferroviária; localizadas na área municipal, mas fora da área urbana. Outros bens patrimoniais que se referem a este período são a linha férrea, gênese da implantação da cidade, protegida pela Lei Municipal n.º 3.311 de 2000; e as Primeiras Edificações em Alvenaria, categoria composta pela Estação Ferroviária, atualmente sem uso e com previsão de instalação de um museu; e duas edificações localizadas nas adjacências da linha férrea, uma delas a primeira casa de alvenaria da cidade, construída em 1912 e que hoje, restaurada, abriga um restaurante (Pranchas 2, 3 e 5). Intervenções, como restauros e reformas, realizadas nas edificações antigas e outras ações patrimoniais serão analisadas no Capítulo 3.

Nas edificações de madeira em Erechim foram empregados diversos desenhos arquitetônicos, este conjunto é classificado neste trabalho como Arquitetura de Madeira, ampliando as categorias presentes no IPAC. O principal referencial empírico da pesquisa foi uma edificação de madeira na avenida central, a Casa Rigoni, construída no final da década de 1920 e que até hoje é propriedade da mesma família e abriga os mesmos usos da época de sua construção, residencial e comercial. O conjunto de Arquitetura de Madeira em Erechim e a casa estudada em profundidade são tema do Capítulo 2. As transformações que se seguiram no sítio cultural e os respectivos bens selecionados para o IPAC serão apresentados nas imagens a seguir.



Cantina da Família Slongo. Arquitetura de Interesse Cultural Rural. Foto: Júlia Prestes, 2011.



Casa da Família Rigoni. Arquitetura da Colonização. Foto: Simone Prestes, 2011.



Castelhinho, atual Centro de Apoio ao Turista e espaço para eventos culturais. Foto: Simone Prestes, 2012.



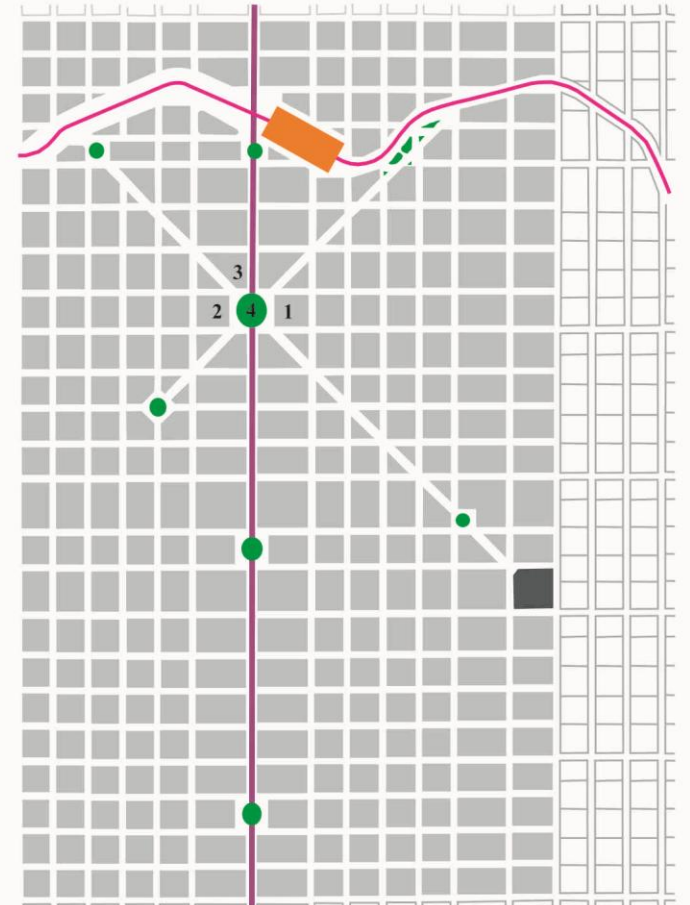
Vista aérea do plano urbano em 1947. No centro da foto, a avenida central. Foto: Arquivo Histórico Municipal.



Avenida central com edificações de madeira. Vista desde a praça em frente a Estação Ferroviária. Foto: Arquivo Histórico Municipal, sem data.



Praça central e edificações de madeira. Ao centro, o Castelhinho, primeiro prédio público da cidade. Foto: Arquivo Histórico Municipal, sem data.



Mapa do Plano Urbano | 1914 | Sem escala

- Quadras | Lotes
 - Quadras | Expansão
 - Cemitério
 - Estação Férrea
 - ~ Linha Férrea
 - Praças
 - Avenida Central
 - Norte da praça central Av. Maurício Cardoso
 - Sul da praça central Av. Sete de Setembro
- 1 | Castelhinho
 - 2 | Prefeitura Municipal
 - 3 | Igreja Matriz (católica)
 - 4 | Praça Central



PRANCHA 2
O Plano Urbano e a
Arquitetura da Colonização

Elaboração | Simone Prestes

1.3.2. Da Arquitetura de Madeira à de Alvenaria

A primeira imagem do sítio cultural de Erechim apresentou o conjunto de bens patrimoniais referentes aos primeiros anos da cidade que passou a se desenvolver a partir da construção da linha férrea, via de comunicação; da inauguração da estação ferroviária; da chegada dos imigrantes europeus; e da implantação do plano urbano, organizador do espaço. O sítio cultural se manteve composto predominantemente por edificações de madeira até a elevação da vila a município, em 1918, quando aos poucos passou a ser transformado com a ampliação da estrutura urbana e a numerosa construção de edificações de alvenaria.

Até os primeiros anos da década de 1930, a atual Av. Maurício Cardoso era configurada por edificações de madeira, a maioria de dois pavimentos, que abrigavam atividades comerciais no térreo e residências no andar superior. As atividades urbanas ali desenvolvidas atendiam aos viajantes que passavam pela estação ferroviária, aos moradores do município e de outras cidades da região. A diversificação e a expansão das atividades econômicas atraíram novos moradores e investidores para a cidade, elevando o nível de renda da elite e ampliando o contingente de trabalhadores. Desta maneira, enquanto a demanda por habitação aumentava a cidade se expandia a partir da avenida central.

O crescimento da cidade foi expresso em transformações no espaço urbano e na arquitetura. O traçado viário previsto no plano urbano foi sendo implantado com a expansão da avenida ao sul da praça central, atual Av. Sete de Setembro e a construção das demais ruas e avenidas a leste e oeste, para as quais em algumas áreas foram necessárias mudanças no plano original para adequação ao relevo. A partir disso, outros desenhos de traçado viário foram sendo agregados ao plano urbano original, mas este se mantém como principal organizador do sítio cultural e da cidade, pois é dele que irradiam os outros traçados.

Ao tempo que a cidade crescia o centro comercial e político precisava se diferenciar e a grande mudança ocorreu na década de 1930, após dois grandes incêndios que consumiram as edificações de madeira localizadas na atual Av. Maurício Cardoso. Os incêndios e a lei que proibia a reconstrução no mesmo material ocasionaram a completa substituição das edificações de madeira por edificações de alvenaria naquela parte da avenida. Assim, a transformação material do espaço urbano foi ocasionada e acompanhada por uma valorização simbólica do lugar, pois as novas edificações de alvenaria na avenida central expressavam o status superior daquele lugar em relação às ruas adjacentes compostas majoritariamente por edificações de madeira.

Estas transformações do espaço urbano estão representadas no IPAC pela Arquitetura Eclética¹⁵, estilo utilizado nas novas edificações de alvenaria, que pretendiam reproduzir em Erechim a arquitetura encontrada em cidades como Porto Alegre, capital do Estado. A lista do IPAC é composta por 22 edificações ecléticas localizadas desde as proximidades da linha férrea até as primeiras quadras ao sul da praça central (Prancha 3). A maioria são edificações privadas localizadas na Av. Maurício Cardoso, que mantém o uso comercial no térreo e residencial no andar superior, característica da arquitetura de madeira mantida nas edificações ecléticas e que remete a forma de organização dos espaços privados pelas famílias de imigrantes. A transição entre os materiais utilizados fica clara nestas edificações, que são mistas, apresentando fachadas de alvenaria e divisões internas de madeira.

São importantes característica das edificações ecléticas: a incorporação da cozinha e do banheiro, as fachadas profusamente adornadas e as sacadas voltadas para a rua. Os exemplares erechinenses estão em bom estado de conservação e suas características estéticas originais, em geral, foram mantidas. Como exposto no Capítulo 3, em duas edificações ecléticas foram mantidas as fachadas originais e agregados prédios em altura. No inventário, a maioria das famílias que preservam estas edificações é identificada através de seu sobrenome.

Além das edificações privadas, duas edificações públicas constam no IPAC. A sede da companhia de abastecimento de água, ao sul da praça central e a sede da Prefeitura Municipal, construída entre 1929-32, na face oeste da praça central, de frente para o Castelinho. A arquitetura do edifício da Prefeitura pretendia refletir o poder republicano através de suas características monumentais¹⁶ e do brasão da república no centro da sua fachada principal. Abrigando até hoje o poder executivo, o estado de conservação de sua fachada é razoável.

Como exemplo de Arquitetura Eclética protegida pelo IPHAN há o Bairro do Recife na capital pernambucana, tombado em 1998 (Leite, 2007). Em nível estadual, são muitas as edificações ecléticas protegidas pelo IPHAE entre as quais se destacam as das cidades de Porto Alegre e Pelotas. No sítio cultural de Erechim, a arquitetura de alvenaria é composta por outros estilos arquitetônicos, apresentados a seguir.

¹⁵ O ecletismo, surgido durante o desenvolvimento industrial europeu, utilizava em suas características e ornamentos a justaposição de diferentes estilos, especialmente referências greco-romanas. No Brasil, representou a modernização, a urbanização e a República, sendo muito utilizado até o início do século XX, principalmente em edifícios públicos.

¹⁶ Elevação em relação à rua, a escadaria, os pilares e as sacadas, bem como suas dimensões quando comparado às demais edificações da época.



Vista aérea do plano urbano. Implantação das ruas em malha quadriculada e das avenidas diagonais. Foto: Arquivo Histórico Municipal, sem data.



Avenida central com edificações de alvenaria, em estilo eclético. Vista desde a linha férrea. Foto: Arquivo Histórico Municipal, sem data.



Praça central, com calçadas e arborização. Conjunto urbano com edificações de madeira e de alvenaria. Foto: Arquivo Histórico Municipal, sem data.



Primeira edificação de alvenaria da cidade, construída em 1912, restaurada recentemente. Foto: Simone Prestes, 2012.



Edificação utilizada pela Prefeitura Municipal, Arquitetura Eclética. Foto: Simone Prestes, 2012.



Chafariz da Praça da Bandeira e Prefeitura Municipal de Erechim, Arquitetura Eclética. Localizados em frente ao Castelinho. Foto: Simone Prestes, 2011.



Mapa Bairro Centro | 2012 | Sem escala

- Quadras | Centro
- Quadras | Bairros
- Cemitério
- Estação Férrea
- Linha Férrea
- Avenida Central
- Praças

Quadras onde estão as edificações:

- Arquitetura da Colonização | 1
- Primeiras Edificações de Alvenaria | 2
- Arquitetura Eclética | 3
- Castelinho | 4
- Prefeitura Municipal | 5
- Parque Longines Malinowski | 6

PRANCHA 3 Da Arquitetura de Madeira à de Alvenaria

Elaboração | Simone Prestes

1.3.3. Da Arquitetura de Alvenaria à Verticalização

As imagens anteriores do sítio cultural de Erechim apresentaram os bens patrimoniais e aspectos da história urbana que se referem à criação da cidade e o início de seu desenvolvimento, refletidos em transformações arquitetônicas e urbanas. O crescimento populacional e o desenvolvimento da industrialização de produtos agrícolas, fizeram surgir novas edificações em outros estilos. A expansão horizontal da cidade rompeu definitivamente os limites do plano urbano, consolidando bairros e criando novas centralidades.

O sítio cultural se manteve como concentrador de atividades comerciais, de serviços, educacionais, administrativas e de lazer. Lugar das festas religiosas e cívicas e do *footing*¹⁷ na avenida central, contava com os clubes sociais e esportivos que agitavam a vida social. A população do sítio cultural se mantinha diversificada em termos de níveis de renda e novas edificações em outros estilos arquitetônicos eram construídas no espaço urbano. Os reflexos dessas transformações são verificáveis em edificações de alvenaria e de madeira – Capítulo 2.

A partir da década de 1940, muitas edificações de alvenaria foram construídas no estilo classificado como Arquitetura Art Déco¹⁸, conjunto mais numeroso do IPAC com 66 edificações, localizadas em todo sítio e concentradas na avenida central (Prancha 4). A maioria abriga atividades comerciais e residenciais, além de três colégios, um hospital e um prédio industrial. Possuem sacadas e adornos nas fachadas, mas diferente do ecletismo, com desenhos regulares e formas bastante simplificadas. As edificações na avenida central mantiveram a organização anterior de usos, comercial no térreo e residencial superior, mas com mais pavimentos, com edificações de dois a quatro andares. Muitas são propriedades de famílias tradicionais do município e mesmo que boa parte delas tenha sofrido modificações em suas características originais foram selecionadas para o inventário. Como exemplo de Arquitetura Art Déco preservada há exemplares protegidos pelo IPHAE e em nível nacional, edificações em Goiânia, capital de Goiás, tombadas pelo IPHAN em 2003 (Lima Filho, 2008).

¹⁷ Denominação dada ao hábito de passear após a missa matinal de domingo, oportunidade de encontro social. A atividade era realizada por famílias e por jovens solteiros.

¹⁸ O Art Déco nasceu em exposições comemorativas do início do século XX, sendo um estilo simultâneo ao modernismo, intimamente ligados ao processo de industrialização. No Brasil, representa um novo desenho construído através de técnicas tradicionais. No RS a principal referência foi a Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha (1935), ocorrida na capital Porto Alegre.

O último estilo classificado como significativo no inventário em Erechim foi a Arquitetura Modernista¹⁹, cuja lista é composta por 22 edificações localizadas no sítio cultural e em bairros adjacentes. As localizadas ao norte do sítio cultural são, na maioria, grandes residências da elite, algumas propriedades de famílias tradicionais do município. Há também dois edifícios residenciais, o mais alto com sete pavimentos, ambos com comércio no térreo; o ginásio de um importante colégio; e a sede social do Clube do Comércio, localizado na Av. Maurício Cardoso. Outra edificação que remete a este estilo, mas não consta no IPAC, é a Igreja Matriz Catedral São José, localizada na praça central, construída entre 1969-77, após a demolição da edificação antiga em estilo Neobarroco²⁰, construída entre 1927-42 (Prancha 4).

Acompanhando o crescimento da cidade e as transformações das edificações outras obras modificaram o espaço urbano. No início da década de 1950 a PME realizou obras de qualificação do traçado viário no sítio cultural e da praça central, atual Praça da Bandeira²¹. A praça recebeu projeto paisagístico, um chafariz em seu centro e um mosaico, desenhado no pavimento, que representa o trabalho na terra realizado pelos imigrantes europeus que colonizaram o município. As calçadas em frente às edificações foram padronizadas; ao longo da avenida central, entre as pistas, foram criadas calçadas para pedestres e áreas de estar arborizadas; as avenidas e ruas foram pavimentadas; e para os veículos transporem a linha férrea foi construído um viaduto. Em 1948 foi criado o Parque Municipal Longines Malinowski, uma grande área verde com vegetação nativa no limite do sítio cultural.

A verticalização das edificações trouxe profundas modificações ao sítio cultural. Este processo, ainda em curso e cada vez mais acentuado, teve início com a construção da primeira edificação em altura em 1957, o *Condomínio Erechim*, de 12 pavimentos. Na região da avenida central, espaço economicamente valorizado e concentrador de atividades, tem ocorrido nos últimos anos intensiva substituição das edificações antigas de até quatro pavimentos por prédios em altura, de uso comercial e residencial. Essas transformações contemporâneas impulsionaram a atual política de preservação municipal para que determinadas edificações antigas, registros da história urbana, permaneçam no sítio cultural.

¹⁹ Ou Arquitetura Moderna, é composta por formas simples, geométricas e sem ornamentos, valorizando os materiais, principalmente os industrializados como o ferro e o concreto.

²⁰ Ou Neocolonial, foi muito utilizado nas primeiras décadas do século XX. Faz referência ao período colonial brasileiro, principal estilo protegido pelo IPHAN durante a fase heroica.

²¹ O nome se refere à bandeira do Brasil erigida na praça em 1998, com 35m de altura.



Vista aérea da parte norte da avenida central em 1957, a esquerda o Condomínio Erechim, em construção. Foto: Arquivo Histórico Municipal.



Condomínio Erechim, primeiro prédio em altura.



Praça central após obras, década de 1960. Fotos: Arquivo Histórico Municipal.



Praça central, ao fundo torres da antiga Igreja Matriz Catedral São José e Condomínio Erechim. Foto: Arquivo Histórico Municipal, sem data.



Colégio São José, Arquitetura Art Déco. Foto: Simone Prestes, 2011.



Casa Dr. Bisognin, Arquitetura Art Déco. Foto: Simone Prestes, 2011.



Atual Igreja Matriz Catedral São José. Arquitetura Modernista. Fotos: Simone Prestes, 2011.



Exemplo do contraste entre verticalização e edificações antigas.



Mapa Bairro Centro | 2012 | Sem escala

- Quadras | Centro
- Quadras | Bairros
- Cemitério
- Estação Férrea
- Linha Férrea
- Avenida Central
- Praças

Quadras onde estão as edificações:

- Arquitetura Art Déco | 1
- Arquitetura Modernista | 2
- Colégio São José | 3
- Igreja Matriz Catedral São José | 4
- Centro Cultural 25 de Julho | 5
- Vale do Dourado | 6

PRANCHA 4 Da Arquitetura de Alvenaria à Verticalização

Elaboração | Simone Prestes

1.3.4. A centralidade do sítio cultural

As três imagens anteriores apresentaram características das transformações na arquitetura e no espaço urbano, que através da política de preservação municipal pretendem ser fixadas como representativas da história municipal. Os bens patrimoniais em Erechim estão dispersos em todo o município, mas especialmente concentrados no sítio cultural e em parte da avenida central. O que diferencia este lugar do restante da cidade, além da divisão política dos bairros, é o traçado viário, pois edificações nos estilos presentes no IPAC são encontradas em todos os bairros, o que demonstra a representatividade do conjunto patrimonial selecionado para tombamento.

As edificações localizadas nos bairros revelam etapas da expansão e do desenvolvimento da cidade. Nestes, além de edificações de alvenaria nos diversos estilos arquitetônicos tratados anteriormente, há edificações contemporâneas e prédios de diferentes alturas. Também é significativo o número de edificações de madeira em diversos estilos, antigas e contemporâneas, como as do sítio cultural expostas no Capítulo 2. Predominantemente residenciais, os demais bairros possuem centralidades comerciais e de serviços que, no entanto, se mantêm dependentes do sítio cultural, centro administrativo, comercial e de serviços, cujas atividades também atendem os cidadãos dos outros municípios da região. Ao longo dos anos as atividades industriais se afastaram cada vez mais do centro, processo acelerado e intensificado pela criação do bairro Industrial na década de 1970, com estrutura adequada e junto a BR-153, principal acesso rodoviário ao município.

Além das edificações em diferentes estilos arquitetônicos, o IPAC lista treze Áreas de Interesse Cultural e de Preservação Natural, localizadas no sítio cultural e em bairros adjacentes: cinco edificações industriais às margens da linha férrea; o aeroporto; o Cemitério Pio XII; o Centro Cultural 25 de Julho; a Igreja Luterana Protestante; o Parque Longines Malinowski; o Vale do Dourado ao norte da avenida central; o Estádio Olímpico Colosso da Lagoa; e o Seminário Nossa Senhora de Fátima, onde acontece a Romaria declarada bem imaterial do município (Prancha 4 e 5). É importante ressaltar, que a história de Erechim pode ser lida nas edificações localizadas em toda a extensão da cidade, que junto com o traçado viário contam sobre o desenvolvimento e a expansão urbana. No entanto, por ser a gênese da ocupação, o sítio cultural concentra mais camadas históricas, assim como a avenida central, que desde a implantação do plano urbano organiza, concentra e representa certo modo de vida local.

A importância da avenida central é notada pelo papel de organizadora do espaço urbano, desempenhado desde os primeiros anos da cidade, e pela quantidade de edificações nela localizadas que foram classificadas como bens municipais. Oficialmente é denominada Av. Maurício Cardoso ao norte da praça central, e Av. Sete de Setembro, ao sul, no entanto, essa divisão é secundária nas práticas cotidianas, quando é tratada pelos cidadãos apenas como “a avenida”. Isso denota uma unidade, revelada em sua continuidade espacial e na centralidade de suas atividades. A avenida corta o sítio cultural e além de atividades e usos consolidados sua importância urbana cresce com a construção de alguns equipamentos e por sua ligação com a BR-153 (Pranchas 1 e 5).

Para além da nomenclatura oficial e da homogeneização empregada pela vida cotidiana, nesta dissertação a avenida é dividida em três partes, para efeitos de análise, com o objetivo de contextualizar o lugar onde está localizada a Casa Rigoni (Prancha 6). A 1ª parte da avenida central, que diz respeito a Av. Maurício Cardoso, é seu trecho mais antigo, com atividades comerciais, de serviços, administrativas, residenciais e de lazer consolidadas. Nesta parte está a maioria das edificações inventariadas para tombamento pela PME, sendo também o lugar onde teve início o processo de verticalização da cidade.

A 2ª parte da avenida central foi sua primeira extensão, ligando a Praça da Bandeira à atual Praça Jaime Lago, primeiro trecho da Av. Sete de Setembro. Nesta parte está localizada a Casa Rigoni, pesquisada em profundidade. O uso residencial é o mais consolidado e nas últimas duas décadas apresentou crescimento substancial de atividades comerciais, no entanto guarda muitos aspectos de um bairro residencial, como será apresentado no Capítulo 2. Neste trecho estão localizados alguns bens patrimoniais e edificações de todos os estilos arquitetônicos presentes no inventário. A verticalização e o valor econômico dos terrenos têm impulsionado a substituição de muitas edificações antigas por edificações contemporâneas, principalmente, prédios em altura. A 3ª parte da avenida central foi o último trecho a ser urbanizado, nele estão localizados grandes equipamentos como um grande supermercado com galeria de lojas, o seminário, as universidades (URI, UFFS), o estádio, entre outros. Neste último trecho são encontrados muitos prédios residenciais em altura e edificações contemporâneas, enquanto que as edificações antigas de madeira permanecem apenas nas ruas adjacentes, os exemplares restantes foram recentemente demolidos.

Apresentados os contextos de elaboração da pesquisa, do espaço urbano e da política de preservação municipal, os capítulos que seguem discutem a Arquitetura de Madeira e os *agentes* do campo patrimonial.

Capítulo 2

Arquitetura de Madeira ou as casas que desafiam o tempo

Para apresentar a Arquitetura de Madeira em Erechim, enquanto síntese dos conceitos de patrimônio material e imaterial, este capítulo inicia com a apresentação da diversidade de edificações de madeira presentes no sítio cultural. Os sentidos de preservação e tombamento são problematizados a partir da Casa da Família Rigoni, edificação de madeira pesquisada em profundidade. A partir desta casa foi possível pensar sobre as relações sociais que a envolvem e humanizam garantindo sua conservação e permanência no espaço urbano.

2.1. Casas humanizadas: patrimônio material e imaterial

A noção de patrimônio cultural, reformulada ao longo do tempo como demonstrado no Capítulo 1, é atualmente entendida como herança de um grupo social, na qual ele se reconhece enquanto tal, que pode ser institucionalizada através da proteção. Carrega consigo classificações importantes como a distinção entre bens móveis e imóveis, os primeiros são objetos, obras de arte e documentos que permanecem abrigados em museus e bibliotecas. Os bens imóveis são edificações protegidas por lei de tombamento, que ao terem sua demolição impedida trazem questões relativas à sua utilização e manutenção. Ambos são bens materiais que possuem uma longa história de preservação e proteção, em diferentes níveis – internacional, nacional e regional. Nas últimas décadas, a inclusão de outros tipos de bens distinguiu duas categorias: patrimônio material e imaterial (IPHAN) ou tangível e intangível (UNESCO).

Segundo o IPHAN, o patrimônio imaterial diz respeito às práticas e domínios da vida social enraizados no cotidiano de grupos formadores da sociedade brasileira. Vinculado ao território e às condições materiais, é transmitido entre gerações, recriado e apropriado como elemento de identidade. São considerados bens imateriais: saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares que abrigam práticas culturais coletivas, como mercados, feiras e santuários. Os bens imateriais selecionados pela PME são a Romaria de Nossa Senhora de Fátima, já protegida, e os grupos musicais listados no IPAC: a Orquestra Sinfônica Municipal e três grupos organizados por descendentes de imigrantes europeus – Alles Blau (alemães), Gilé (italianos) e Jupem (poloneses).

A ampliação da noção de patrimônio realizada com a distinção entre material e imaterial, de certo modo, expressa a moderna concepção

antropológica de cultura, onde a ênfase está nas relações sociais ou nas relações simbólicas, e não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas (Gonçalves, 2005). Essa concepção traz consigo as noções de valorização da diversidade, contextualização e relativização, e emergiu como “luta contra o racismo, o etnocentrismo, o evolucionismo e a hierarquização dos povos numa história única e linear baseada em critérios de progresso e de civilização” (Abreu, 2007: 272). A principal contribuição dessa concepção ao patrimônio foi o reconhecimento, por parte do Estado, de diferentes manifestações sociais, étnicas e religiosas que fazem parte de uma nação. Quanto à dimensão política o patrimônio imaterial tem possibilitado a inclusão de diferentes agentes sociais, inclusive de setores subalternos, nas negociações do campo patrimonial e nas políticas culturais (Castells, 2010).

Alguns autores criticam a distinção rigorosa entre materialidade e imaterialidade pressupondo que não há complementaridade ou distinção de fenômenos. Segundo Gonçalves (2005) o uso analítico da categoria patrimônio em relação às teorias antropológicas deve enfatizar a materialidade da cultura, pois não há como falar de patrimônio sem a sua dimensão material. Assim, parece curioso ao autor o uso da noção de imaterialidade para classificar bens tão materiais quanto são lugares, festas, espetáculos e alimentos. Portanto, o que deve ser ressaltado em relação ao patrimônio é que se trata de uma categoria ambígua, que transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões.

A relação entre materialidade e imaterialidade também pode ser problematizada a partir da noção de objeto documental (Silveira e Lima Filho, 2005). Sendo a materialização de concepções culturais referência e consequência da construção cultural, ela possibilita a compreensão de outros domínios como a economia, política, arte, parentesco ou religião. Metonímia de um sistema cultural, qualquer objeto é um documento passível de uma interpretação que o remete aos contextos culturais específicos de sua produção física e simbólica. Os objetos estão envolvidos por significados que são compartilhados pelos membros de uma sociedade, seu valor e seu sentido simbólico fazem os objetos emergirem da experiência intersubjetiva das pessoas em interação entre si e delas com o mundo. A partir do contato entre materialidade e subjetividade os objetos dispersam sentidos e imagens, rememoram vivências e permitem experienciar a tensão entre o esquecimento e a lembrança (Silveira e Lima Filho, 2005; Gonçalves, 2007).

Uma vez que os objetos sempre remetem a alguém ou a algum lugar, permanecem como elementos de uma paisagem construída – as edificações e o plano urbano em Erechim; ou de uma paisagem corporal

– utensílios, joias, roupas etc. Nesse sentido é possível falar de uma memória impregnada nos objetos, que se refere a (inter)subjetividade do sujeito e o (re)situa no mundo, fortalecendo seus vínculos (Silveira e Lima Filho, 2005). Assim, as coisas antigas – edificações, móveis, objetos de decoração, utensílios da casa e do trabalho, impregnados por laços afetivos e memórias, são preservados e conservados por seus proprietários, mesmo sem incentivos ou determinações estatais.

A noção de objeto documental e os conceitos de materialidade e subjetividade nos ajudam a compreender a ambiguidade do patrimônio. Segundo Gonçalves (2005), as instituições, ritos e objetos patrimoniais são simultaneamente: percebidos como universais e singulares, reconhecidos como necessários e contingentes, adquiridos e herdados, materiais e imateriais, objetivos e subjetivos, ligados ao passado, presente e futuro, próximos e distantes, assumindo formas sociais e textuais. Outro aspecto importante do patrimônio é a ressonância que ele causa, ou seja, o reconhecimento pela população a que se refere, pois o patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas, nem exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os bens precisam encontrar ressonância junto a seu público, o que depende dos usos e sentidos que lhes são atribuídos. O conceito de ressonância ressalta a eliminação de ambiguidades presente na produção patrimonial, o que pode colocar em risco sua integração à cultura local, ou seja, o poder de evocar as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu (Gonçalves, 2005; Arantes, 2009).

Os bens materiais são protegidos através do tombamento e os bens imateriais através de seu registro, no entanto, sua preservação não depende apenas da instituição de uma lei. A permanência de edificações no espaço urbano e a conservação destes espaços e de objetos antigos dependem de outras relações que os envolvem e lhes atribuem sentidos. A seguir, a Arquitetura de Madeira em Erechim será problematizada como uma síntese de aspectos materiais e imateriais do patrimônio, pois além de ser alvo da política de preservação, é representante do modo de construir dos imigrantes italianos e lugar das experiências cotidianas. Algumas dessas edificações, como a Casa Rigoni, podem ser consideradas como um patrimônio vivo, pois são conservadas, principalmente, em função das práticas, dos laços familiares e das memórias que também as humanizam. Portanto, este capítulo apresenta aspectos da diversidade das edificações de madeira em Erechim, dentre as quais é destacado o caso exemplar da Casa Rigoni, que revela elementos importantes da cultura em que está inserida e através da qual são problematizados os sentidos de preservação e tombamento.

2.1.1. Arquitetura de Madeira em Erechim

A Arquitetura de Madeira em Erechim é entendida como síntese dos conceitos de patrimônio material e imaterial por ser um modo de fazer, no caso construir, característico do início da implantação da cidade e que mantido e reinterpretado ao longo dos anos produziu um conjunto diversificado de edificações. Para além de sua materialidade e de serem representativas de um modo de fazer, essas edificações são envolvidas por subjetividades, memórias, usos e experiências cotidianas capazes de revelar o que as humaniza: os modos de vida e os laços afetivos, aspectos determinantes de sua permanência no espaço urbano.

O ponto de partida para a análise da Arquitetura de Madeira em Erechim foi o inventário elaborado pela Prefeitura Municipal e suas categorias de classificação, os estilos arquitetônicos das edificações. Os bens de madeira que compõem o conjunto patrimonial foram classificados como: Arquitetura da Colonização e Arquitetura de Interesse Cultural Rural, cuja referência histórica e alguns aspectos foram apresentados no Capítulo 1. No entanto, essas categorias, que se referem ao início da construção da cidade, são insuficientes quando nos deparamos com o conjunto diversificado presente na cidade.

A possibilidade de ampliar a análise do IPAC quanto a Arquitetura de Madeira, surgiu durante a pesquisa de campo. No início, em função das leituras realizadas e de minha vivência na cidade, pensava nas edificações de madeira como importantes registros da história urbana em vias de desaparecimento, especialmente, em função da pressão imobiliária, expressa na verticalização e nas demolições; e da pouca durabilidade e status inferior do material, quando comparado à alvenaria. Durante a pesquisa, especialmente nas saídas fotográficas, pude constatar outra situação. As edificações de madeira em Erechim são abundantes e diversas quanto às tipologias arquitetônicas e as temporalidades que representam, estando presentes em todos os bairros da cidade. Em relação ao material, apesar de sua durabilidade reduzida e da manutenção custosa e periódica, as edificações são preservadas no espaço urbano, a maioria em bom estado de conservação; e mesmo sendo um material que, muitas vezes, não representa *status*, há em Erechim edificações de madeira em bairros de diferentes classes sociais.

As edificações de madeira também são muitas e diversificadas no sítio cultural e na região da avenida central, onde a pressão imobiliária, para verticalização e substituição, é ainda maior do que nos bairros. Além disso, há em muitas ruas sequências de edificações de madeira onde um mesmo desenho arquitetônico foi repetido em quatro ou cinco

edificações; sequências de edificações de madeira com desenhos arquitetônicos diferentes; e edificações de madeira e de alvenaria que possuem o mesmo desenho arquitetônico (Prancha 5). Assim, a pesquisa de campo revelou a naturalização do olhar da pesquisadora quanto às edificações de madeira, o que transformou a pesquisa em si. Essas observações e os registros fotográficos permitiram um exercício de estranhamento diante do patrimônio erechinense e reorientaram o foco da pesquisa, que se concentrou nas edificações de madeira.

A situação vivenciada durante a pesquisa de campo permite um paralelo com a análise de Magnani (2002) sobre os dois enfoques do debate em torno da questão urbana. Em um deles, *de longe e de fora*, a cidade é representada como uma entidade a parte dos indivíduos e pensada apenas como resultado de fatores de ordem macro, nele há um papel determinante de certos atores sociais e a ausência de outros²². Buscando captar aspectos que passam despercebidos quando enquadrados dessa maneira, o autor sugere um olhar *de perto e de dentro*, que identifique, descreva e reflita sobre os diferentes aspectos, pontos de vista e cenários do exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida pública. Essa mudança de foco tem a vantagem de evitar a dicotomia que opõe os indivíduos e as estruturas urbanas, revelando outras mediações por meio das quais os cidadãos participam efetiva e cotidianamente da cidade. O autor sugere olhar a partir dos arranjos dos próprios *agentes*, entendendo o espaço não como mero cenário, mas como parte constitutiva do recorte de análise.

A leitura do poder municipal sobre o patrimônio em Erechim, que resultou no IPAC²³, pode ser comparada ao enfoque *de longe e de fora*, pois, apoiada unicamente em critérios técnicos foi debatida apenas em um grupo restrito, o COMPHAC, sendo um tema obscuro ao restante da população. As consequências se revelam, principalmente, no medo generalizado do tombamento e na pretensão de garantir um ganho econômico com a construção de prédios em altura. Enfim, a falta de informações sobre a preservação patrimonial e seus instrumentos, e a falta de diálogo entre os técnicos responsáveis e a população geram preocupação entre os proprietários e acabam por acelerar o processo de demolições e substituição de edificações antigas por contemporâneas, justamente o que a preservação patrimonial pretende combater.

²² Respectivamente, os representantes do capital e das forças de mercado e os moradores, que quando aparecem são passivos (excluídos e espoliados) e, em leituras mais militantes, recuperados como sujeitos de estratégias políticas como o orçamento participativo.

²³ Baseado em critérios históricos, artísticos e arquitetônicos e que leva em conta fatores da ordem do planejamento urbano.

O enfoque *de perto e de dentro* sobre o patrimônio em Erechim foi possível durante a pesquisa de campo. Através de entrevistas com proprietários e com agentes da ação pública sobre as edificações e sua proteção, visitas e acompanhamento das práticas cotidianas nas edificações, ou seja, dos arranjos dos *agentes*, e tendo a arquitetura como parte fundamental do recorte de análise, foi possível constatar a diversidade da Arquitetura de Madeira em Erechim e o que a humaniza: as práticas, os laços familiares e as memórias que as envolvem. O mesmo pode ser dito quanto às etapas do processo de preservação institucional e seus objetivos turísticos, que só puderam ser desvendados a partir do contato com os agentes da ação pública institucional, especialmente os técnicos da PME. Assim, a pesquisa trouxe à tona diversos olhares sobre o patrimônio em Erechim e deixou evidente a necessidade de maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento da política de preservação municipal.

Para apresentar a diversidade de desenhos arquitetônicos da Arquitetura de Madeira em Erechim, foram destacados exemplos de transformações e permanências desse modo de construir (Prancha 5). Essas edificações, todas residenciais algumas com comércio e serviços, estão localizadas no sítio cultural, especialmente na região da avenida central (quadras adjacentes). Importante esclarecer que este trabalho, através destes exemplos, pretende ressaltar a importância da diversidade de edificações de madeira como testemunhos da história urbana, bem como a necessidade de um estudo aprofundado para futuro inventário.

A origem da Arquitetura de Madeira em Erechim está atrelada a época de implantação da cidade e a chegada dos imigrantes italianos, maioria dos construtores da cidade. Apesar da diversidade de etnias de imigrantes europeus as edificações eram todas semelhantes e seguiam o modelo das edificações rurais da imigração italiana das Colônias Velhas²⁴, onde a técnica de construir com a madeira abundante da região já era difundida. Em Erechim, além do uso da matéria-prima local nas construções, as atividades econômicas ligadas à madeira – extração e beneficiamento – foram um importante setor da economia por décadas, no entanto, o desmatamento fez decair sua importância. Além das edificações de madeira, constam no IPAC como bens representativos da imigração no município: três grupos musicais e o Centro Cultural 25 de Julho, criado por imigrantes alemães e atualmente mantido pela PME.

²⁴ Primeiras colônias de imigrantes no RS. Sua arquitetura, considerada registro importante da história nacional, foi protegida no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Antônio Prado, tombado pelo IPHAN em 1990.



Edificação de madeira, região da avenida central. Foto: Simone Prestes, 2011.



1 | Arquitetura da Colonização, avenida central. Foto: Simone Prestes, 2011.



4 | Casa Prof. Mantovani, Arquitetura da Colonização. Foto: Simone Prestes, 2011.



4 | Arquitetura da Colonização, chalé, avenida central. Foto: Simone Prestes, 2011.



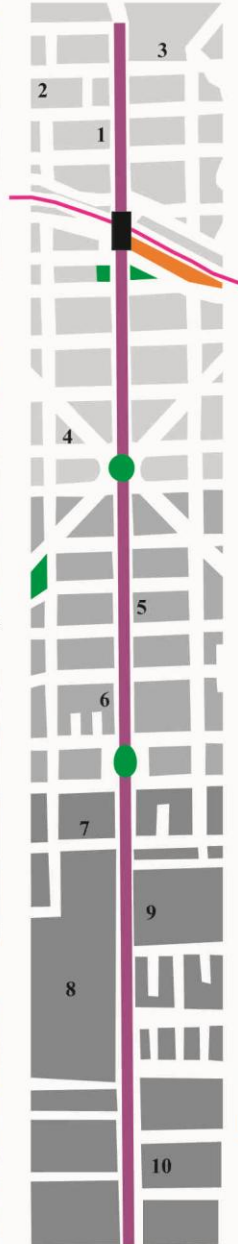
Edificação de madeira, região da avenida central. Foto: Simone Prestes, 2011.



6 | Edificação de madeira, avenida central. Foto: Simone Prestes, 2011.



7 | Sequência de edificações de madeira em diferentes estilos arquitetônicos, ao fundo prédios em altura na avenida central. Foto: Simone Prestes, 2011.



2 | Edificação de madeira, região da avenida central. Foto: Júlia Prestes, 2012.



3 | Edificação de madeira, região da avenida central. Foto: Júlia Prestes, 2012.



5 | Casa da Família Rigoni, Arquitetura da Colonização. Foto: Simone Prestes, 2011.



Edificação de madeira, com características modernistas. Foto: Simone Prestes, 2011.



Conjunto de edificações de madeira, repetição do desenho arquitetônico. Próximas ao limite do sítio cultural. Foto: Simone Prestes, 2012.



Edificações de madeira e de alvenaria com o mesmo desenho arquitetônico. Foto: Simone Prestes, 2012.



PRANCHA 5
Arquitetura de Madeira
em Erechim

Elaboração | Simone Prestes

Os primeiros imigrantes foram alojados em grandes barracões de madeira e as primeiras edificações de madeira em Erechim foram organizadas de acordo com o plano urbano e seguiram o desenho arquitetônico trazido pelos imigrantes italianos. Essas edificações foram construídas paralelamente as ruas que estavam sendo implantadas, no limite frontal ou no centro dos lotes delimitados. O fundo dos lotes era destinado, principalmente, ao cultivo de pomares de frutas e hortas de legumes e verduras, bem como a criação de animais para subsistência das famílias. Eram realizados mutirões para a construção de cada edificação, coordenados por construtores de diferentes famílias de imigrantes italianos. A madeira era extraída da mata abundante na região e os elementos construtivos eram manufaturados com as ferramentas adquiridas junto a Comissão de Terras e Colonização, responsável pelo assentamento dos imigrantes.

As paredes das edificações de madeira eram construídas com tábuas largas, aproximadamente 30 cm, colocadas verticalmente lado a lado, cujas frestas eram vedadas com tábuas finas, chamadas mata-juntas. Com o desenvolvimento das atividades de extração e beneficiamento da madeira as serrarias passaram a produzir tábuas com um encaixe chamado de “macho-fêmea” que foram amplamente utilizadas em edificações com os mais variados desenhos arquitetônicos. Os telhados eram executados em duas águas com grande inclinação²⁵ criando um sótão, ou sobrado, que era utilizado para armazenamento de alimentos, secagem de grãos ou como dormitório. Os primeiros telhados eram cobertos com lascas de madeira, posteriormente substituídas por telhas de zinco ou telhas cerâmicas.

A topografia irregular do terreno onde a cidade foi implantada trouxe a necessidade de alterações no desenho de algumas ruas. O que também determinou a construção de edificações sobre porões que as elevavam ao nível da rua, além de permitir a ventilação da estrutura do assoalho, sendo a maioria utilizada como depósito de mantimentos e de ferramentas. Nas edificações de uso misto, os comércios eram alocados no térreo ao nível da rua e as residências dos proprietários no segundo pavimento, modelo mantido nas edificações de alvenaria. Nas primeiras edificações de madeira a cozinha era separada da casa para evitar incêndios, bem como o banheiro que era externo e não possuía instalações hidráulicas. A difusão da alvenaria permitiu que a cozinha e o banheiro fossem incorporados as edificações de madeira.

²⁵ Decorrente do conhecimento e dos hábitos trazidos da Europa, onde a grande inclinação dos telhados, próxima de 45 graus, evita o acúmulo e o peso da neve.

As fachadas das primeiras edificações de madeira eram muito simples e sem ornamentos, com exceção do primeiro prédio público, a sede da Comissão de Terras e Colonização popularmente conhecido como Castelinho (Pranchas 2 e 7). Essa edificação se diferenciava das demais pela suntuosidade e riqueza de ornamentos, expressas nas várias águas de seu telhado, nos rebuscados lambrequins²⁶ dos beirais, nos ornamentos das janelas e nas grandes varandas laterais. A semelhança entre o Castelinho e as demais edificações ficava por conta do telhado bastante inclinado e do porão, que neste caso servia para elevar o prédio em relação ao nível da rua, conferindo-lhe imponência com a escadaria frontal, principal acesso à edificação.

A Comissão de Terras era o órgão público da época, sendo construída no lugar destinado a administração da vila no plano urbano: em frente à praça central. Para execução da obra foi contratado o construtor Sr. Germano Müssig e o material era da região. Na edificação original não foram utilizados pregos, sendo toda a madeira fixada por meio de encaixes e pinos, garantindo a segurança estrutural. O Castelinho foi a primeira edificação da cidade a possuir banheiro interno e instalações hidráulicas, cuja água era bombeada com um cata-vento. Com os anos a edificação original sofreu algumas transformações nos ornamentos das fachadas e recebeu um anexo de dois pavimentos nos fundos conhecido como “pombal”, que ampliou o espaço disponível.

Desde sua inauguração o Castelinho abriga funções públicas, e na época da Comissão de Terras, além das funções administrativas e de ser a residência do intendente, o prédio abrigava serviços aos imigrantes, como enfermaria e escola. Atualmente abriga exposições e eventos culturais e o Centro de Apoio ao Turista. Documento representativo da política migratória, o Castelinho foi protegido pelo IPHAE através da Portaria nº 04 de 1991 e inscrito no Livro Tombo Histórico sob o nº 66. Propriedade do Governo do Estado do RS o prédio foi passado aos cuidados da Prefeitura Municipal no ano de sua proteção e doado a mesma através da Lei nº 11.229 de 1998. Apesar da manutenção realizada para o seu funcionamento a degradação da edificação é rápida, sendo necessárias obras mais gerais de restauro como a realizada entre 1995-6 sob a supervisão dos técnicos municipais. Atualmente é alvo de novo estudo de restauro realizado por um escritório de arquitetura contratado pela PME, como exposto no Capítulo 3.

²⁶ Ornamento feito de madeira recortada que lembra o desenho de uma renda. Utilizado como decoração no acabamento dos beirais dos telhados. Esses ornamentos também foram muito utilizados nas edificações de madeira tombadas pelo IPHAN em Antônio Prado.

As edificações de madeira construídas pelos imigrantes e o Castelinho são os exemplares da Arquitetura de Madeira em Erechim selecionados para o IPAC. Esses bens, que se referem à época de implantação da cidade, foram classificados em duas categorias. A Arquitetura de Interesse Cultural Rural abrange quatro edificações de madeira localizadas fora da área urbana: a Estação Ferroviária – Capoerê, representativa da imigração; a Capela Santa Tereza e duas edificações residenciais. As edificações localizadas na área urbana, no sítio cultural e, especialmente, na avenida central foram classificadas como Arquitetura da Colonização, categoria que compreende o Castelinho e outras onze edificações particulares, das quais uma já foi demolida, sendo as outras: seis residências unifamiliares e quatro edificações com usos residencial e comercial. Estas duas categorias são representativas da arquitetura de imigração, mas ignoram a manutenção e as transformações do modo de construir em madeira.

A manutenção desse modo de fazer é verificada na continuidade de características estéticas e funcionais das edificações, na quantidade e conservação das mesmas e na presença de edificações de madeira em bairros de diferentes classes sociais. As transformações dizem respeito, principalmente, aos diferentes desenhos arquitetônicos empregados. O aperfeiçoamento da técnica permitiu a profusão de determinadas características do Castelinho na arquitetura residencial, como: as varandas, os telhados de várias águas e os ornamentos, especialmente os lambrequins. Em relação às primeiras edificações de madeira construídas pelos imigrantes italianos, nota-se a supressão dos sobrados pelo uso de inclinações menores, bem como a continuidade de algumas características como: a implantação das casas; o uso do fundo do lote para cultivo; o uso de tábuas com encaixe nas paredes; e a construção de porões. Estes, além de elevar as edificações ao nível da rua, também foram construídos como um pavimento inferior, mesmo em edificações localizadas em terrenos planos. O porão passou a ser um pavimento inferior da casa utilizado como depósito, garagem, área comercial ou residencial; as escadarias frontais, demarcando o acesso principal, também foram muito utilizadas (Prancha 5).

Assim como as construções de madeira influenciaram as de alvenaria – quando, por exemplo, foi mantida a organização das funções comercial no pavimento térreo e residencial no superior – o oposto também se verifica. A continuidade e desenvolvimento do modo de construir em madeira foi influenciado pelos diferentes estilos arquitetônicos empregados na arquitetura de alvenaria. A profusão dos ornamentos na arquitetura de madeira acompanhou o uso do estilo

Eclético, bem como a simplificação e geometrização dos ornamentos do Art Déco. Edificações de madeira com características da Arquitetura Modernista²⁷ também são encontradas no município.

A influência mútua entre os desenhos arquitetônicos empregados nas edificações de madeira e de alvenaria também é evidente em edificações mais recentes, nas quais o desenho usado em edificações de madeira foi copiado nas de alvenaria, criando sequências de edificações que são semelhantes no desenho, mas diversas nos materiais (Prancha 5). Isso revela a influência e manutenção de características estéticas, bem como certa continuidade nos hábitos dos moradores, que satisfeitos com a funcionalidade das edificações replicam seu desenho independentemente do material utilizado. Além de sequências de edificações de madeira e de alvenaria com o mesmo desenho, há no sítio cultural uma sequência de casas de madeira idênticas selecionada para o IPAC. A pesquisa de campo também permitiu a identificação de várias sequências de edificações de madeira com diferentes desenhos arquitetônicos em ruas do sítio cultural, especialmente na região da avenida central. Estes conjuntos podem ser classificados como mais um elemento que compõe o mosaico heterogêneo de edificações do sítio cultural em Erechim (foto 7, Prancha 5).

Outro exemplo das influências entre os modos de construir em madeira e em alvenaria são as edificações ecléticas, primeiro estilo arquitetônico a ser construído em alvenaria e em grande quantidade. Nestes casos, as fachadas eram construídas em alvenaria, enquanto todo o interior da casa – as divisórias, pisos, forros e escadas – ainda eram construídos em madeira. Como exemplar dessas edificações ecléticas mistas há a Casa Massignan (Prancha 7), que teve a oportunidade de conhecer intermanete e que apresenta apenas uma “casca” de alvenaria. A miscigenação de materiais é uma prática comum na cidade, desde o tempo dos primeiros anexos de alvenaria construídos junto às edificações de madeira, que abrigavam principalmente a cozinha e o banheiro. As edificações mistas, até hoje, são comuns em todos os bairros da cidade, tanto nas que já foram construídas desta forma, quanto em edificações que receberam novos cômodos pela necessidade de ampliação do espaço privado da casa.

O estado de conservação das edificações de madeira em Erechim varia em função do nível de renda de seus proprietários e usuários, e das

²⁷ As mais comuns são a utilização de pilotis no pavimento térreo (pilares sem paredes), a racionalização dos espaços e geometrização das fachadas e a utilização de telhados quase planos ou ‘borboleta’, com as águas invertidas, como no exemplo apresentado na Prancha 5.

relações sociais que envolvem as edificações – como hábitos e relações afetivas e familiares. Mas, apesar da durabilidade reduzida e da manutenção custosa e periódica da madeira quando comparada à alvenaria, no geral, o estado de conservação varia entre bom e excelente. E, mesmo sendo, geralmente, um material que não representa *status* na sociedade contemporânea, há edificações de madeira em bairros de todas as classes sociais, desde mansões até casas bem simples.

Outros aspectos sobre os bens são abordados no Capítulo 3, no qual as ações dos *agentes* são analisadas a partir da atividade turística e da problematização do patrimônio como marca da cidade e como experiência cotidiana. Nos próximos itens deste capítulo os sentidos de preservação e tombamento são analisados tendo como referencial empírico a Casa Rigoni, edificação de madeira classificada como bem patrimonial no IPAC.

2.2. A preservação da Casa Rigoni

A preservação da Arquitetura de Madeira em Erechim se realiza ainda que não exista uma lei que a institua e institucionalize. Nesta dissertação são destacados alguns dos fatores determinantes da permanência dessas edificações no sítio cultural: as relações sociais vivenciadas cotidianamente por seus usuários – modos de vida e experiências – e os laços familiares e as memórias que as envolvem. Assim, é fundamental diferenciar os conceitos de preservação e tombamento, muitas vezes entendidos e utilizados como sinônimos. Segundo Rabello (2009), preservação é o conceito genérico, é a ação do Estado para conservação da memória de fatos históricos ou valores culturais de uma coletividade, por exemplo, nação, estado, município, família. Para que a preservação se concretize há diversas possibilidades de atividades administrativas (ações de fomento) e ações legislativas (leis e normas), sendo o tombamento um dos instrumentos jurídicos para a proteção do patrimônio cultural.

Uma vez que a preservação é um conceito genérico, podemos pensá-la em dois âmbitos: institucional e privado. O âmbito institucional diz respeito às práticas do Estado, no caso o município, que através de uma política de preservação preserva sua história. O âmbito privado diz respeito às relações sociais e as práticas dos proprietários e usuários, no caso famílias, que conservam as edificações em suas características originais e as mantêm no espaço urbano. Nesses dois âmbitos, compostos por diferentes grupos de *agentes*, os objetivos, práticas, opiniões, desejos e expectativas quanto a preservação e o tombamento

são múltiplos. As disputas do campo patrimonial, realizadas em acordos, conflitos e negociações entre os *agentes* fazem parte de uma dinâmica política, assim como as relações cotidianas estabelecidas nas edificações e no espaço urbano.

As práticas cotidianas, os laços familiares e as memórias que envolvem as edificações são os elementos da preservação no âmbito privado destacados nesta dissertação. Para tanto, foi selecionada como referente empírico uma edificação pesquisada em profundidade, a Casa da Família Rigoni, aqui tratada como Casa Rigoni. Esta edificação de madeira, classificada como Arquitetura da Colonização no IPAC, foi construída no final da década de 1920 na 2ª parte da avenida central. Além de terem sido mantidas suas características estéticas e funcionais originais – uso comercial no pavimento térreo e residencial no superior – a casa é propriedade da mesma família desde a sua construção e continua sendo habitada pelos herdeiros de seu primeiro proprietário.

Da mesma maneira que uma parte da história urbana pode ser lida através das edificações e do desenvolvimento da cidade (Capítulo 1), cada edificação contém parte de sua história. Pensadas como objetos documentais (Silveira e Lima Filho, 2005), as edificações nos indicam caminhos para a compreensão de outros aspectos, pois são passíveis de interpretações que remetem aos contextos sociais de sua construção e permanência no espaço urbano. Sendo o contato entre a materialidade e a imaterialidade das edificações o que as faz dispersar sentidos e imagens, a pesquisa buscou, através de um enfoque *de perto e de dentro* (Magnani, 2002), olhar a Casa Rigoni a partir dos arranjos dos *agentes* que, além de nela vivem suas experiências cotidianas, a conservam em função de seus laços familiares e de suas memórias.

Para tanto, a pesquisa em profundidade exigia não apenas o conhecimento da biografia da casa e de seus moradores, mas também de suas práticas cotidianas. O fato da residência da pesquisadora ser a menos de 300m da Casa Rigoni foi fundamental na observação das dinâmicas no contexto urbano, mas havia o desafio de conhecer o espaço privado e a história daquela edificação. Assim como aconteceu com muitos dos informantes, o contato inicial com os proprietários, que no caso também são usuários, foi através de uma vizinha, ocasião em que marcamos o primeiro de alguns encontros. A primeira visita aconteceu em uma tarde chuvosa e sob um clima de muita curiosidade, da pesquisadora que começava a desvendar seu objeto e dos informantes que tentavam entender os objetivos, a justificativa e a pesquisa em si.

A construção de uma relação de confiança e entendimento entre as partes era fundamental, uma vez que a intenção da pesquisa era

conhecer o espaço privado e compreender as razões que levam aquelas pessoas a conservar tal edificação. A cada encontro, conforme a confiança e o entendimento sobre o trabalho se consolidavam, a relação entre a pesquisadora e os informantes se tornava mais fluida. Nos encontros, que duravam cerca de duas horas, conversávamos sobre a história da casa e da família; as transformações da casa, do espaço urbano e da vizinhança; os hábitos dos moradores, além de serem tratados temas como o processo de patrimonialização e a manutenção da edificação. Além disso, eram momentos em que a pesquisadora vivenciava aquele espaço e tinha contato com as memórias que envolvem a casa e outros objetos antigos. O chimarrão ditava o ritmo das conversas que tinham como lugar a sala de jantar, ao final de cada encontro geralmente me serviam algum doce, conversávamos sobre outros assuntos variados e marcávamos o encontro seguinte.

Por estar tratando do espaço privado de meus informantes, lugar íntimo e protegido por excelência, procurei respeitar seus limites para que eles não se sentissem invadidos. Nos primeiros encontros me detive às descrições sobre as características e transformações na casa, com a consolidação da confiança e sentindo uma reciprocidade cada vez maior foi possível circular nos ambientes internos. A dinâmica de andar pela edificação e pelo terreno conversando com os informantes e já tendo conhecimento da história da casa permitiu trazer à tona diversas memórias que não surgiram nas conversas na sala de jantar. Os encontros eram marcados em função dos horários e atividades dos informantes, no entanto, a circulação diária no entorno da casa permitiu encontros que não haviam sido programados e que também revelaram muito sobre as práticas dos moradores.

A Casa Rigoni foi construída por encomenda do Sr. Carlos Rigoni, descendente de imigrantes italianos que se mudou com sua família das Colônias Velhas para Erechim em 1927. A casa era o local de moradia da família Rigoni e de trabalho do patriarca, que era alfaiate e sempre destinou pelo menos um dos cômodos a esta atividade. Morador da casa até sua morte, o Sr. Carlos deixou a propriedade aos seus filhos e a herança de seu ofício a um deles, o Sr. Luiz, que ainda trabalha na alfaiataria no térreo da casa. Duas das filhas moram na casa até hoje, a Sr.^a Rosa e a Sr.^a Oda. Foi com esses três descendentes do Sr. Carlos que pude compreender as práticas e memórias que envolvem a casa e a preservam há 85 anos, apesar das transformações do sítio cultural. Imagens da edificação e do contexto urbano em que está implantada são apresentadas na Prancha 6.

Localizada em um terreno na 2ª parte da avenida central a Casa Rigoni foi construída em uma época em que a cidade era composta quase que exclusivamente por edificações de madeira e as ruas do plano urbano estavam sendo delimitadas. Com a disseminação das construções de alvenaria, a partir da década de 1930, ficaram bem marcadas as diferenças entre a 1ª parte da avenida, onde se concentrava o centro urbano, e a 2ª parte, vizinhança da Casa Rigoni. Segundo as irmãs o entorno da casa era considerado como “a colônia”, cujas diferenças em relação ao centro eram principalmente: as edificações, que no centro eram predominantemente de alvenaria; as atividades, que na 2ª parte era predominantemente residencial; além disso, na vizinhança da casa não havia pavimentação na avenida, nem os equipamentos e melhorias que haviam sido realizados no centro e que ali chegaram anos depois. As irmãs Rigoni lembram que na infância brincavam muito na rua e nos pomares dos lotes, onde as famílias cultivavam alimentos, que havia dois córregos de água próximos a casa e que as ruas de barro exigiam um cuidado maior de limpeza antes de entrar em casa.

Com o passar dos anos, as atividades administrativas, comerciais e de serviços na 1ª parte da avenida se consolidaram e expandiram, sendo que atualmente as três partes podem ser consideradas centro urbano. O entorno da Casa Rigoni se transformou muito em relação à época da infância das irmãs, a infraestrutura urbana – pavimentação, canteiros centrais, iluminação etc. – foi implantada em toda a avenida, e as atividades comerciais e de serviços se espalharam, bem como os prédios em altura. Apesar das transformações, a função residencial sempre esteve e se mantém presente em toda a avenida e região, o que lhe confere uma dinâmica intensa em todos os dias da semana. Durante os dias úteis a movimentação é constante, como no centro de qualquer cidade, ao final do dia são comuns pessoas fazendo exercícios físicos ao longo da avenida, e a noite, a movimentação mais intensa fica por conta dos colégios e universidades, e de comércios que ficam abertos até mais tarde, como o supermercado com lojas na 3ª parte da avenida. Nos finais de semana, o movimento durante o dia diminui, mas como em muitos sábados as portas dos comércios estão abertas se verificam dinâmicas parecidas aos dias úteis. As atividades de lazer predominam nos dias de descanso, sendo que nas noites de sábado, os restaurantes e bares, localizados principalmente na 1ª e 3ª partes da avenida, ditam o ritmo. Nos domingos sem chuva a avenida se transforma em uma grande área de lazer, com diversas rodas de chimarrão nos canteiros centrais, pessoas passeando na avenida a pé ou de carro, bem como carros estacionados e envoltos por rodas de amigos escutando música.



Casa da Família Rigoni e a sua esquerda edificação de madeira que pertenceu a mesma família. Foto: Simone Prestes, 2011.



Imagens da avenida central. A esquerda, vista das edificações vizinhas. A direita, vista desde o sótão da Casa da Família Rigoni. Fotos: Simone Prestes, 2011.



Fachada principal da Casa da Família Rigoni, no térreo alfaiataria do Sr. Luiz e barbearia. Foto: Simone Prestes, 2011.



Fundos do terreno da Casa Rigoni. A esquerda, poço de água. Fotos: Simone Prestes, 2011.



Interior da alfaiataria do Sr. Luiz. Móveis da época do Sr. Carlos. Foto: Simone Prestes, 2011.



Verticalização em rua perpendicular à avenida central, em primeiro plano edificações residenciais de madeira e de alvenaria. Foto: Simone Prestes, 2011.

Na mesma rua da foto acima, contraste entre os prédios em altura e uma plantação de milho. Foto: Simone Prestes, 2011.

PRANCHA 6 Casa Rigoni e região da avenida central

Elaboração | Simone Prestes

Apesar das diversas atividades desenvolvidas na vizinhança da Casa Rigoni, a região da 2ª parte da avenida central mantém características de bairro residencial, sendo este o uso predominante. Há muitas casas nesta região e muitas sequências de edificações de madeira nas ruas adjacentes a avenida (foto 7, Prancha 5). A profusão dos prédios em altura, ao mesmo tempo em que reforça suas características residenciais, muda a imagem do lugar e acentua o contraste estético com as casas. A manutenção de alguns hábitos também evidencia contrastes, como o cultivo nos lotes, muito comuns antigamente, e ainda mantidas em muitas casas e terrenos vazios, como plantações de milho em uma rua adjacente (Prancha 6) e na avenida (foto 6, Prancha 5). A diversidade de estilos arquitetônicos inventariados no IPAC está presente neste trecho da avenida, no entanto, o que salta aos olhos é a verticalização que parece sufocar as edificações de até quatro pavimentos. A substituição de edificações antigas por prédios é cada vez mais acelerada, mas edificações como a Casa Rigoni permanecem como testemunhos da época de implantação da cidade.

A Casa Rigoni começou a ser construída em 1927, ano em que o Sr. Carlos chegou a Erechim com sua família, e a primeira etapa foi terminada no ano seguinte²⁸. Suas características estéticas são exemplares do modo de construir dos imigrantes italianos, descritos no item anterior, e foram mantidas ao longo dos anos. A casa foi implantada no limite frontal do terreno, paralelamente a avenida central, a água era retirada de um poço, localizado ao lado da casa – hoje desativado; e o fundo do lote era destinado ao cultivo de árvores frutíferas, hortas e a criação de pequenos animais como galinhas – funções mantidas, exceto pela criação de animais (Prancha 6). Essas características do uso do terreno revelam a manutenção de determinados hábitos, como o cultivo de plantas, e a necessidade de mudança de outros, como o acesso a água.

Outros hábitos foram transformados em função da expansão do centro urbano, como por exemplo, a queima de determinados tipos de “lixo” que foi proibida pela administração municipal. Um dia passando em frente à casa me deparei com a Sr.^a Rosa trazendo os restos das árvores que foram podadas para uma caçamba em frente a casa, ao nos encontrarmos ela se queixa que aquele “lixo” sempre era queimado nos fundos do terreno, mas que hoje seriam multadas caso procedessem dessa maneira. Alguns hábitos caíram em desuso, mas têm referências que foram conservadas na casa, como é o caso da peça de ferro ao lado

²⁸ A configuração atual da Casa Rigoni foi construída em quatro etapas, descritas a seguir.

da porta da cozinha. Atualmente sem uso, mas que era de grande utilidade na época em que a avenida era ainda de barro, pois naquele ferro era retirado o excesso de barro dos calçados, o que facilitava a limpeza dos mesmos. Quando questionadas sobre o porquê da manutenção daquela peça as irmãs disseram que não pretendem tirá-la de lá, pois mesmo sem uso é uma referência a “época de seus pais”, ou seja, é mais um acionador de lembranças.

Os limites entre o espaço público e o espaço privado do terreno da Casa Rigoni são delimitados por muros e grades. Segundo os informantes, as transformações urbanas trouxeram a necessidade de mais segurança, sendo que o portão de acesso ao lote está sempre trancado, bem como a porta da cozinha, acesso mais utilizado. Antigamente, revelam as irmãs, não havia tanto essa preocupação, a porta da cozinha ficava destrancada e o terreno não era todo murado como hoje em dia. De qualquer maneira os delitos como roubo sempre existiram, os irmãos me contaram sobre um grande roubo ocorrido na alfaiataria, que acarretou em grande prejuízo ao Sr. Carlos e evidenciou a necessidade de mais segurança, o que começou a gerar modificações na casa e no lote, que se intensificam com o crescimento da cidade e o aumento no número de delitos na vizinhança.

A primeira etapa da Casa Rigoni, construída entre 1927-8, foi executada por construtores de descendência italiana de acordo com o estilo das primeiras edificações de madeira da cidade. Naquela época, a casa era de dois pavimentos e ainda não havia o porão, mas era elevada em relação ao nível da rua. A entrada era voltada para a avenida central e acessada por uma escadaria – a porta se localizava onde hoje está a janela central do primeiro pavimento de madeira. Neste pavimento há quatro cômodos, naquela época a alfaiataria ocupava os dois cômodos com janelas voltadas à avenida – a sala principal e o cômodo ao lado, onde ficavam as costureiras que trabalhavam para o Sr. Carlos. Ao fundo da sala principal um pequeno corredor de acesso ao fundo do terreno e a outros dois cômodos: a direita o quarto do casal Rigoni e a esquerda a cozinha. Nesta, ficava a escadaria de acesso ao pavimento superior, e embaixo dela um pequeno quarto utilizado como depósito.

O segundo pavimento, configurado pela grande inclinação do telhado é dividido em quatro peças: três quartos e o cômodo de acesso, que também era utilizado como dormitório durante a noite. A casa original era toda de madeira, sendo a fachada voltada para a avenida e as divisões internas executadas em tábuas com encaixe do tipo “macho-fêmea” e as fachadas laterais em tábuas largas com mata-juntas. Naquela época o banheiro era separado da edificação e contam os

irmãos Rigoni que havia nos fundos do terreno duas pequenas casinhas, uma para o chuveiro, cuja água era retirada do poço, e outra com a “patente”²⁹, que era trocada de lugar conforme a necessidade. Com o passar dos anos e o crescimento da família o Sr. Carlos construiu dois outros cômodos nos fundos da casa, um destinado à cozinha e outro a sala de jantar, com uma grande mesa de madeira ao centro, lugar onde ocorreram os encontros com meus informantes. Nesta segunda etapa da construção o acesso da escada interna foi voltado para a nova cozinha e a antiga passou a ser usada como quarto de dormir.

As transformações da Casa Rigoni, representadas pelas etapas de sua construção, revelam alguns valores da época, influências das transformações do espaço urbano, bem como o modo de vida e as práticas da família. Além disso, a manutenção e conservação do desenho arquitetônico original e de objetos antigos demonstra a necessidade dos herdeiros, que ainda a habitam, de conservar sua materialidade como meio de acessar memórias e forma de representar seus laços familiares. Ao se referirem as práticas antigas, as irmãs Rigoni relatam que, na época em que eram jovens “tudo era mais trabalhoso”, os banhos no chuveiro localizado nos fundos do terreno eram um desafio no inverno; havia de se cortar lenha para o fogão, que além de cozinhar esquentava a casa; parte da comida era cultivada no próprio terreno e as refeições para os 12 filhos do casal impressionavam pela quantidade. Mas apesar das dificuldades os irmãos se lembram daquela época com muito carinho e descrevem com detalhes as etapas de construção da casa, os usos dos cômodos, as rotinas da família e o ofício do patriarca.

Após a construção dos cômodos descritos anteriormente, todos de madeira, foram construídas as partes de alvenaria da casa. Na terceira etapa foi construído o térreo com duas peças: uma para a alfaiataria onde trabalhavam o Sr. Carlos e seu filho, o Sr. Luiz, e outra para a barbearia de outro filho. Para tanto foi retirada a terra que sustentava a casa e construída a estrutura do porão, no nível da rua. Essa nova configuração modificou a porta da sala principal, que era voltada para a avenida e foi deslocada para a lateral esquerda, deixando a fachada principal com três janelas. Essa etapa separou as funções da casa por definitivo, comércio no térreo e residência nos pavimentos superiores. Assim, os usos dos cômodos foram modificados: a alfaiataria foi para o térreo, a sala principal passou a ser utilizada como sala de estar e o quarto das costureiras como quarto de dormir. Na quarta etapa foi

²⁹ Não havia vaso sanitário, a “patente” era uma pequena casinha de madeira colocada sobre um buraco cavado na terra, que quando enchia era tapado e um novo buraco era feito.

construído um anexo de alvenaria nos fundos da casa, com duas peças: o banheiro com instalações hidráulicas e sanitárias, e uma lavanderia.

Todas as etapas de construção da Casa Rigoni foram realizadas pelo patriarca, que também era proprietário de outra casa de madeira no terreno vizinho (Prancha 6). Nesta edificação morava a família de um dos filhos do Sr. Carlos e segundo as irmãs os moradores de ambas as casas dividiam a infraestrutura, como o poço de água; o cuidado com os terrenos, cultivo dos jardins, das hortas e pomar; além de terem suas rotinas muito atreladas. Alugada por alguns anos após a morte do Sr. Carlos, a casa foi vendida em 1995, no entanto não foi demolida e tem abrigado desde então diversas atividades como salão de beleza, sede de diretórios políticos em época de eleições e sede de blocos de carnaval. Durante a pesquisa esta edificação estava sem uso.

Nos encontros que tive com os irmãos Rigoni observei que apesar do tempo e das transformações são preservados ali outros elementos para além da materialidade da edificação. Os usos da casa se mantêm os mesmos desde a sua construção, apesar dos outros irmãos terem ido embora e dos pais terem falecido. A barbearia depois de pertencer ao irmão foi alugada para outro barbeiro que trabalha ali a cerca de 30 anos; o Sr. Luiz conserva o ofício do pai e trabalha no local todos os dias, apesar da clientela e de sua produção serem ínfimas quando comparadas ao tempo em que pai e filho trabalhavam na alfaiataria; e as irmãs conservam práticas, como a manutenção da casa e do terreno e relações ligadas a religiosidade³⁰. Em diversas ocasiões ouvi as irmãs Rigoni falarem com orgulho e sorrindo “aqui tudo é velho: nós, a casa, os móveis, o alfaiate, o barbeiro, o carro”.

Apesar de serem apenas duas moradoras, pois o Sr. Luiz mora em outra residência nas proximidades, todos os cômodos da casa são mobiliados e cuidadosamente mantidos, sendo os aposentos do primeiro pavimento os mais utilizados. Além de preservarem a edificação e seus usos originais, os irmãos Rigoni conservam diversos objetos antigos como: móveis, objetos de decoração, utensílios domésticos e fotografias. Os armários e mesas da alfaiataria, bem como a máquina de costura, são os mesmos que eram utilizados pelo patriarca e segundo o Sr. Luiz, o modo de fazer os ternos segue o *modus operandi* utilizado antigamente. Muitos dos móveis dos quartos são de época em que a família se mudou para o município, como duas camas descritas pelas irmãs como “a cama do casal”, cada uma pertencente a um dos casamentos do Sr. Carlos, e

³⁰ O hábitos como frequentar a igreja e a procissão de Nossa Senhora de Fátima, além do círculo de orações representado por uma capelinha que circula entre famílias da vizinhança.

um baú que veio com eles das terras velhas. Outros móveis são antigos, como alguns armários, uma cristaleira onde guardam louças e conjuntos de chá, e a grande mesa de madeira da sala de jantar, onde as irmãs fazem suas refeições desde a infância.

A preservação da casa e dos objetos contribui na perpetuação das práticas e dos modos de vida, além de manter vivas as memórias e os laços familiares. Para que todos esses aspectos imateriais sejam assegurados é importante a conservação da materialidade. Segundo os irmãos Rigoni, o grande desafio é a manutenção da madeira da edificação, especialmente das fachadas que se desgastam pelos ataques de cupins, pela ação do tempo e das intempéries climáticas. Além disso, é cada vez mais difícil encontrar madeira de qualidade e mão de obra para a troca das peças. As irmãs relataram a dificuldade em encontrar quem faça o serviço em função das grandes alturas da casa, que também dificultam o trabalho de pintura das fachadas.

A importância da casa para os irmãos Rigoni é evidenciada na conservação da materialidade da edificação e dos objetos, nas práticas que eles mantêm e em seus relatos. O Sr. Luiz diz que vai frequentar a alfaiataria até seu último dia de vida, assim como fez seu pai. Quando questionadas se morariam em outro lugar as irmãs são enfáticas: “vamos viver aqui até a gente se mudar para a XV”³¹. Elas também revelam a intimidade com a casa quando se comparam a ela ao dizerem com orgulho que lá “tudo é velho”, ou nas palavras da Senhora Oda quem me disse que “a casa se deteriora, assim como o nosso corpo”. Tudo isso demonstra que mesmo que as intenções de preservação sejam diferentes, para os particulares e para o poder municipal, a conservação da Casa Rigoni é efetivada nas práticas cotidianas de seus moradores, que a justificam, principalmente, em função dos desejos individuais e dos laços familiares que envolvem a casa.

2.2.1. O coletivo, o individual e o familiar

A institucionalização de edificações como bens patrimoniais de um grupo diz respeito à ênfase no valor simbólico de tais objetos; e a proteção desses bens tem por objetivo garantir sua permanência no espaço urbano. Como visto no Capítulo 1, a preservação patrimonial inserida no projeto de consolidação do Estado-nação foi delineada a partir de uma preocupação moral e pedagógica, sendo a ideia de posse coletiva uma parte do exercício da cidadania. Em cada etapa da política

³¹ Referindo-se a Av. XV de Novembro, onde está localizado o Cemitério Municipal.

de preservação – produção, proteção e recepção – os acordos, conflitos e negociações entre os diversos *agentes*, são baseados em objetivos, práticas, opiniões, desejos e expectativas muito diversos. As negociações entre os *agentes* acontecem em função de interesses individuais ou de grupos específicos. Importante ressaltar que o interesse público do Estado tem supremacia sobre os interesses particulares e como as edificações protegidas por lei atendem a uma função social pública o exercício do direito de propriedade deve respeitar seu valor de documento da história nacional, estadual ou municipal. A ambiência das edificações também é muito importante, seu entorno deve ser preservado em sua materialidade – o conjunto de edificações, bem como em sua imaterialidade – as relações de vizinhança. As práticas, opiniões, desejos e expectativas em relação à preservação no âmbito privado podem ser tanto individuais quanto de grupos, sendo a família um dos mais determinantes.

Segundo Bourdieu (2011) a família não é um dado imediato da realidade social, mas um instrumento de construção de uma realidade apoiada em palavras – casa, lar, unidade doméstica – que sob a aparência de descrevê-la de fato a constroem. Na definição dominante, é um conjunto de indivíduos ligados por aliança, filiação ou parentesco, que vivem em coabitação. O autor destaca três pressupostos compartilhados da noção de família: (1) realidade que transcende seus membros, em uma relação antropomórfica da família como personagem transpessoal dotada de vida, espírito coletivo e visão de mundo; (2) universo social separado, que perpetua suas fronteiras e é orientado pela idealização do interior em oposição ao exterior, sendo um universo sagrado, secreto, íntimo e separado do público pela barreira simbólica da soleira que perpetua sua privacidade; e (3) o pressuposto da “*residência*, da casa como lugar estável, que permanece, e do grupo doméstico como unidade permanente, associada de maneira duradoura à casa, indefinidamente transmissível” (idem, p. 126).

Em Erechim essas características são evidentes, principalmente, em relação às primeiras famílias de imigrantes europeus que habitaram a região e cujos descendentes ainda vivem na cidade. O conhecimento, ou ao menos, a identificação de minha família foi fundamental na pesquisa de campo, tanto para o contato com os informantes quanto para a criação de reciprocidade e confiança, que em muitos casos, dependeu dessa informação. Isso foi determinante, por exemplo, na permissão para que eu entrasse nas casas, muitas das quais são propriedade da mesma família a duas ou três gerações. Há sobrenomes de famílias muito conhecidos na cidade, sendo comum sua utilização para

identificar pessoas e edificações. No IPAC, algumas edificações estão identificadas pelos nomes das famílias que as construíram e que ainda são suas proprietárias, além disso, muitos informantes, principalmente indivíduos de idade avançada, descrevem a cidade, suas trajetórias de vida e suas relações sociais sempre a partir de estruturas familiares.

A compreensão de como a família passa de uma ficção nominal a um grupo real, cujos membros estão unidos por laços afetivos, deve levar em conta o trabalho simbólico e prático que tende a transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada membro de um “espírito de família”. Este é expresso em dois tipos de trocas rituais: as comuns e continuadas da vida cotidiana e as extraordinárias e solenes, como as festas familiares que são eternizadas em fotografias que consagram a sua integração (Bourdieu, 2011). Assim, como no exemplo da Casa Rigoni, cada edificação está envolta por práticas, laços familiares e memórias que determinam sua permanência no espaço urbano e são expressos na preservação das casas e de objetos – móveis utensílios e fotografias; bem como na perpetuação de modos de fazer – construção em madeira e ofícios, como a alfaiataria do Sr. Luiz.

O trabalho simbólico e prático, que cria o sentimento e perpetua a família e as estruturas de parentesco, deve ser contínuo, pois é, ao mesmo tempo, o princípio cognitivo de visão e divisão e o princípio afetivo de coesão – adesão vital ao grupo e seus interesses. A integração é indispensável, uma vez que para a família existir e subsistir deve se afirmar como *corpo*. No entanto, a família tende a funcionar como *campo*, onde existem disputas pela conservação ou transformação das relações de força física, econômica e simbólica (Bourdieu, 2011). As negociações e relações de força do *campo* familiar são observadas nas práticas cotidianas e em situações específicas, como por exemplo, na morte dos progenitores, quando os herdeiros devem decidir o destino da casa onde a família viveu. Nestes casos, as práticas, opiniões, desejos e expectativas individuais e familiares em relação à preservação podem ser as mais diferentes possíveis, o mesmo vale para as situações onde existe a possibilidade de tombamento da edificação.

A Casa Rigoni é preservada pelos herdeiros do Sr. Carlos, que também conservam práticas, relações de vizinhança, laços familiares e memórias. Nas palavras da Sr.^a Oda: “enquanto alguém fala deles, os mortos ainda vivem”, ela e sua irmã, a Sr.^a Rosa, mantêm viva a memória dos pais e dos irmãos, ou seja, da vida em família, através da casa, dos objetos e de suas ações. Ambas vivem na casa desde seu nascimento e são categóricas ao afirmar que a conservarão enquanto estiverem vivas. O Sr. Luiz, além de preservar o ofício do pai e conviver

diariamente com as irmãs na casa, mantém, com elas e com outros parentes, relações de vizinhança muito antigas – p.ex. a Casa Prof. Mantovani e o chalé (foto 4, Prancha 5) que são propriedade de herdeiros do irmão do Sr. Carlos e também são preservadas em sua materialidade e imaterialidade por essas famílias.

De acordo com Bourdieu (2011) a família é um princípio de construção imanente e transcendente aos indivíduos, é um coletivo incorporado e, ao mesmo tempo, reencontrado de forma objetivada nos outros. O círculo de reprodução da ordem social é identificado pelo autor: a família como categoria social objetiva é o fundamento da família como categoria social subjetiva, categoria mental que é a base das representações e ações que contribuem na reprodução da categoria social objetiva. O acordo entre categorias subjetivas e objetivas funda uma experiência como evidente, no caso a família. Essa naturalização tem como efeito o esquecimento de que para que a realidade que chamamos família seja possível são necessárias condições sociais que não são universais nem distribuídas uniformemente. Para o autor, a família, em sua definição legítima, é um privilégio instituído como norma universal e uma das principais condições de acumulação e de transmissão de privilégios econômicos, culturais e simbólicos. Assim, a família é determinante tanto para a manutenção da ordem social quanto para a reprodução da estrutura do espaço social e de suas relações; além de ser um dos lugares por excelência de acumulação e transmissão dos diferentes tipos de capital entre gerações.

No caso de uma edificação como a Casa Rigoni, os progenitores a transmitiram para seus filhos, cujos filhos também herdarão este bem, que possui valores funcionais, econômicos e simbólicos diferentes entre os indivíduos e gerações da família. Por exemplo, a relação mantida pelos filhos do Sr. Carlos com aquele lugar onde viveram, é muito diferente da relação dos netos que visitam a casa, cujas relações com o lugar também variam em função de residirem em Erechim – visitas periódicas, ou em outra cidade – visitas esporádicas. Isso implica que seus objetivos, práticas, opiniões, desejos e expectativas sejam muito diversos, e como a cada geração o número de herdeiros tende a crescer, as negociações quanto ao destino da edificação ganham novos *agentes*.

Os irmãos Rigoni são categóricos quando dizem que cuidarão da casa enquanto viverem, mas desejam que seus herdeiros – filhos, netos e sobrinhos – possam usufruir da casa e do terreno da maneira que acharem mais apropriada. Essas opiniões vêm à tona quando o tema é o tombamento e o destino de outras edificações antigas na cidade, principalmente, no que diz respeito ao valor simbólico e econômico das

edificações e dos terrenos. A substituição de edificações antigas por prédios em altura tem sido intensiva na região da avenida central e de acordo com a Sr.^a Oda “terreno nobre, geralmente na 3^a geração se acaba”, ou seja, é vendido pelos herdeiros e as edificações são substituídas. O ganho econômico é tentador, mas para as irmãs Rigoni o valor simbólico da casa parece ser mais importante, ambas concordam aos risos “se pudesse construía um prédio desses e colocava a casa em cima”, ou seja, usufruiriam do valor econômico e manteriam as memórias e laços que envolvem a casa, como isso não é possível, delegam a decisão aos herdeiros.

Cada edificação contém parte de sua história, assim como parte da história urbana pode ser lida nas edificações da cidade. Da mesma maneira, as diferentes gerações de uma família e as diferentes famílias contêm parte da história urbana e das casas que habitam. As histórias da cidade, das edificações e das famílias se interceptam como na Casa Rigoni, conservada por seus proprietários e inventariada como edificação representativa da coletividade municipal. A construção da casa e a história da família são indissociáveis, segundo os irmãos, o Sr. Carlos se mudou para Erechim em 1927 vindo das Colônias Velhas, chegou de trem com a esposa Sr.^a Rosa e quatro filhos, o mais novo o Sr. Luiz, então com três anos de idade. Logo começaram a construção da casa finalizada no ano seguinte antes da morte da matriarca, que afirmava que “não queria morrer sem entrar na casa nova”. Viúvo, o patriarca casou com a Sr.^a Elitizia com quem teve oito filhos, e homenageou a primeira esposa dando seu nome a filha mais velha. A constituição da família Rigoni me foi contada em consonância com as etapas de construção da casa, revelando que, ao conservarem a casa, os irmãos mantêm vivas suas lembranças e a memória da geração anterior.

Outros aspectos das práticas, dos laços familiares e das memórias que envolvem as edificações antigas em Erechim serão abordados na problematização do patrimônio como experiência cotidiana, exposta no Capítulo 3. A seguir, são apresentados aspectos do tombamento como instrumento de proteção e seus sentidos entre os erchinenses.

2.3. A palavra evitada: tombamento

A preservação patrimonial é um conceito genérico que se realiza em dois âmbitos: o institucional e o privado. No âmbito institucional é concretizada através de uma política de preservação, que no Brasil pode ser empregada pelas três instâncias governamentais: federação, estados e municípios, conectadas em uma rede de influência. As políticas de

preservação estão assentadas em um estatuto jurídico próprio. Na etapa de proteção o conjunto de bens patrimoniais é subjugado a uma norma jurídica que, além de definir direitos e deveres para o Estado e os cidadãos, “inscreve no espaço social determinados *ícones*, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar” (Fonseca, 2009: 37). As ações legislativas – leis e normas – e as atividades administrativas – ações de fomento – são fundamentais para o sucesso da preservação e a ressonância dos bens. No caso dos bens materiais e imóveis o principal instrumento jurídico de proteção é o tombamento, e no caso dos bens imateriais é o registro.

No Brasil, o Decreto-lei nº 25 de 1937 regulamentou a proteção dos bens culturais e instituiu o tombamento do patrimônio histórico e artístico nacional, sendo esta a principal referência para as leis estaduais e municipais. O tombamento, como ato do poder administrativo, “tem como pressuposto de sua legalidade o preenchimento, por parte da administração, dos seus requisitos: competência, finalidade, objeto, motivo e forma” (Rabello, 2009: 53). O interesse da ação do Estado e o objetivo da proteção devem ser sempre muito claros, pois “o bem jurídico, objeto da proteção, está materializado na coisa, mas não é a coisa em si: é o seu significado simbólico, traduzido pelo valor cultural que ela representa” (idem: 45).

O tombamento, além de instrumento jurídico com implicações sociais e econômicas, tem sido considerado e utilizado “como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem” (Fonseca, 2009: 180), tanto pelos agentes da ação pública quanto por grupos sociais, podendo ser considerado de forma positiva ou negativa entre os diferentes grupos. O mesmo acontece em relação ao registro dos bens imateriais, considerado um rito de consagração e que, por exemplo, no caso de grupos subalternos pode garantir benefícios materiais, simbólicos e poder político (Castells, 2010). As implicações mais controversas relativas ao tombamento são as restrições impostas ao exercício do direito de propriedade – apropriação da coisa através do uso, obtenção dos frutos e poder de dela dispor – que somente serão exercitadas nos limites da lei e em concordância com outros valores decorrentes do interesse coletivo. As restrições aos bens enquanto mercadorias, as limitações de seus usos e as normas de conservação de sua materialidade, em geral, são efeitos indesejados pelos proprietários e por intermediários econômicos, principalmente os agentes imobiliários e da construção civil.

O Decreto-lei nº 25, que instituiu o tombamento no Brasil, impõe delimitações às propriedades públicas ou privadas, que passam a ser

tuteladas em função de seu valor cultural. As autoridades competentes determinam o regime jurídico que incidirá sobre a propriedade em função da proteção e devem precisar o momento que tal tutela passa a operar, pois a partir disso poderão ser exigidas as obrigações decorrentes aos proprietários, ao poder público e a terceiros. O tombamento determina ser ilícito a todos os cidadãos destruir, demolir ou mutilar o bem protegido, e no caso específico do proprietário, além da obrigação de não causar dano lhe cabe o dever de conservá-lo. Este é o principal efeito jurídico do tombamento, a obrigação de conservar a coisa tombada, no entanto, como seu uso específico não é um objeto material, móvel ou imóvel, não pode ser tombado. Em função da conservação o uso pode ser adequado ou inadequado, o que pode acarretar em coibição de usos que, comprovadamente, lhe causem dano e gerem sua descaracterização. As ações de manutenção do bem, como reparações, pinturas e restaurações devem ser previamente autorizadas. Novas construções na vizinhança também devem ser autorizadas pelo órgão competente, para que estejam harmonizadas, integradas e não obstruam a visibilidade dos bens, garantindo a manutenção de sua ambiência.

A produção de um conjunto patrimonial pode ser realizada tanto a partir da seleção de bens pelo órgão competente, quanto de solicitações específicas encaminhadas por agentes públicos ou por proprietários, sejam eles coletividades ou indivíduos. Ao analisar os pedidos para tombamento federal no Brasil, entre as décadas de 1970-90, Fonseca (2009) destaca que com frequência, a ameaça da perda motiva as solicitações e o pedido é feito quando outros interesses contrários à preservação já estão em jogo, o que acirra as disputas e negociações. Além disso, outros argumentos configuram as justificativas, como o potencial turístico do bem, seu valor afetivo para a comunidade e a falta de órgãos locais. No caso do patrimônio cultural em Erechim a proteção foi instituída pela Lei nº 4.248 de 2007 e o conjunto de bens selecionado no IPAC aguarda a aprovação da lei de tombamento, em tramitação na Câmara de Vereadores. Antes disso, outros bens foram declarados patrimônio cultural do município, a partir de solicitações isoladas como a que protege a linha férrea, justificada pelo possível desaparecimento da mesma em função do crescimento da cidade.

As políticas de preservação, especialmente as ações de proteção, lidam com complexas questões envolvendo diferentes emoções, afetos, interesses, preferências e gostos, além de projetos heterogêneos e contraditórios. Desta maneira, o poder público oscila entre os interesses, valores e expectativas preservacionistas e os de empresas e indivíduos que tem suas referências básicas no mercado, no direito de propriedade

e na liberdade individual. Neste quadro complexo e conflituoso, segundo Velho (2006), a posição do cientista social implica a percepção e compreensão dos diferentes pontos de vista, uma vez que o conflito é fenômeno constitutivo da negociação da vida social. Nas negociações realizadas no *campo* patrimonial é importante que se busque a compatibilização dos interesses dos diferentes *agentes*, pois a preservação além de conservar a história urbana e o legado cultural para as futuras gerações deve permitir a continuidade do desenvolvimento urbano. Apesar de o tombamento impor limitações à propriedade particular e provocar antipatia e inconformismo entre proprietários é possível conciliar os interesses preservacionistas aos individuais.

Seguindo essa premissa Coffy (2011), advogada erechinense, sugere medidas que visam melhorar a sistematização do tombamento a partir do estudo de caso em Erechim. Em relação à produção do conjunto de bens é importante que os critérios e justificativas da seleção e do tombamento sejam definidos com clareza. Punição aos infratores, vândalos e destruidores. Fiscalização sobre a composição e a atuação do Conselho consultivo, no caso de Erechim o COMPHAC, para assegurar que os interesses administrativos estejam sendo zelados – a partir da observação dos critérios para recrutamento dos membros, sua liberdade e modo de atuação, e a ampla e científica motivação de suas decisões. A autora também sugere a disponibilização de recursos para compensar o ônus ao particular, pois este não exercerá livremente seu direito de proprietário e deverá conservar o bem. Essa medida pode se realizar na forma de indenização ou benefícios, p.ex. a isenção ou redução do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) como já acontece em diversas cidades do Brasil. Os custos de manutenção do bem também são levados em conta por Coffy, que destaca que o tombamento como medida protetora incorpora o Estado na gestão do bem, podendo associá-lo nas despesas de sua manutenção – ao menos mão de obra e materiais. A busca de recursos para manutenção dos bens deve ser uma prática do poder executivo e legislativo, no caso a Prefeitura e a Câmara de Vereadores. Além disso, acrescento ser fundamental a integração entre o planejamento urbano e a política de preservação garantindo a harmonia do espaço, a coerência legislativa e facilitando a fiscalização.

Para que se possam buscar recursos junto às instâncias superiores, Governo Estadual e Federal, o município deve possuir uma política de preservação normatizada por leis e efetivada por programas específicos. Para a captação de recursos Coffy (2011) também sugere a associação a particulares e a empresas do setor público e privado, estes podendo ser tanto nacionais quanto internacionais. No caso de Erechim podem ser

aproveitados os acordos de intercâmbio já existentes com os países de origem dos imigrantes europeus que colonizaram a cidade. Outra medida é a ampliação de benefícios fiscais a toda pessoa física ou jurídica que colabore com a preservação do patrimônio municipal. Sobre a relação entre os *agentes* a autora destaca a necessidade de se estabelecer boa comunicação entre o poder público e os proprietários, que devem ser previamente avisados de todos os procedimentos do tombamento e colaborar efetivamente zelando pela conservação dos bens. Outra ação do município junto aos cidadãos deve ser o trabalho de conscientização e sensibilização sobre a preservação, através de todos os meios de comunicação – exposições, escolas, cursos, material informativo etc. Ao fim, a autora sugere que o tombamento provisório, pode ser um instrumento importante em determinados casos “para que as forças destruidoras, normalmente mais ágeis, não atinjam o bem, impedindo definitivamente a sua preservação” (Coffy, 2011: 50).

Em Erechim a integração entre planejamento urbano, preservação patrimonial e turismo é destacada no IPAC, documento que apresenta os bens selecionados e as justificativas pertinentes. Os critérios de escolha, apesar de não detalhados, são principalmente históricos e arquitetônicos. As arquitetas responsáveis salientam que o inventário

é resultante de um *estudo em desenvolvimento* e as edificações apresentadas configuram uma lista de *sugestão* (...) para que sejam protegidas devem ser consideradas *oficialmente* de interesse de preservação e ser inventariadas com base em critérios que abrangem sua valoração e descrição detalhada, além de atender a determinados procedimentos legais como a comunicação da intenção de tombo aos proprietários e consequente discussão sobre o tombo do bem. *Só então poderão ser tombados* (PME, 2009: 11, grifo do original).

O documento explicita o compromisso de manter uma boa comunicação com os proprietários das edificações listadas, bem como a necessidade de discussão do documento no COMPHAC antes de ser enviado ao Gabinete do Prefeito para seu entendimento junto a Procuradoria Municipal. Quanto a este procedimento, a pesquisa de campo revelou que após a análise da lista junto pelos membros do Conselho, a mesma foi transformada em lei de tombamento e ainda tramita entre os poderes executivo e legislativo – o que me foi garantido pelos técnicos da PME. No entanto, os proprietários de algumas das edificações listadas, inclusive da Casa Rigoni, relatam não terem sido consultados ou informados oficialmente sobre nenhuma das intenções ou ações do poder municipal, as informações que chegam a eles são

boatos e especulações que geram desconfiança e rejeição, o que coloca em risco a recepção da política de preservação junto aos cidadãos.

Há também desconfiança junto aos agentes da ação pública, que temem que o número de reformas, descaracterizações e demolições das edificações antigas cresça em função do tombamento, tanto que a lista do IPAC foi publicizada apenas junto aos membros do COMPHAC e a obtenção de informações sobre o processo sempre foi muito difícil. De qualquer maneira, há edificações antigas cujos proprietários anseiam pela proteção, pois veem nela a garantia de permanência das edificações no espaço urbano e a possibilidade de benefícios junto a PME, como a proprietária da Casa da Família Massignan (Prancha 7). No entanto, os proprietários favoráveis à proteção são minoria em meio aos proprietários e cidadãos que desconfiam das ações do poder público e temem o tombamento, transformando o tema em um tabu.

O clima de desconfiança e rejeição não foi apenas sentido durante a pesquisa, como também determinou seus rumos. O enfoque *de perto e de dentro* sugerido por Magnani (2002) exigia a entrada nas edificações para entrevistar seus proprietários e usuários e para que pudessem ser analisadas as casas e os arranjos sociais que as preservam. Na maioria das edificações visitadas bastava mencionar que a pesquisa tinha como tema a historicidade da edificação e da cidade para que o clima de desconfiança se instaurasse. Em muitas casas não conseguia passar do portão da rua, pois às dúvidas que os cidadãos têm sobre a política de preservação se somavam as incertezas sobre a pesquisa em si e o papel da pesquisadora. Os questionamentos que me eram feitos, geralmente, se relacionavam aos objetivos da pesquisa, muitos desconfiavam que eu fosse técnica da prefeitura e temiam que minha visita tivesse como resultado o tombamento da edificação. A confusão entre os conceitos de preservação e tombamento é evidente, sendo que a maior parte dos proprietários utiliza os termos como sinônimos. O medo em relação à restrição de seus direitos de propriedade e as incertezas quanto à política de preservação transformaram o tombamento em um tema difícil de ser abordado entre os erchinenses. As expressões de desconfiança ficavam evidentes quando o tema é citado e em meio as diversas perguntas que me eram feitas os informantes sempre tentavam descobrir algum “novo rumor” sobre o processo de preservação.

A maioria das pessoas abordadas não queria falar sobre o assunto, outras se deixavam levar pela curiosidade sobre o tema e o processo, mas sem envolver sua propriedade na conversa. Muitos, apesar de serem terminantemente contra o tombamento, se queixam da demolição da antiga Igreja Matriz (Prancha 4) para construção da igreja atual e se

referem ao fato como “um crime” motivado pelo ganho econômico de alguns. Isso revela que mesmo temendo o tombamento de suas edificações, os erechinenses gostariam que importantes referenciais arquitetônicos fossem mantidos no espaço urbano. Também foram encontradas opiniões que podem ser sintetizadas na fala de um comerciante: “deveriam demolir todas essas casas ‘velhas’ e construir tudo novo”, o que revela o desejo de mudança e a classificação das edificações antigas como “coisas velhas” – expressão usada com tom de rechaço, muito diferente das irmãs Rigoni que ao dizerem que na casa “tudo é velho” dão um tom de orgulho que remete a preservação.

Muitos gostariam que a preservação exercida no âmbito privado em relação às casas também fosse exercida no âmbito institucional em relação à cidade, que se transforma rapidamente. No entanto, não acreditam que o tombamento seja o caminho ideal, pois o mesmo restringe o direito de propriedade impedindo a possibilidade de ganhos econômicos, principal reclamação dos proprietários dos terrenos mais valorizados, que ao verem a expansão da construção civil vislumbram um lucro futuro ou imediato. Interessante observar que os erechinenses não veem as edificações gerando lucros, se patrimonializadas, como acontece em muitas cidades. Para eles, o tombamento apenas impediria os ganhos através da construção civil, pois descartam outras possibilidades como a atividade turística, tão valorizada pelos agentes da ação pública, como exposto a seguir no Capítulo 3.

Este capítulo demonstrou, através dos dados coletados na pesquisa de campo, que apesar dos cidadãos se sentirem incomodados com a preservação de suas edificações no âmbito institucional, ela é, muitas vezes, exercida no âmbito privado e desejada para a cidade como um todo. Ainda que insatisfeitos com a possibilidade de tombamento, evitando até mesmo conversar sobre o assunto, verificou-se que um dos maiores problemas é a falta de informações sobre o tema e sobre a política de preservação na cidade. Este processo em curso, analisado como um *campo* de disputas sociais revela que mesmo quando os indivíduos falam desde suas posições técnicas, p.ex. de agentes da ação pública, não deixam de lado aspectos subjetivos e afetivos em relação à cidade e as edificações que a compõem.

Capítulo 3

Agentes do patrimônio cultural em Erechim

As políticas de preservação marcam uma imagem da cidade e ao produzirem um universo simbólico, encaram os desafios de serem representativas e aceitas como consensuais e tem por objetivos reforçar uma identidade e uma memória, educar e formar cidadãos. Apesar das políticas possuírem uma eficácia simbólica significativa, o *poder simbólico* (Bourdieu, 1992) dos patrimônios é relativo e tem alcance limitado, pois as políticas são conduzidas por técnicos especializados em determinadas áreas³² e requerem o domínio de certos códigos por parte dos cidadãos. Assim, Fonseca (2009) trata as políticas estatais como constituidoras de um *campo*, nos termos de Bourdieu, o que pressupõe que os antagonistas entrem em acordo sobre o que deve ser alvo de luta, no caso, os bens patrimoniais e os objetivos de preservação.

Concordando sobre a importância dos bens, os *agentes do campo* patrimonial preservam as edificações e negociam a produção, proteção e recepção da política de preservação. De acordo com Bourdieu (2011), o mesmo indivíduo intervém como *agente* em diferentes *campos*, sendo seu nome próprio³³ o que lhe institui uma identidade social constante e duradoura através do tempo. Autenticado pela assinatura, o nome próprio garante a unidade, nos espaços sociais, de diferentes *agentes* que são a manifestação de um mesmo indivíduo em diferentes *campos*.

Os *agentes do campo* patrimonial são identificados por Gutierrez (1992) como: (1) agentes da ação pública, que são responsáveis pela legislação e regulamentação da política de preservação; (2) entidades intermediárias entre o indivíduo e o Estado, que tem nos bens a expressão dos valores de identidade e de referência da comunidade – associações e agentes culturais; (3) proprietários e usuários dos bens; (4) intermediários econômicos, que são mobilizados pela rentabilidade do solo – agentes imobiliários e construtores; e (5) técnicos do planejamento e da arquitetura, que são responsáveis pelo planejamento urbano e construção de novas edificações na cidade. Com base nesta classificação este capítulo reflete sobre as práticas dos *agentes do campo* patrimonial em Erechim, através da atividade turística relacionada à problematização do patrimônio cultural como marca da cidade e como experiência cotidiana.

³² Arte, história, arquitetura, arqueologia, etnologia, antropologia, entre outras.

³³ Composto por um nome coletivo, o nome de família, e especificado por um prenome.

3.1. O patrimônio como marca da cidade

A política de preservação patrimonial é um processo entendido por Fonseca (2009) como práticas divididas em três etapas: produção do conjunto de bens, proteção através de leis e normas e recepção junto à população, no caso desta pesquisa os cidadãos de Erechim. O conjunto de bens resultante compõe uma marca de distinção e de promoção da cidade, uma imagem institucional que pode ser entendida tanto como uma representação da identidade e da memória municipal quanto como uma mercadoria, relacionada, principalmente, às atividades turísticas. O processo de institucionalização de patrimônios tem sido acompanhado pela aceleração da vida cotidiana, o crescimento das cidades e a intensificação das comunicações e dos transportes, o que gera uma sobrecarga de informações e percepções difíceis de processar. Assim, a procura por referenciais e estabilidade faz crescer o interesse pela preservação, criando uma busca desenfreada pela conservação de vestígios históricos, uma “indústria da nostalgia” (Anico, 2005; Choay, 2006; Huissen, 2000; Jeudy, 2005).

São as práticas dos agentes da ação pública e dos técnicos do planejamento e da arquitetura, que selecionam o conjunto de bens por meio dos quais a história urbana oficial é contada. Mas, para que a produção e a proteção dos bens encontrem ressonância junto aos cidadãos as práticas de outros *agentes* – os intermediários econômicos, as associações e agentes culturais, e os proprietários e usuários dos bens – também são de extrema relevância em todas as etapas do processo. As práticas dos *agentes do campo* do patrimônio são abordadas nos termos de Certeau (2008), que busca compreender as práticas cotidianas através de usos, de (re)apropriações e da recepção de informações pelos homens ordinários, consideradas como “maneiras de praticar” reveladas em duas cadeias de operações: os gestos e os relatos. Criticando representações reducionistas e dominantes sobre a massificação dos comportamentos e a passividade dos consumidores, o autor elabora uma teoria da prática através da especificação de esquemas operacionais. A partir da análise da linguística sobre os procedimentos realizados no “ato de falar” são interpretadas práticas como caminhar, ler, habitar e cozinhar, “dando a palavra” aos homens ordinários em uma análise teórica de práticas concretas; como a análise sobre a Casa Rigoni realizada no Capítulo 2.

Para tanto, Certeau utiliza o conceito de *habitus* desenvolvido por Bourdieu (2005), que o propõe como elemento de intermediação entre a estrutura social e a prática dos *agentes*. O *habitus* é definido como um sistema socialmente constituído de disposições, tendências e matrizes de

percepções, e concebido como o produto da interiorização das estruturas objetivas. Ao mesmo tempo, enquanto princípio que produz e confere sentido às práticas características de um grupo de *agentes*, o *habitus* tenderá a reproduzir as estruturas externas das quais é, em última instância, o produto. Para dar inteligibilidade às práticas Certeau (2008) analisa como os homens ordinários manipulam, à sua maneira e segundo seus interesses e regras, o que lhes é imposto pela cultura dominante. A presença e circulação de uma representação, p.ex. a ressignificação de uma edificação como bem patrimonial, não indica o que ela é para seus usuários. Assim, é preciso analisar sua manipulação pelos que não a produziram para “apreciar a diferença ou a semelhança entre a produção da imagem e a produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização (...) a *construção* de frases próprias com um vocabulário e uma sintaxe recebidos” (idem: 40). Essas “frases próprias”, embora realizadas com elementos recebidos, revelam interesses e desejos que não são determinados ou captados pelos sistemas onde se desenvolvem.

Para a compreensão do contexto e “arte” de fazer das práticas é necessário conhecer as relações que elas mantêm com um sistema, olhar para as relações de força no interior das redes de praticantes, e estabelecer distinções entre as margens de manobra permitidas pelas conjunturas nas quais eles exercem a sua “arte”. Portanto, Certeau pensa as práticas referidas a um campo de forças representado pelo esquema tática/estratégia, no sentido militar. A estratégia se explica pelo domínio da variável espacial e o controle temporal, condição que permite autonomia da variabilidade das circunstâncias e um lugar de poder que a sustenta. Em contraposição, a tática, pela rapidez de seu movimento, teria a possibilidade de transformar essa mesma realidade, dependendo do terreno imposto e da inteligência do praticante. Assim, a política de preservação e o planejamento urbano são estratégias localizadas em um lugar de poder, no caso a PME, que fazem parte do mesmo *campo* no qual os cidadãos desenvolvem táticas que lhes permitem usos e (re)apropriações. Em Erechim, essas táticas são expressas em práticas que oscilam entre a luta pela preservação institucional e a demolição de edificações antigas na intenção de impedir sua proteção (Prancha 7).

A estratégia que visa organizar novos espaços urbanos através do desenho e do planejamento tem sido utilizada tanto nas intervenções em cidades consolidadas, quanto na construção de novas cidades, como no caso de Erechim. A gênese dessa estratégia, em geral, é atribuída à grande reforma de Haussmann em Paris (1852-70), uma intervenção política no traçado das ruas, que “apesar da intenção modernizadora, foi antes uma reforma conservadora” (Leite, 2007: 110). As ruas estreitas e

tortuosas da velha Paris foram demolidas para a criação de grandes avenidas, ou boulevards, que tinham por objetivo evitar a reincidência das barricadas e trincheiras características dos movimentos socialistas e revoltas operárias inseridas no contexto autoritário francês pós-1848. Essa intervenção, além de evitar os levantes sociais, visava transformar as avenidas em espaços monumentais de passagem para pedestres e automóveis. O modelo de Haussmann ultrapassou seu sentido específico e se tornou paradigmático da industrialização, representando anseios de uma burguesia em ascensão e uma imagem moderna de cidade.

Este modelo se repetiu em outras cidades europeias, como Lyon, Marselha, Montpellier, Toulouse, Roma, Bolonha, Nápoles e Florença (Benévolo, 1989). No Brasil, essas ideias chegaram junto à proclamação da República (1889) e, atingindo as principais cidades do país, difundiram o ideário de cidade ampla, saneada e moderna. A primeira reforma foi no Rio de Janeiro, então capital federal, e tinha como objetivo a criação de uma nova imagem nacional associada ao progresso e à modernização da sociedade. As obras comandadas pelo prefeito Pereira Passos, que ocorreram principalmente na área central do Rio, ficaram conhecidas como “Bota-Abaixo” e foram acompanhadas de uma intensa campanha sanitária organizada pelo médico Oswaldo Cruz.

Além das reformas visando à organização de espaços urbanos já consolidados, outra estratégia é a construção de novas cidades. O plano urbano de Erechim está inserido neste contexto, que remete à construção da capital dos EUA, Washington D. C., inaugurada em 1800 e planejada pelo engenheiro francês Pierre Charles L'Enfant. O desenho urbano da capital estadunidense é organizado por uma malha quadriculada de ruas cortadas por grandes avenidas diagonais que irradiam para o centro do poder: o Capitólio. Este traçado viário foi reproduzido na construção de cidades em outros países, como La Plata na Argentina e Belo Horizonte no Brasil – inaugurada em 1897, um exemplo da ruptura com a tradição colonial brasileira e da gênese do movimento modernista nacional.

A capital mineira foi a primeira de muitas novas cidades criadas no Brasil, processo que culminou com a criação de Brasília, nova capital federal, inaugurada em 1960 e marco de um novo paradigma de construção e intervenção em cidades. O plano urbano de Erechim, elaborado em 1914 pelo engenheiro Torres Gonçalves, é exemplar dessa rede internacional de construção de cidades e teve como referências explícitas a criação de Washington e de Belo Horizonte e a reforma de Paris. Mas, apesar do desenho urbano erechinense ser uma marca da cidade e se manter como organizador do sítio cultural, o mesmo não configura entre os bens patrimoniais inventariados no IPAC.

A estratégia de organização dos espaços urbanos transformou-se em reabilitação de patrimônios, parte de certas políticas de preservação. Diante disso e pensando sobre a cidade de Paris, Certeau e Giard (2008) se questionam se após projetar a cidade futura começamos a imaginá-la no passado. Os autores interpretam as edificações antigas como “resistências” ou lapsos muitas vezes eliminados e substituídos, que, no entanto, seduzem pela nostalgia. Defendidas por determinados grupos ou indivíduos, as edificações antigas escondem algo de fantástico que na economia protecionista cria bairros renovados, valoriza lugares e transforma o comércio e as relações sociais que abrigam. Em alguns casos a renovação se afasta de perspectivas educacionais e estatais da preservação de um tesouro “de interesse público”, e empreendendo “salvar” trata de destroços disseminados numa cidade.

Os objetos sejam eles árvores, edificações, lugares públicos, fotos de família, roupas, móveis, relógios, fotografias etc., estendem suas ramificações e penetram toda a rede da vida cotidiana. Quando passam de geração em geração pelos membros da família esses objetos documentais (Silveira e Lima Filho, 2005) atravessam o tempo, sobrevivem às vidas humanas, articulam o espaço, se cruzam em lugares heterogêneos e compõem entrelaçamentos de memórias. Como no caso da Casa Rigoni e tantas outras edificações em Erechim, que se mantêm como propriedade dos herdeiros de seus proprietários originais. Entre os bens culturais antigos, os agentes da ação pública e os técnicos do planejamento e da arquitetura, selecionam e classificam o que pode ser chamado de patrimônio, sendo os critérios utilizados especialmente relevantes, pois a preservação não é neutra, mas baseada em escolhas conscientes, que podem ou não ser explícitas ou verbalizadas.

A restauração enobrece os bens patrimoniais, que conquistam um lugar e uma espécie de segurança, pois de certa maneira são trazidas à contemporaneidade. As histórias corrompidas pelo tempo são educadas no presente e os processos pedagógicos de que são alvo comportam uma contradição: devem preservar e civilizar o antigo, e tornar novo o que era velho. De acordo com Certeau e Giard (2008) as edificações restauradas são passagens sobre múltiplas fronteiras que separam épocas, grupos e práticas, e se constituem, de maneira histórica e não mais geográfica, em permutadores entre memórias que asseguram a circulação de experiências coletivas e individuais e desempenham um papel importante na polifonia urbana. As edificações restauradas são mistos pertencentes a vários mundos, libertam a cidade de univocidade, mantêm heterodoxias do passado e “salvaguardam um essencial da cidade, sua multiplicidade” (idem: 195).



Vista aérea do plano urbano, praça e avenida central em 1999. O ponto vermelho indica a localização da Casa da Família Rigoni. Foto: Arquivo Histórico Municipal.



A esquerda, fachada de edificação eclética e prédio em altura construído no terreno. Foto: Simone Prestes, 2007.

Abaixo, edificação eclética original, em 1985. Foto: Arquivo Histórico Municipal.



Edificações classificadas como bens patrimoniais no IPAC. A direita na esquina, Casa da Família Massignan, Arquitetura Eclética. Foto: Júlia Prestes, 2011.



Prefeitura Municipal decorada para as festas de final de ano. Foto: Simone Prestes, 2011.



Edificação eclética inventariada no IPAC, antes de sua demolição. Foto: Simone Prestes, 2011.



Castelinho decorado para as festas de final de ano. Foto: Simone Prestes, 2011.

PRANCHA 7 O patrimônio como marca da cidade

Elaboração | Simone Prestes

A restauração de edificações antigas tende a transformar as heterodoxias em nova ortodoxia cultural, uma vez que os objetos se tornam peças de coleção há certa museificação da cidade. Importante lembrar, que o museu possui um funcionamento próprio, que subtrai aos usuários o que apresenta aos observadores, pois depende de uma operação teatral, pedagógica e/ou científica que retira de sua utilização cotidiana, de ontem e de hoje, os objetos que oferece à curiosidade, informação ou análise. O museu faz com que os objetos passem de um sistema de práticas e de uma rede de praticantes a outro, havendo uma substituição de destinatários, clientela e usos (Certeau e Giard, 2008). Dessa “subtração” museológica do patrimônio muitas ações passaram a uma desapropriação econômica, uma restauração urbanística que se torna “restauração” social³⁴, como no caso de Salvador e Recife. Tais operações de enobrecimento do espaço urbano em função do patrimônio não são verificadas em Erechim, pois o sítio cultural se mantém como centro urbano valorizado, concentrador das atividades econômicas e administrativas e habitado por uma população de alto poder econômico.

Essas características de centro urbano se refletem nas edificações antigas, que são alvo de diversas intervenções e também de demolições. As opiniões dos cidadãos em relação às intervenções variam muito. Por exemplo, apesar da demolição da Antiga Igreja Matriz ter ocorrido há mais de 40 anos é entendida como um crime pela maioria dos erechinenses, e não apenas pelos mais velhos, muitos jovens compartilham desta opinião. Isso, ao tempo em que muitos erechinenses se orgulham da “igreja moderna”. As opiniões também se dividem sobre outras demolições seja de edificações residenciais nos estilos arquitetônicos destacados no IPAC (Prancha 7), ou das fábricas que ficavam ao longo da ferrovia, cujo caso mais comentado na cidade é o da Madeireira Madalozzo. Por estarem em lugares nobres e valorizados do centro urbano essas edificações têm sido substituídas por prédios em altura, especialmente as localizadas em grandes terrenos.

Além das demolições, muitas edificações do sítio cultural em Erechim tem sido alvo de outras intervenções, que vão desde restauros propriamente ditos até reformas ou acréscimos de outras edificações. As casas preservadas por famílias, como a Casa Rigoni, a Casa Dr. Bisognin e a Casa Massignan (Pranchas 4, 6 e 7), são habitadas e passam por manutenção periódica, o que lhes atribui um estado de conservação excelente. Outras, pela falta de uso e/ou manutenção, se deterioram rapidamente, como a Casa Prof. Mantovani (Prancha 5). Há

³⁴ *Gentrification* ou enobrecimento. Arantes (2002), Leite (2007), Vieira (2006), Zukin (2000).

casos em que as fachadas foram totalmente alteradas, enquanto em outros as intervenções se restringem ao interior das edificações.

Em algumas intervenções a área construída é ampliada, sendo mantidas as edificações originais ou somente as fachadas, em outras, são acrescentadas garagens ou pequenos cômodos, ou ainda construídos prédios em altura e mantidas as fachadas antigas originais. Deste tipo de intervenção há dois casos, um deles apresentado na Prancha 7, que na opinião da maioria dos erechinenses é “muito feio” ou “horrível”, pois além de chocar pela altura da torre a fachada antiga fica praticamente imperceptível. Na segunda intervenção deste tipo, a torre foi construída recuada da fachada antiga, como se dela estivesse destaca, o que causa um efeito muito mais aprazível ao espaço urbano. Essas duas intervenções tinham o mesmo objetivo, fazer render o terreno através da verticalização, mas a execução diferenciada faz com que a maioria da população não se sinta agredida por apenas uma delas. Em entrevista, as irmãs Amorim, Sr.^a Maria e Sr.^a Ruth, revelaram que gostam mais da segunda intervenção, pois além das características já mencionadas, a sua fachada foi pintada de bege, que segundo elas se aproxima mais das cores originais, uma vez que “naquela época não tinha nada colorido”, referindo-se a atual tendência de pintar em diversas cores as fachadas antigas, prática comum em muitas cidades.

Os cidadãos a favor da preservação lutam pela proteção das edificações através dos meios institucionais, sendo que alguns têm a oportunidade de se manifestar em artigos de jornais e revistas locais. O patrimônio erechinense está em tais publicações, principalmente, nas datas comemorativas do município e festas de final de ano, ou quando ocorre a demolição de alguma edificação importante. Outros *agentes* começaram a fazer parte das negociações do campo patrimonial em Erechim após a recente implantação do curso de Arquitetura e Urbanismo na UFFS, exemplo disso foi a manifestação de estudantes ocorrida no início de 2011 após a demolição de um exemplar importante de Arquitetura Moderna localizado nas imediações da praça central. Assim como em outros casos, esta demolição causou comoção entre muitos cidadãos havendo diversas manifestações públicas de repúdio.

Em relação às intervenções de restauro, que seguem as normas e recomendações advindas de pesquisadores e de órgãos de preservação, há dois exemplos em Erechim, um público e um privado. A primeira edificação em alvenaria da cidade, construída em 1912 nas imediações da linha férrea (Prancha 3), foi restaurada por duas vezes, há alguns anos quando passou a abrigar um restaurante, e novamente neste ano, quando comemoram seu centenário. Além desta edificação privada, a

primeira edificação pública da cidade e patrimônio do Estado do RS, o Castelinho, também será novamente restaurada. A primeira intervenção de restauro no Castelinho (Pranchas 2 e 7), foi entre 1995-6, mas a degradação da edificação é acelerada, em função do uso intenso, da ação do tempo e de intempéries climáticas sobre a madeira. Segundo informações dos arquitetos responsáveis e de outros técnicos da PME, esta obra deveria ter sido realizada em 2010, época em que inclusive havia recurso, mas por falta de projeto a verba foi devolvida às instâncias superiores do poder público. Na ocasião da entrevista, o projeto de restauro estava em fase de conclusão e seguindo as normas advindas do órgão federal haveria ainda de se captar recursos para a obra, após aprovação do projeto pelo COMPHAC. Além das técnicas de restauro e de museografia a serem empregadas, o projeto inclui critérios para a utilização da edificação, para operacionalização das atividades e a previsão de acessibilidade a todos os pavimentos.

As edificações mais utilizadas como marca distintiva da cidade são o Castelinho e o prédio da Prefeitura Municipal, ambos muito decorados, principalmente, nas festas de final de ano (Prancha 7). O Castelinho, edificação símbolo do município, que figura em seu brasão e em sua bandeira, atualmente abriga o Centro de Informação ao Turista e outros eventos culturais, como exposições, atividades da Feira do Livro e de datas comemorativas como a Páscoa e o Natal. Outras edificações tratadas como marca da cidade são os exemplares de Arquitetura Art Déco, cujo número de exemplares selecionados no IPAC é bem superior aos demais estilos, além de haver documentos que oficializam seu destaque, p.ex., o *Agenda Erechim 2018*³⁵, relatório do processo de elaboração do planejamento estratégico de Erechim, desenvolvido em 2007 (Rosa, 2008). Entre os objetivos para a cidade, contidos neste documento, destacam-se dois: (1) ser polo estadual de turismo com base na diversidade étnico-cultural, na ecologia, nos esportes e em eventos; e (2) diferenciar produtos e serviços – desenvolver a marca do lugar: Erechim – Alto Uruguai. As ações já desenvolvidas no município, no que diz respeito a estes objetivos, são analisadas no próximo item.

Além destas edificações representativas do patrimônio cultural erechinense já utilizadas como marca da cidade e das edificações selecionadas para o IPAC, esta dissertação busca ressaltar a importância do plano urbano de 1914 e da Arquitetura de Madeira, de maneira mais abrangente do que consta nos documentos oficiais. Todos estes, representantes significativos da história urbana.

³⁵ A data 2018 se refere ao centenário de emancipação do Município de Erechim.

Certeau e Giard (2008) alertam que a lógica do aparelho técnico ou científico responsável tende a isolar a consideração dos sujeitos no tratamento dos objetos, ou seja, as administrações técnicas se interessam muito pelas edificações e pouco por seus habitantes. Essa dinâmica entre os proprietários/usuários e os agentes da ação pública coloca relações de força entre cidadãos supostamente iguais perante a lei, em uma política que ultrapassa e controla uma gestão econômica. Os cidadãos, especialmente os proprietários, devem ser informados e consultados, além de participarem das decisões. O patrimônio deve tornar-se uma questão de todos, sendo ressaltado o direito de seus habitantes à criação, à ocupação dos lugares e à sua estética, recuperando seus direitos de autores da cidade. Há muitos casos em que o “gosto” dos cidadãos é denegrido em privilégio de uma estética determinada pelos técnicos, como no caso de Goiânia, onde o Art Déco, estilo tombado pelo IPHAN, não é representativo da história urbana do ponto de vista de muitos cidadãos (Lima Filho, 2006).

Nessa leitura de recuperação de direitos, Certeau e Giard (2008) propõem que o verdadeiro patrimônio de uma nação ou cidade não é feito dos objetos, mas das capacidades criadoras e do estilo inventivo das pessoas – suas “artes de praticar” cotidianas. O espaço da cidade é sua permanente e móvel exposição: os modos de vestir, de circular, de decorar, de imaginar traçam as invenções nascidas de memórias ignoradas. Assim, as práticas “fazem da cidade uma imensa memória em que prolifera a poética” (idem: 199), pois criam no espaço urbano combinações entre lugares antigos e situações novas. Desta maneira, assim como foi possível ampliar a categoria Arquitetura de Madeira através desta pesquisa, outras categorias podem surgir ou ser ampliadas se levadas em conta as práticas e memórias dos homens ordinários.

No IPAC não há menção sobre a realização de consulta ou discussão sobre o patrimônio cultural erechinense junto aos cidadãos, ou seja, não houve participação da sociedade civil na produção do conjunto de bens, ou sobre a proteção dos mesmos. Os únicos cidadãos que participaram dessas decisões foram os *agentes* que participam do COMPHAC e que são ligados a determinadas entidades e, portanto, representam interesses específicos e de classe. A exclusão das vozes de uma parcela significativa de interessados coloca em risco a recepção do conjunto de bens. As vozes não ouvidas durante o processo, que ficou restrito aos meandros das vias institucionais, demonstra a distância entre as decisões dos agentes da ação pública e as práticas de outros *agentes* do *campo* patrimonial, como os proprietários e usuários, principais interessados nas consequências da proteção.

As ações de valorização do patrimônio erechinense por parte da PME, dizem respeito principalmente à preservação de edificações antigas e a promoção do turismo, tema do próximo item. Quanto à proteção, além da lei de tombamento outra lei aguarda aprovação, trata-se da definição das penalidades em caso de demolição indevida visando inibir tal prática. Caso aprovada, a lei prevê o pagamento de multa pelo proprietário e a construção de nova edificação com área não maior do que a da edificação antiga. Além disso, segundo informações dos arquitetos da PME, o COMPHAC está revisando seu estatuto interno e o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural parte da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, que deveria zelar pelos bens municipais, encontra-se sem arquiteto responsável, infringindo a legislação municipal.

Em relação à ressonância dos bens patrimoniais, é interessante notar as sucessivas ressignificações que o processo de preservação engendra. Tomemos como exemplo a Casa Rigoni, preservada pelos herdeiros do proprietário original, em função de suas práticas, laços familiares e memórias, foi ressignificada pela PME como um bem patrimonial do município. Sua inserção nesse universo simbólico levou a uma nova ressignificação por parte de seus proprietários, que temem seu tombamento. Importante destacar, que para os irmãos Rigoni a casa não é apenas sua materialidade – parcela valorizada como documento histórico no IPAC – para eles, a casa é um conjunto que abrange a edificação, o terreno, os objetos em seu interior, além das práticas cotidianas, dos laços familiares e das memórias que os envolvem.

Sobre o espaço doméstico, Certeau e Giard (2008), ressaltam que é nele que se desdobram e repetem cotidianamente as práticas elementares das “artes de praticar”. Os lugares habitados por certo tempo revelam a personalidade dos ocupantes e as formas de organizar o espaço e de distribuir as funções diárias – refeições, toalete, recepção, conversa, estudo, lazer, repouso – compõem um “relato de vida”. Assim, é “em casa” que as famílias celebram os ritmos do tempo, confrontam a experiência das gerações, e compartilham momentos. Portanto, “nossos habitats sucessivos jamais desaparecem totalmente, nós os deixamos sem deixá-los, pois eles habitam, por sua vez, invisíveis e presentes, nas nossas memórias e nos nossos sonhos. Eles viajam conosco.” (idem: 207). São múltiplas as leituras possíveis de uma cidade, por isso, tal diversidade é tratada a seguir a partir das práticas de divulgação da cidade e de valorização dos bens através do turismo, bem como os laços familiares e as memórias que envolvem as edificações antigas, elementos fundamentais do patrimônio como experiência cotidiana.

3.2. Competitividade entre cidades: a atividade turística

A ampliação do conceito de patrimônio nas últimas décadas lhe atribuiu relevância social e econômica, tornando a preservação mais complexa e considerada como um instrumento de grande utilidade nas políticas de desenvolvimento. No caso erechinense, a integração entre a política de preservação, o planejamento urbano e a atividade turística está explicitada no IPAC, que apresenta como uma das justificativas a preservação das edificações “para que, num futuro próximo, o seu potencial turístico possa ser explorado e a valorização cultural alcançada, de forma a auxiliar a elaboração das políticas de desenvolvimento da cidade de Erechim” (PME, 2009: 03).

Na integração dessas atividades os bens deixaram de ser considerados “como um ‘tesouro’, conhecido e apreciado por uma minoria, para ver neles um recurso valioso, que contribui para o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade a que pertence” (Vicente, 2009: 225). Desta maneira, junto aos valores históricos, artísticos e estéticos tem se reconhecido o valor cultural e a utilidade social e econômica dos bens. A conservação e a gestão patrimonial apresentam implicações e condicionamentos econômicos que afetam as decisões tanto dos agentes da ação pública quanto de indivíduos e coletividades, pois representam custos e benefícios. O uso social do patrimônio faz referência à possibilidade – direito na maioria das legislações – de sua fruição coletiva, além de ser considerado como recurso econômico potencial que, se conservado e valorizado, pode converter-se em fonte de riqueza e desenvolvimento econômico. Para tanto, contribuem os hábitos de fruição do tempo livre dos cidadãos e a atual importância do turismo cultural.

Segundo Gagliardi (2009) a origem do turismo está estreitamente relacionada com a sociedade industrial capitalista, cujas transformações ao longo do tempo foram acompanhadas por diferentes configurações da atividade turística. Sua origem remete ao *grand tour* um circuito de viagem pedagógica considerada uma etapa de formação do jovem aristocrata inglês e praticada nos séculos XVII e XVIII como modelo de distinção marcadamente burguês e atrelado ao consumo. Ainda na Europa, com o desenvolvimento dos hábitos e atividades de lazer, o turismo passou a ser praticado através da visitação a balneários marítimos, criando uma “cultura da praia”. Em meados do século XIX foram alcançadas determinadas condições, principalmente através das inovações de comunicação e transportes, resultando no desenvolvimento de certa infraestrutura turística.

A separação trazida pela Revolução Industrial entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho criou o tempo de lazer dentro do qual se estabelece o turismo. Assim, o aproveitamento útil do tempo livre foi sendo apropriado pela indústria do entretenimento, que determina o que deve ser visto, dever cumprido pelo turista. As exposições universais³⁶, iniciadas em 1851, passaram a gerar grandes deslocamentos e a produzir monumentos que ocupam espaço privilegiado nos circuitos turísticos. O direito a férias e mais tarde as férias remuneradas consolidaram o direito ao prazer e impulsionaram a organização de diversos eventos ligados ao lazer. No século XX a atividade turística se expandiu, as estatísticas cresceram, a clientela se diversificou e a convergência entre mobilidade e consumo conferiu o sentido cosmopolita e mercantil do turismo, o que o situa como atividade específica do capitalismo organizado.

Além dos fatores mencionados anteriormente, a configuração de patrimônios regionais, nacionais e do patrimônio mundial são elementos importantes no desenvolvimento do turismo. A institucionalização dos conjuntos patrimoniais e a necessidade social de sua preservação foram fundamentais na construção das atuais feições do turismo urbano. Os museus, monumentos e a invenção do “centro histórico” são, também, resultado da Revolução Industrial. Este processo colocou as estruturas urbanas pré-industriais e, sobretudo, as pequenas cidades ainda intactas como lugares frágeis e preciosos que guardam estilos de vida originais, que são representantes de uma cultura prestes a desaparecer e que devem ser incondicionalmente protegidos (Choay, 2006).

Todas essas transformações colocaram a atividade turística como elemento fundamental da afirmação da cultura urbana contemporânea e da globalização econômica e cultural. As formas de planejar e fazer turismo baseadas no binômio cultura/cidade tem grande importância contemporânea, sendo a comunicação uma dimensão fundamental, pois agrega diferentes representações à materialidade das cidades. Em seu processo de produção e consumo o turismo encontra nos espaços urbanos a possibilidade de se criar e recriar a partir de uma gama infindável de representações. Assim, muitas cidades têm implantado políticas culturais e turísticas paralelas, onde a valorização das funções turísticas é tomada como estratégia de desenvolvimento econômico e urbano. Essas políticas paralelas criam marcas distintivas em um mundo globalizado, ou seja, diferentes imagens que acirram a competitividade entre as cidades que disputam eventos e visitantes.

³⁶ Projeto burguês que tem por objetivo vender tanto os objetos produzidos quanto a ideia da sociedade industrial e do progresso material como caminho da felicidade.

Neste mundo globalizado e competitivo as atividades turísticas movimentam muitas pessoas e setores da economia, o que torna fundamental o entendimento sobre como os lugares se transformaram e se reconfiguraram para o consumo ligado ao lazer. Buscando perceber e vivenciar essas transformações John Urry (Franklin, 2001) destaca alguns aspectos como a mudança atual no olhar do turista, que conta com uma rede de informações e imagens prévias dos lugares, espaços e produtos. Ao saberem o que irão encontrar os turistas aumentam suas exigências o que faz crescer a competição dos lugares turísticos em todo o mundo. O autor também dá ênfase ao fenômeno crescente de patrimonialização dos lugares turísticos e de criação de espaços que reproduzem e revitalizam culturas para serem comercializadas. Esses lugares são alvo de uma valorização do visual, que é reforçada pelas novas tecnologias e pelo mercado global.

Segundo Urry, as cidades são produzidas através de um conjunto de processos, dentre os quais o turismo, que podem acarretar em um tipo de visualismo ou em práticas espaciais específicas. Por exemplo, o que chamamos de natureza é um produto dessas práticas, que levaram à produção de determinados espaços e serviços como aspectos relevantes. Assim, não há natureza, ela é produzida e reforçada por meio de um conjunto de processos sociais e culturais. Em relação à utilização da ideia de natureza pela sociedade o autor defende que a atividade turística pode trazer a conservação e a valorização dos espaços naturais, o que levanta a questão de quem tem direitos sobre tais áreas. O mesmo pode ser pensado em relação ao patrimônio cultural, que é produzido e protegido para fins específicos e cuja inserção em roteiros turísticos pode levar tanto a sua valorização e conservação, quanto pode acarretar em conflitos e tensões, especialmente quanto ao direito de propriedade.

No que diz respeito ao visitante, Urry argumenta que o turista não é um idiota cultural absorvido pelos locais que visita e que existem várias formas de se contestar os significados e as noções apresentadas em lugares patrimoniais e/ou turísticos. Havendo uma multiplicidade de olhares sobre os espaços, o autor trabalha com a ideia de que o turista contemporâneo lida com o olhar “olhando”, portanto sua abordagem para a análise dos diferentes olhares é pensar, entre outras coisas, sobre o sabor, o cheiro, os sons e o tato relacionados aos espaços. Enfatizando o patrimônio cultural, deve-se ressaltar que essa multiplicidade de olhares não diz respeito apenas aos visitantes, mas também aos cidadãos, especialmente os proprietários e usuários das edificações, que, pensando de maneira análoga, lidam com a preservação “vivendo” suas experiências cotidianas, como será problematizado no item seguinte.

O patrimônio cultural entendido como marca da cidade de Erechim tem na atividade turística um de seus principais elementos de valorização, especialmente através do material de divulgação da cidade. Durante a pesquisa de campo tive acesso a uma grande variedade de publicações, mapas e folders sobre a cidade, que foram produzidos com objetivos diversos e em diferentes períodos da gestão municipal. Este material foi encontrado na PME – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e Arquivo Municipal; em bibliotecas e junto a alguns dos entrevistados. Nas bibliotecas e junto aos entrevistados o material de divulgação da cidade era principalmente livros (Bentancur, 1999; Menegati, 2000) e recortes de jornais, que além de relatarem a história de Erechim através de fatos e de edificações significativos, apresentam a cidade a partir de aspectos como a infraestrutura urbana e as atividades produtivas e de serviços.

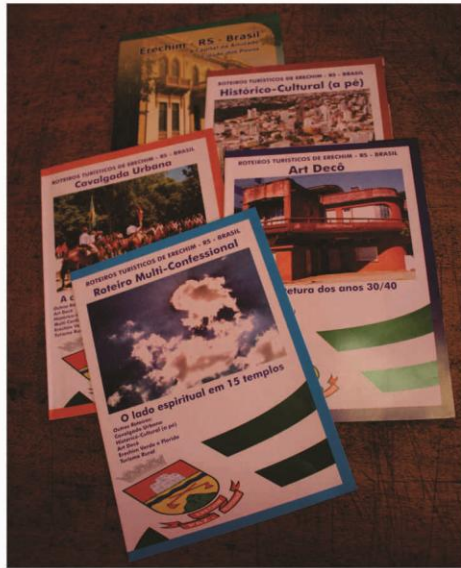
Junto a Prefeitura Municipal, além dos mapas e folders turísticos distribuídos atualmente, tive acesso ao material turístico municipal elaborado em gestões anteriores (Prancha 8). Apesar do IPAC se referir a um potencial turístico do patrimônio que pode ser explorado no futuro a PME vem fazendo uso da imagem da cidade há muitos anos, como pode ser verificado no material arquivado. Mesmo não havendo data na maioria do material de divulgação foi possível especificar as gestões em que foram produzidos em função do *logotipo*, referente às diferentes administrações, impresso nos créditos de cada publicação. Esta prática comum até a atual gestão deverá desaparecer, pois segundo informações da coordenadora do Departamento de Turismo os próximos folders a serem produzidos deverão levar nos créditos apenas o brasão do município e outros colaboradores. Essa mudança revela a intenção de uma política mais sólida e contínua em relação ao turismo, que vai além das ações de uma gestão específica.

Diante da diversidade de publicações que instituidoras de leituras sobre Erechim a pesquisa se concentrou no material turístico produzido pela PME, uma vez que mesmo atrelado a gestões municipais específicas revela a visão dos agentes da ação pública e uma imagem generalizada da cidade, condizente com opiniões individuais e coletivas. As narrativas urbanas contidas em escritos ficcionais literários e em roteiros turísticos podem ser exploradas sob a ótica do imaginário das cidades, pois apontam vias de interpretação da cultura (Barreira, 2009; Pesavento, 1999). Os processos de apresentação de uma cidade são constituídos por representações, informações práticas, descrições e evocações a acontecimentos que caracterizam, dão sentido e fazem parte de um ritual de conhecimento e reconhecimento da cidade.

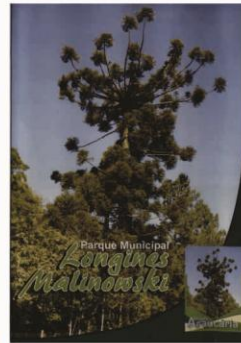
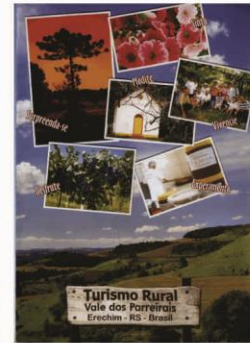
Desta maneira, os “guias e roteiros turísticos, além de material informativo sugestivo a visitantes, expressam uma sensibilidade urbana, isto é, uma percepção de cidade com valores próprios de um contexto histórico” (Barreira, 2009: 207). Ou seja, instituem uma narrativa, expressam uma leitura que celebra espaços e monumentos e reforçam o prisma das “curiosidades”, fazendo da cidade um objeto de atração. As cidades são apresentadas através da exposição da história urbana materializada, principalmente, nas edificações antigas e promovem representações sobre o espaço através de relações hierárquicas e classificações espaciais. Por exemplo, no material turístico sobre Erechim a diversidade de etnias dos imigrantes e as imagens do Castelinho e da Prefeitura estão presentes no material turístico que foi produzido por todas as administrações, demonstrando certa hierarquia entre as edificações e as etnias de imigrantes, onde são destacadas e celebradas, as que seriam as mais significativas.

As narrativas urbanas contidas nas publicações de divulgação turística fazem alusão direta a um destinatário, o turista, na tentativa de apresentar lugares aprazíveis e singulares com informações práticas, economia de palavras e precisão de informações. A exposição e a descrição chamam atenção para o uso de uma linguagem permeada pela competitividade e por disputas simbólicas, o que permite a percepção de ideologias, da naturalização de objetos urbanos e o confronto entre memórias e usos dos espaços. Ao sugerirem escolhas nas práticas de visitação, tais narrativas veem os elementos urbanos como partes de uma totalidade dotada de contradições e hierarquias. Portanto, “o trajeto apresentado com início, meio e fim, aponta a busca de compatibilizar tempo, interesse e acesso” (Barreira, 2009: 218).

Em meio ao material de divulgação turística em Erechim são encontrados diversos roteiros baseados em aspectos geográficos e culturais da cidade (Plancha 8). Esses roteiros foram elaborados durante as gestões de Eloi João Zanella (2001-2008) e, com modificações, foram mantidos no material produzido pela administração seguinte. Foram sete os roteiros elaborados naquela gestão: seis urbanos e um rural – o *Vale dos Parreirais*, que percorre as parreiras no município, plantações de uva, em um circuito entre as casas de famílias que produzem e comercializam diversos alimentos. Os roteiros urbanos, localizados no sítio cultural, destacam edificações e espaços públicos e foram divididos em: *Histórico Cultural* (a pé), *Cavalgada Urbana* (a cavalo), *Multi-Confessional* (igrejas), *Art Déco* (arquitetura), *Erechim verde e florido* (praças e vias) e *Monumentos e Monumentos* (estátuas localizadas, principalmente, na avenida central).



Roteiros Turísticos de Erechim, administração Zanella (2001 a 2008).



Roteiro dos Monumentos, Turismo Rural, Parque Longines Malinowski e locais de cultura, administração Zanella (2001 a 2008).

Exemplo de folder turístico sobre os locais de consumo: restaurantes, hotéis e lojas. Há várias publicações desse tipo na cidade.



Material de educação patrimonial: caderno e jogos, administração Polis (2009-2012).

Roteiro e passaporte turísticos, administração Polis (2009-2012).



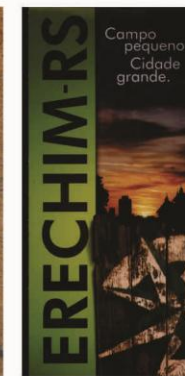
Publicação de apresentação da cidade, administração Zanella (1989-1992).



Roteiro Turístico em parceria com cidades da região, administração Polis (2009-2012).



Roteiro turístico e mapa municipal, atualmente distribuídos pela Prefeitura Municipal, administração Polis (2009-2012).



PRANCHA 8
Material turístico sobre Erechim e região

Elaboração | Simone Prestes

Com algumas alterações, estes roteiros foram mantidos pela administração de Paulo Polis (2009-2012), que além de criar um novo conjunto de folders diversificou o material de divulgação turística. Entre os roteiros rurais foi mantido o *Vale dos Parreirais* e acrescido um novo roteiro, o *Vale Dourado*, local identificado como patrimônio municipal no IPAC. Segundo a coordenação do Departamento de Turismo, o objetivo é valorizar as atividades rurais e gerar outras fontes de renda para que as famílias permaneçam em suas propriedades. Esses roteiros estão atrelados a festividades ou a eventos esportivos que são realizados periodicamente ou podem ser previamente agendados para grupos, neles os visitantes são acompanhados por funcionários do Departamento ou por guias cadastrados junto a PME.

Diferentemente do material produzido na administração anterior, quando cada roteiro urbano estava detalhado em um folder específico, nesta gestão os roteiros foram condensados em diversos materiais como o *Passaporte Turístico* (Prancha 8). O roteiro denominado *Monumentos e Monumentos* foi mantido integralmente sendo apresentado com o subtítulo de *Roteiro Cívico Institucional* em um folder com nova diagramação. Os demais roteiros urbanos da gestão anterior serviram de base para os tópicos do folder atual que destaca: os dois roteiros rurais citados anteriormente; *Art Déco* (arquitetura); *Caminhos da Fé* (igrejas); *Negócios, Investimentos e Oportunidades* (indústria e serviços) e *Caminhos da Erva-Mate*. Este folder também evidencia lugares como o Castelinho, o Estádio Colosso da Lagoa e a Cascata Nazzari; e eventos esportivos, culturais e de negócios como o Rally Internacional, a Feira do Livro e a FRINAPE – Feira Regional, Industrial e Agropecuária.

Há outro folder intitulado *Turismo Cultural*, que trás informações sobre edificações importantes: prédio da PME, Estação Ferroviária, Castelinho e Centro Cultural 25 de Julho; lista de eventos e de locais de venda de artesanato; lista de contatos de grupos e sociedades culturais representativos de diferentes etnias de imigrantes e da cultura gaúcha; e informações sobre o acervo, localização e funcionamento do Arquivo Histórico Municipal e dos Museus da Imprensa, de Ciências e de História e Antropologia. A administração atual também atualizou três materiais de divulgação produzidos em todas as administrações anteriores: o mapa da cidade, os cartões postais e o guia sobre os locais de consumo, este em parceria com a Aeghel – Associação Erechinense de Gastronomia, Hotelaria, Entretenimento e Lazer. Esta gestão também manteve os investimentos em decoração e atividades relacionados às festas de fim de ano, e criou uma série de materiais voltados a educação patrimonial, como exposto ao fim deste item.

Ao analisar o conjunto do material de apresentação da cidade e de divulgação turística sobre Erechim nota-se que esta é uma prática muito antiga no município. Os materiais mais antigos, encontrados nos acervos de bibliotecas, são fotografias da Festa das Nações, ocorrida em abril de 1966, que reuniu na Praça da Bandeira a maioria das etnias formadoras da cidade, que na ocasião apresentaram símbolos de suas respectivas nações de origem através de esculturas e/ou espaços de exposição. São diversas imagens, impressas em formato de cartões postais, que tinham por objetivo divulgar e celebrar a diversidade de etnias como uma marca da cidade. Esta marca foi mantida ao longo dos anos, mas renovada e reeditada através das imagens que a representam, como por exemplo, na capa da publicação de apresentação da cidade elaborada na gestão de Eloi João Zanella (1989-1992), que apresenta crianças representando diferentes etnias (Prancha 8). Outras formas de reforçar essa marca de diversidade étnica são slogans como “Capital da Amizade” ou “Cidade dos Povos”, e as cortes das edições da FRINAPE³⁷, quando são eleitas uma rainha e princesas representantes de algumas etnias.

Os imigrantes também são o mote de divulgação turística do roteiro *Caminhos da Imigração e da Cultura*, resultante de uma parceria entre as Prefeituras Municipais de Barão de Cotegipe, Erechim, Jacutinga e Paulo Bento (Prancha 8). A atual divulgação deste roteiro tem sido feita através de material impresso e de um CD que apresentam informações práticas como localização e locais de hospedagem, além dos atrativos: lugares, edificações e eventos. Este roteiro é parte do programa turístico da SETUR – Secretaria do Turismo do RS, que ao dividir o Estado em regiões e microrregiões turísticas desenvolveu roteiros intermunicipais. No programa estadual Erechim está na região *Hidrominerais* e na microrregião *Termas e Lagos*, fazendo parte do roteiro já citado e de outros quatro: *Verdes Vales*, *Nossas Raízes*, *Rural e Termas*, e *Pedras e Águas*. Importante destacar, que tanto os roteiros turísticos estaduais quanto os municipais são apresentados nos sites da SETUR e da PME podendo ser consultados anteriormente pelos visitantes, enquanto que o material impresso é disponibilizado *in loco*.

Muitos turistas que visitam Erechim se deslocam até a cidade para a Romaria de Nossa Senhora de Fátima – patrimônio imaterial do município, para as festividades de fim de ano e da Páscoa, a Feira do Livro e festas como a *Festa Di Baco*, que celebra a cultura dos imigrantes italianos através de produtos alimentícios, principalmente os derivados da uva. Há também eventos que projetam a cidade em

³⁷ A primeira Feira foi em 1966 e em 2010 chegou a sua 13ª edição, a próxima será em 2013.

cenários mais ampliados como a FRINAPE, os eventos promovidos por CTGs e jogos de futebol que acontecem no Estádio Olímpico Colosso da Lagoa, o maior do interior do RS. O Rally Internacional de Erechim é o evento que projeta a cidade em um cenário mais amplo, em sua 15ª edição em 2012 teve um público de mais de 60.000 pessoas evidenciando mais uma vez sua importância para o município.

Entre os estilos arquitetônicos classificados como patrimônio municipal no IPAC o único destacado nos roteiros turísticos é o Art Déco, o que evidencia a hierarquia entre os mesmos. A Arquitetura de Madeira erechinense é representada pela imagem do Castelinho na maioria dos folders de divulgação, que o apresentam como bem representativo da implantação da cidade e da imigração na região. Em edificações como a Casa Rigoni, nota-se a relação íntima de desenho arquitetônico com as edificações de Antonio Prado, protegidas como patrimônio pelo IPHAN e que possuem projeção no cenário turístico nacional, além da cidade estar presente nos roteiros estaduais e possuir um roteiro turístico municipal. Este exemplo é significativo, pois além de ter nas edificações de madeira a marca da cidade, Antonio Prado foi pioneiro nas ações de educação patrimonial na rede escolar municipal, a partir das oficinas e consultorias (Meira, 2008).

O crescimento das atividades turísticas em Erechim acarretou na manutenção e ampliação dos roteiros e materiais turísticos e revelou a necessidade do desenvolvimento de ações de educação patrimonial. Estas ações buscam apresentar tal atividade aos cidadãos, bem como educá-los para receber os visitantes. Os materiais são principalmente voltados às crianças e utilizados em atividades realizadas no Castelinho e em escolas. Sendo eles: uma cartilha, intitulada *Educar e Sensibilizar para o Turismo*; e dois tipos de jogos, um de tabuleiro, a *Trilha do Turismo*, baseado em fatos e lugares importantes, e jogos de quebra-cabeça com imagens de locais, edificações e eventos (Prancha 8). Em pesquisa no acervo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, foi encontrado um folder de divulgação voltado aos munícipes intitulado *Conheça Erechim com olhos de turista*, que apresenta, divulga e valoriza o patrimônio cultural municipal. Este tipo de material, caso reeditado reforçaria as atividades de exposição de fotografias antigas realizadas pelo Arquivo Histórico Municipal, principalmente, durante eventos como a Feira do Livro e as festas de fim de ano. Uma vez que o turismo é um tipo específico de consumo da cidade, a educação patrimonial deve voltar-se aos visitantes e cidadãos, buscando o equilíbrio entre valorização e mercantilização dos bens patrimoniais, e enfatizando o patrimônio como lugar das experiências cotidianas.

3.3. O patrimônio como experiência cotidiana

A história urbana contida nas edificações e nos espaços de uma cidade possibilita múltiplas leituras, em função das práticas, relações sociais e memórias de diferentes indivíduos e coletividades que nela vivem ou a visitam por diferentes razões. As relações familiares são centrais não apenas na preservação e permanência das edificações antigas e na conservação de práticas e memórias, mas também na atração de turistas, p.ex. um grupo de jovens que encontrei visitando o Castelinho durante as festas de final de ano. Na ocasião eu consultava o acervo do Departamento de Turismo e os folders espalhados sobre uma das mesas chamaram a atenção daqueles jovens que vieram conversar comigo. Nas palavras das duas moças, eles estavam “fazendo turismo em Erechim, para mostrar a cidade para o nosso primo”, o rapaz que as acompanhava e nunca havia estado lá. Quando os questioneei sobre o motivo da viagem elas rapidamente responderam: “família, temos avós e outros parentes aqui”. O primo não pertencia àquela família, mas as acompanhava na viagem para comemoração das festas.

Entre os cidadãos erechinenses as múltiplas leituras possíveis sobre a cidade variam em função dos *campos* que cada indivíduo participa como *agente*, de suas práticas, laços familiares e memórias. A política de preservação em Erechim deve muito a arquiteta Rosely Hachmann, que trabalhou na PME por muitos anos e foi responsável, entre muitas outras ações, pelo restauro do Castelinho e pela elaboração do IPAC. Agente da ação pública, Rosely nasceu em Erechim e sua família é proprietária de uma das edificações ecléticas classificadas como bem patrimonial. Além disso, grande parte de sua vida familiar aconteceu naquela casa, que atualmente está alugada e abriga atividades comerciais e de serviços. Portanto, suas práticas particulares e públicas, seus laços familiares e memórias fazem parte de uma rede complexa de significados; o mesmo acontece com outros cidadãos.

As relações entre espaço, tempo e memória são abordadas nesta dissertação com base nas ideias de autores da escola sociológica francesa. Ao problematizar a relação entre sociedade e espaço Durkheim (1989) destaca que tempo e espaço são categorias básicas do pensamento humano e da prática social, pois são representações coletivas que exprimem realidades coletivas. Essas representações refletem o modo como cada grupo pensa, sendo “fatos sociais, produtos do pensamento coletivo e da vida em sociedade” (idem: 22). Assim, tempo e espaço são ordenações da consciência necessárias à organização e reprodução social.

Desta maneira, o espaço é construído e organizado socialmente e as “distinções vêm do fato de serem atribuídos às regiões, ou espaços, diferentes valores afetivos” (Durkheim, 1989: 15). Para o autor, é na relação entre espaço e sociedade, baseada em valores e práticas, que se devem procurar as explicações para os diferentes tipos de organização sócio-espacial, que é determinada pelos arranjos sociais, pelas regras e pela constituição da sociedade que nele vive. Partindo dessas ideias e enfatizando os bens materiais dentro dos sistemas de trocas, Mauss (2003) destaca que os fatos sociais podem ser detectados “quando entendemos que os bens que circulam no interior da sociedade são sempre portadores de um duplo sentido, material e simbólico” (idem: 191). Assim, associando as ideias dos dois autores, podemos pensar sobre a construção do espaço urbano erechinense e da Casa Rigoni como reflexos da sociedade que os habita, e que os mesmos estão envoltos por significados e arranjos simbólicos, que nesta dissertação são evidenciados através de práticas, laços familiares e memórias.

A separação entre as categorias espaço e tempo é característica da sociedade moderna, em sociedades não modernas ela são coincidentes e as dimensões espaciais da vida social são dominadas pela ‘presença’, ou seja, por atividades localizadas. Contudo, “o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” (Giddens, 1991: 27). Neste sentido, Abreu (2007) destaca que entre as diferentes concepções de tempo há duas grandes tendências: o tempo linear e o tempo cíclico.

Nas sociedades chamadas tradicionais predomina a concepção cíclica de tempo, que é representado como o resultado de uma espessura e de uma densidade espaciais, num eterno retorno, que privilegia fases sucessivas e regulares, como as fases da lua. Nesta concepção, associada ao contexto mítico-religioso, predominam narrativas míticas, cerimônias e rituais, portanto, os acontecimentos são reversíveis e repetitivos. Na concepção linear o tempo é um contínuo progressivo representado pela linha do tempo cronológico. Esta concepção, predominante nas sociedades ocidentais modernas, está diretamente associada à noção de história que é objeto de um aparato técnico e metodológico específico relacionado à ideia de ciência. Assim, as noções de registro, documento e monumento são centrais, pois permitem situar pontos no passado à medida que o tempo cresce: é um número que aumenta indefinidamente ao futuro. Os acontecimentos são históricos, definitivos e irreversíveis, portanto a concepção linear é assimétrica, predominando a noção de inevitabilidade das mudanças e das transformações (Abreu, 2007).

Em relação às concepções linear e cíclica de tempo é importante ressaltar que, embora diferentes, elas não são excludentes. O contato cada vez maior e mais frequente entre culturas propicia o convívio de diferentes concepções, sem que haja obrigatoriamente a exclusividade de uma concepção determinada. O que ocorre é o privilégio a uma concepção de tempo que emerge como a dominante, por exemplo, a sociedade ocidental moderna privilegia o tempo linear, mas absorveu contribuições de outras concepções de tempo, entre elas a cíclica, que está nos calendários e relógios, durações previsíveis. Outro exemplo são as manifestações culturais sagradas e profanas organizadas segundo o tempo cíclico, como as festas populares, em especial o carnaval. Desta maneira, “a dominação e o privilégio de uma concepção de tempo sobre outras pressupõe conflitos, disputas e um jogo significativo de ganhos e perdas” (Abreu, 2007: 265).

A noção de patrimônio, formulada no contexto da sociedade ocidental moderna, está diretamente relacionada à concepção linear de tempo e a uma noção de herança que pode não fazer sentido em outros contextos. Entretanto, a noção de patrimônio é dinâmica e diferentes significados se justapõem no embate entre políticas de lembranças e de esquecimentos (Capítulo 2). Por outro lado, em sociedades onde predomina a concepção cíclica de tempo a memória está disseminada no tecido social, não sendo preciso guardar objetos ou registros, pois as festas, rituais, cânticos e narrativas míticas se repetem desempenhando a função de lembrar ao grupo suas tradições. Assim, “nestas sociedades, com forte capital de memória, não há um sentido de guarda, armazenamento ou preservação de objetos, assim como não há o sentido que conhecemos de herança” (Abreu, 2007: 266), portanto, não há as noções de patrimônio, preservação e conservação nos termos utilizados pela sociedade ocidental moderna.

Contudo, em todas as sociedades há certa dinâmica entre lembranças e esquecimentos em função da necessidade permanente de atualização dos laços sociais. Neste sentido, Pollack (1989) entende que o *campo* da memória social é repleto de disputas e negociações que incidem diretamente sobre a dinâmica entre lembrança e esquecimento. Além disso, as diferentes concepções de tempo produzem diferentes maneiras de trabalho da memória, que se liga ao “aspecto holista da sociedade, o que o antropólogo Louis Dumont qualificou de ‘*communitas*’ – a feição de agregação entre os indivíduos no espaço e no tempo” (Abreu, 2007: 263-4). Este aspecto da memória está ligado às identidades individuais e coletivas, relação estudada por Pollak (1992) no âmbito das histórias de vida, ou história oral.

Sobre a memória Halbwachs (2006) ressalta que ela deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno social, construído por uma coletividade e submetido a transformações e mudanças constantes. Partindo desta concepção, Pollak (1992) adverte que apesar da memória ser caracteristicamente flutuante, há marcos ou pontos relativamente invariantes ou imutáveis, sendo os elementos constituintes da memória: os acontecimentos, pessoas e lugares. Os acontecimentos podem ter sido vividos pessoalmente ou por um coletivo ao qual o indivíduo se sente pertencer e, muitas vezes, são acontecimentos dos quais a pessoa não participou, mas são lembrados por sua importância. Há também, eventos situados fora do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo que por meio da socialização política ou histórica são lembrados em função de um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, que pode ser entendida como uma memória herdada.

Sobre as memórias constituídas por pessoas, ou personagens, Pollak aplica o mesmo esquema: podem ser pessoas encontradas no decorrer de uma vida, personagens de um grupo de convívio, que se tornam conhecidas, ou ainda, personagens que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa. Sobre os lugares, o autor destaca que há lugares da memória, assim como há lugares ligados a uma lembrança em particular, que pode ser pessoal ou não ter apoio no tempo cronológico. Há também, lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração, e lugares longínquos, fora do espaço-tempo de uma vida, mas que são importantes para a memória de um grupo, como por exemplo, os lugares de origem dos imigrantes que colonizaram Erechim, locais com os quais seus descendentes mantêm relações antigas e/ou construíram novas relações.

Os acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem dizer respeito a elementos reais, empiricamente fundados em fatos concretos, mas também podem se tratar da projeção de outros eventos. Há também os vestígios datados da memória, cuja data precisa pode ser em função da experiência individual ou de datas da vida privada e/ou da vida pública, que segundo Pollak (1992) vão sendo assimiladas ou esquecidas nos relatos de histórias de vida. Assim, os diferentes elementos constituintes da memória, bem como os fenômenos de projeção e transferência que podem ocorrer durante a organização da memória, demonstram que ela é fundamentalmente seletiva, nem tudo será lembrado ao tempo que o esquecimento é essencial. Também há uma parte da memória que é herdada, pois não se refere apenas à vida física da pessoa, além de haver flutuações do momento em que ela é articulada ou expressada, o que ajuda em sua estruturação.

Os patrimônios nacionais, bem como os constituídos em outras instâncias, são representantes de uma memória organizadíssima, ou seja, a história nacional. Esta é objeto de disputas e negociações sobre datas, acontecimentos e lugares a serem lembrados, celebrados, preservados e valorizados; a serem gravados na memória de um povo. Assim, a organização da memória em função de preocupações pessoais e políticas mostra que a memória é um fenômeno construído. Portanto, se em todos os níveis, a memória é construída social e individualmente, quando se trata da memória herdada há uma estreita ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade. Segundo Pollak (1992) para a construção da identidade, há três elementos essenciais: (1) unidade física ou sentimento de fronteiras, que pode ser o corpo do indivíduo ou as fronteiras de pertencimento a um grupo; (2) continuidade dentro do tempo, no sentido físico, mas também no sentido moral e psicológico; e (3) sentimento de coerência, de que os elementos que formam um indivíduo são unificados. Assim, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, pois ela é um fator importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Em função dessas relações entre memória e identidade Pollak (1992) conclui que memória e identidade são valores negociados e disputados em conflitos sociais e intergrupais, que variam desde o ambiente familiar até conflitos que opõem grupos políticos. Para uma breve reflexão sobre a memória familiar tomamos como exemplo as edificações de madeira em Erechim, que revelam a herança de uma memória, como no caso das irmãs Rigoni, que mesmo não tendo imigrado para a cidade ou participado da construção da casa sabem os detalhes dessas ações. Também revelam a disputa proveniente das relações que se impõem quando os proprietários de uma casa morrem e o destino da mesma é disputado entre os herdeiros, que podem querer mantê-la ou não. Isso porque, segundo o autor, a memória familiar é uma herança nos sentidos material e moral, pois a memória e o sentimento de identidade são pontos importantes na disputa por valores familiares e focais nas vidas dos indivíduos que constituem tais grupos.

Sobre as relações entre a memória e o espaço, tomamos como referência o trabalho de Halbwachs (2006), um observador fiel da vida social concreta e cotidiana, cujas pesquisas foram orientadas para o entendimento da consciência social. Segundo o autor, as formas materiais da sociedade – objetos e lugares – atuam sobre ela através da consciência que dela tomamos, enquanto participantes de um grupo que percebem seu volume, estrutura física e movimentos no espaço. Embora

dependa das condições naturais, a sociedade é essencialmente consciência, nela as causas e fins se misturam e entrelaçam. Em suas análises Halbwachs soube dar o sentimento da opacidade e do poder envolvente do tecido social, que longe de uniformizar os indivíduos os distingue, pois à medida que multiplicamos nossas relações assumimos maior consciência de nossa individualidade. Assim, só nos lembramos em sociedade, pela presença ou pela evocação, recorrendo aos outros ou a suas obras, portanto, para Halbwachs a memória é sempre coletiva.

Para compreender a recordação e a localização das lembranças, Halbwachs (2006) tem como ponto de referência os contextos sociais reais que balizam a reconstituição que chamamos de memória. O “eu” e sua duração se localizam no ponto de encontro de duas séries diferentes, às vezes divergentes: uma ligada aos aspectos vivos e materiais da lembrança e outra que reconstrói o passado. A memória individual existe enraizada em diferentes contextos e situada nas redes de solidariedade e nos grupos em que estamos envolvidos. A lembrança localiza-se na interseção de muitas correntes do “pensamento coletivo”, como uma baliza que nos situa na variação constante dos contextos sociais e das experiências coletivas históricas. As edificações antigas são exemplos dos aspectos materiais da memória, que representam, também, os laços familiares. Por exemplo, é comum em Erechim, que indivíduos e edificações sejam identificados pelos nomes de família, como nesta dissertação: Casa Prof. Mantovani e Casa Rigoni. Principalmente entre as pessoas de idade avançada, toda edificação está ou estava relacionada a uma família específica.

Além das casas mencionadas nesta dissertação, há várias outras edificações em Erechim que são preservadas por sucessivas gerações de uma mesma família, o que mantêm a referência material dos laços e de memórias. Entre muitos outros exemplos, podemos citar a Casa Dr. Bisognin (Prancha 4) e a Casa da Família Massignan (Prancha 3). A primeira, uma edificação em estilo Art Déco, é preciosamente conservada, sendo que até a placa de identificação da residência do médico é mantida na entrada. A Casa Massignan, uma edificação eclética, outrora ponto importante de comércio implantado no limite do sítio cultural, permanece como propriedade dos herdeiros de seu proprietário original e mantém características materiais e de uso. Por outro lado, boa parte das demolições na cidade é motivada pelos interesses dos herdeiros em aproveitar os lucros advindos da venda ou de sua supressão do espaço urbano. De qualquer forma, mesmo nestes casos, permanecem memórias que são expressas, por exemplo, em relatos nostálgicos sobre a configuração da “cidade de antigamente”.

Na pesquisa de campo, principalmente durante os levantamentos fotográficos, tive a oportunidade de ouvir diferentes relatos sobre a conservação e demolição de edificações antigas e as memórias que envolviam e/ou envolvem essas práticas. Um dia, ao fotografar um conjunto de três edificações de madeira que formam uma sequência de casas semelhantes, fui abordada por um casal que me perguntou o propósito das fotos. Após lhes explicar os objetivos da pesquisa a senhora me relatou que aquelas edificações eram propriedade de seu pai e totalizavam um conjunto familiar de casas. Cada uma foi deixada para um dos filhos, que lhes deram destinos diferentes: duas foram demolidas e das restantes, duas haviam sido vendidas, sendo que apenas uma era mantida em suas características originais. Era justamente essa a casa em que o patriarca viveu, e também foi nela que aquela senhora havia passado sua infância e juventude. Em função do risco de desaparecimento da casa, que não pertence mais à família, recentemente a senhora havia feito um vídeo, no qual foi registrada a materialidade da edificação ao tempo em que lembranças eram rememoradas. Segundo ela, o propósito desta ação foi de “deixar essa memória para os meus filhos e netos, porque a gente sabe que a casa não vai durar muito”.

Essa situação demonstra os conflitos, familiares e pessoais, que se revelam entre os diferentes interesses que determinam o destino das edificações antigas, especialmente as disputas entre desejos econômicos e afetivos. Ainda sobre a relação entre espaço e memória, Halbwachs (2006) ressalta que a memória coletiva apresenta um quadro de si mesma, se desenrolando no tempo de tal maneira que o grupo se reconheça em imagens sucessivas. Assim, ao examinar seu passado e notar que continua o mesmo o grupo toma consciência de sua identidade através do tempo, sendo o tempo decorrido sem mudanças profundas o que ocupa a maior parte da memória. Portanto, a memória tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço, havendo uma multiplicidade de memórias coletivas relacionadas à multiplicidade de grupos dos quais cada indivíduo participa ao longo da vida.

As encruzilhadas dos tempos sociais em que a lembrança está situada correspondem às encruzilhadas do espaço endurecido, como as casas conservadas, ou extensões vivenciadas em que os grupos fixam, provisória ou definitivamente, os acontecimentos; como as casas que, embora demolidas, são mantidas em relatos e lembranças. Sobre essa relação, Halbwachs utiliza a obra de Auguste Comte, que observou que o equilíbrio mental resulta em boa parte, e antes de tudo, do fato de que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário não mudam ou mudam pouco, nos oferecendo uma imagem de permanência e

estabilidade, e a sensação de ordem e tranquilidade. As imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis do “eu” e o ambiente material traz, ao mesmo tempo, a nossa marca e a dos outros. No caso de uma edificação antiga que permanece na mesma família por gerações as marcas familiares são mantidas, reproduzidas e registradas de diferentes maneiras, como no exemplo da senhora que fez um vídeo da casa de sua infância antes que ela desaparecesse, ou do sobrinho dos irmãos Rigoni que em uma de suas visitas à casa a fotografou interna e externamente fazendo um registro das gerações que o precederam.

As memórias se mantêm vivas em relação ao espaço privado e em relação ao espaço público. Tanto as irmãs Rigoni quanto as irmãs Amorim me relataram práticas da época em que eram jovens, que são memórias diretamente atreladas ao espaço urbano, como o *footing* que era praticado na avenida central após a missa de domingo. Sobre o espaço privado, não são apenas as casas que acionam lembranças, segundo Halbwachs (2006) todos os objetos – edificações, móveis, enfeites, quadros, utensílios, fotografias, roupas etc. – circulam nos grupos e neles são trocados, apreciados e comparados, descortinando novas orientações da moda e do gosto e fazendo recordar costumes e distinções sociais. O mundo que reconhecemos nos objetos equivale a uma linguagem, suas formas têm significado e apesar de não falarem, nós os compreendemos, pois possuem um sentido que deciframos. São imóveis somente em aparência, pois as preferências e práticas se transformam e os transformam. A impressão de imobilidade predomina por períodos longos e se explica, ao mesmo tempo, pela natureza inerte das coisas físicas e pela relativa estabilidade dos grupos; no caso de Erechim esta imobilidade se expressa nas edificações e famílias antigas.

Os grupos estão ligados a um lugar, sendo justamente o fato de estarem próximos no espaço o que cria entre seus membros as relações sociais: uma família, um casal, pessoas que coabitam uma casa, habitantes de um bairro ou cidade. Esta é apenas uma das condições de existência desses grupos, mas uma condição essencial e aparente. A maioria dos grupos esboça de algum modo sua forma sobre o solo e encontra suas lembranças coletivas no contexto espacial. A estabilidade física do espaço, p.ex. uma casa e sua aparência, impõem ao grupo a imagem de sua continuidade. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, ou o grupo em si, que permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Assim se explica como as imagens do espaço desempenham um papel na memória coletiva: o lugar recebe a marca do grupo, e vice-versa, pois todas as ações do grupo podem ser traduzidas em termos espaciais.

Para Halbwachs (2006) cada aspecto do espaço tem um sentido que só é inteligível aos membros do grupo, pois todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outros tantos aspectos da estrutura e da vida social, pelo menos o que nela havia de mais estável. Neste sentido, a pesquisadora ter nascido em Erechim e ter vivido lá por muitos anos implicaram em certa facilidade no entendimento de determinados aspectos. Muitas de minhas memórias foram acionadas durante a pesquisa, mesmo lembranças que pareciam ter sido esquecidas, e, além disso, o partilhamento de vivências cotidianas em determinados lugares facilitou a reciprocidade com os informantes, p.ex. o fato de eu e os irmãos Rigoni termos estudado na mesma escola, o Colégio São José declarado patrimônio municipal, teve por consequência uma identificação e diversos comentários sobre as permanências e transformações verificadas naquela edificação.

Mas, para além da estabilidade, novos fatos têm lugar no contexto espacial e, quando ocorrem, o grupo toma consciência do que era há muito tempo e até aquele momento, e os laços que o prendem ao lugar lhe parecem mais nítidos. Esse sentimento foi notado em muitos erchinenses quando relatam suas opiniões sobre as demolições, em alguns casos os relatos revelam que os mesmos só passaram a valorizar certas edificações no momento em que sentiram sua ausência no espaço urbano. Sobre essas transformações, é fundamental ressaltar, que acontecimentos marcantes, como nascimentos, casamentos e mortes, sempre mudam as relações do grupo com o lugar, pois modificam o grupo. Assim, depois desses acontecimentos não será exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva, nem o mesmo ambiente material. Por exemplo, em relação aos herdeiros, a morte do patriarca trouxe novos significados à Casa Rigoni e resultou na venda da casa vizinha, que também era propriedade do patriarca.

No âmbito da cidade, os bairros e as edificações têm uma localização fixa não dando aos cidadãos a impressão de mudança, pois a aparência das ruas e das construções permanecerem idênticas. Desta forma, segundo Halbwachs (2006), existem poucas formações sociais tão estáveis e seguras quanto a cidade, onde há uma continuidade evidente da vida urbana. No entanto, deve-se levar em conta o fato de que os cidadãos prestam uma atenção desigual ao aspecto material da cidade, assim, enquanto alguns são sensibilizados pelo desaparecimento de uma rua ou de uma edificação, outros não notam sua falta. Na cidade, a diferenciação resulta de uma diversidade de usos e práticas, no entanto, enquanto os tempos de transformação do grupo e da aparência da cidade são muito diferentes. Certas práticas resistem às forças que

pretendem mudá-las permitindo entender até que ponto em um grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais. Um exemplo é a permanência da alfaiataria na Casa Rigoni, não apenas pela atividade em si, mas pelas relações que engendra como os senhores que visitam regularmente o Sr. Luiz, ao passar em frente à casa é comum ver três ou quatro senhores conversando, prática que eles mantêm há muitos anos.

As cidades se transformam ao longo do tempo, através de novos estilos arquitetônicos, planos urbanos, da preservação patrimonial etc. No entanto, é difícil modificar as relações que se estabelecem entre os homens e os espaços, sendo inevitável que as transformações em uma cidade incomodem, perturbem e desconectem alguns indivíduos em suas práticas. Assim, para se manifestar, a resistência deve emanar de um grupo, que mesmo depois das mudanças procura e em parte consegue reencontrar seu equilíbrio, como no caso de Erechim, onde há a manutenção das edificações antigas durante gerações. Portanto, a manutenção da materialidade e de práticas cotidianas se explica por uma rígida persistência do pensamento em certos espaços. Desta forma, não é correto dizer que para lembrar precisamos nos transportar em pensamento para fora do espaço, “pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente” (Halbwachs, 2006: 189).

Para que se preserve a materialidade das edificações antigas os órgãos patrimoniais recorrem ao tombamento, entretanto, como seu principal efeito jurídico é a obrigação de conservar a coisa tombada o mesmo é inadequado à preservação do fazer cultural, como tecnologias e modos de produção, já que não são coisas. Assim, para a proteção dos bens imateriais foi criado o instrumento de registro dessas práticas, o que pode ser estendido às memórias e aos laços familiares. Esses instrumentos de proteção patrimonial, tombamento e registro, se aplicados a bens representativos e valorizados pelo grupo, garantem a ressonância dos bens. A apropriação dos bens protegidos pela população também pode ser construída através de ações de divulgação e educação patrimonial, que devem ser voltadas tanto aos cidadãos e usuários quanto aos visitantes dos conjuntos patrimoniais. A manutenção de espaços urbanos, edificações e objetos antigos significativos; bem como a manutenção e o registro das práticas, dos laços familiares e das memórias que os envolvem são fundamentais à preservação patrimonial, uma vez que são alguns dos elementos de humanização dos lugares e das coisas, sendo o que os constrói e mantêm como patrimônios vivos.

Considerações Finais

O patrimônio cultural pode ser entendido como o passado ressignificado pelo presente, sendo importante ressaltar que os significados do passado e do presente se interceptam construindo redes de significados, cuja decifração é complexa. Buscando compreender essas redes, que são tanto institucionais quanto particulares, a pesquisa de campo buscou, a partir dos arranjos dos próprios *agentes*, identificar, descrever e refletir sobre diferentes aspectos, pontos de vista e cenários do exercício da cidadania, das práticas urbanas e dos rituais da vida pública em relação ao patrimônio cultural em Erechim.

Ao produzir um patrimônio histórico, artístico e cultural a Prefeitura Municipal cristaliza parte da história urbana, define uma imagem a ser reproduzida como marca da cidade e desencadeia a ressignificação dos espaços, o que interfere diretamente nas experiências cotidianas dos cidadãos. A imagem produzida através do conjunto patrimonial também diz respeito ao contexto em que a cidade está inserida: um mundo globalizado onde a competição entre cidades é acirrada e a atividade turística é colocada como uma importante fonte de renda. Apesar disso, as edificações antigas, patrimonializadas ou não, são o lugar da experiência cotidiana dos *agentes* que as mantém no espaço urbano, e que mesmo não estando efetivamente presentes nas discussões sobre a política de preservação são quem de fato conserva tais edificações e as humaniza.

A leitura da cidade realizada pelo poder municipal, que resultou na seleção do conjunto de bens apresentados no IPAC, pode ser comparada ao enfoque *de longe e de fora*, pois além de apoiada em critérios técnicos foi debatida apenas em um grupo restrito, o COMPHAC, sendo um tema obscuro ao restante da população. Por outro lado, esta pesquisa buscou um enfoque *de perto e de dentro* para uma reflexão sobre o patrimônio municipal. Assim, através da compreensão dos arranjos dos *agentes* e tendo a arquitetura como parte fundamental do recorte de análise foi possível descortinar o que desencadeia a preservação de edificações antigas no âmbito privado, além de compreender as práticas de preservação no âmbito institucional. Desta maneira, a pesquisa trouxe à tona diversos olhares sobre o patrimônio em Erechim e deixou evidente a necessidade de maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento da política de preservação municipal.

A política patrimonial em Erechim faz parte de uma ampla rede de influência constituída por diretrizes, normas e ações relativas à

preservação e elaboradas em diferentes instâncias: internacional, nacional, estadual, municipal. Assim, a preservação no âmbito institucional acontece em função das práticas dos agentes da ação pública, no caso a PME, e de outros órgãos responsáveis, como o IPHAE. Mas, essas ações só são possíveis porque existe a preservação no âmbito privado, que conserva as edificações em suas características e as mantém no espaço urbano. As ações de preservação no âmbito privado, realizadas pelos proprietários e usuários, são fundamentadas em práticas cotidianas, laços familiares e memórias que envolvem as edificações, e são fundamentais para o sucesso da preservação, especialmente no que diz respeito à recepção das políticas estatais e a apropriação e ressonância dos bens patrimoniais. Portanto, como acontece em Erechim, é fundamental a integração entre o planejamento urbano, as políticas culturais e turísticas e a política de preservação, pois é isso que garante a harmonia do espaço urbano e a coerência legislativa, além de facilitar a fiscalização.

As políticas de preservação são desenvolvidas em três etapas: produção, proteção e recepção. Em Erechim, a produção do conjunto de bens patrimoniais teve início com a aprovação de leis que declararam certos lugares e uma festa religiosa como bens municipais, e culminou na elaboração do IPAC, que lista edificações e lugares passíveis de tombamento. Apesar de ser um sítio cultural recente, todos os estilos arquitetônicos indicados no IPAC são reconhecidos pelo IPHAN em outras cidades brasileiras, fato que insere o conjunto patrimonial erechinense em uma rede de sentidos ampla, que se refere à identidade e à memória nacional. No texto do inventário, na lista de bens e nos relatos dos técnicos responsáveis fica evidente a hierarquia entre os bens arquitetônicos, sendo que entre as categorias destacadas o Art Déco é entendido como “estilo principal”, ou de maior destaque. No entanto, a pesquisa de campo e a dissertação buscaram explorar e evidenciar a importância da Arquitetura de Madeira na cidade, que se refere ao modo de construir dos imigrantes italianos na região.

A produção e a proteção dos bens patrimoniais em Erechim têm ocorrido de maneira simultânea, visto que foi através das leis de proteção que o conjunto começou a ser formado. No entanto, as edificações que constam no IPAC ainda não são protegidas por lei, que está tramitando entre os poderes executivo e legislativo. A lei de tombamento, apesar de ter não sido oficialmente aprovada, têm gerado diferentes práticas, opiniões, desejos e expectativas entre os cidadãos, especialmente entre os proprietários e usuários das edificações antigas. É importante, que o poder público busque compatibilizar seus interesses

de preservação aos interesses dos particulares, pois a preservação além de conservar a história urbana e o legado cultural para as futuras gerações deve permitir a continuidade do desenvolvimento da cidade.

Buscando revelar os arranjos dos *agentes*, a pesquisa de campo revelou que apesar de muitos cidadãos serem contra a preservação no âmbito institucional a exercem no âmbito privado, e que muitos gostariam que a preservação exercida no âmbito privado também fosse exercida no âmbito institucional em relação a determinadas construções, consideradas importantes referenciais urbanos. Outros cidadãos não se importam com as edificações antigas, ao contrário, gostariam que fossem todas demolidas para a construção de edificações contemporâneas. Entre os que concordam com a preservação a maioria acredita que o tombamento não seja o caminho ideal, pois o mesmo restringe o direito de propriedade impedindo ganhos econômicos. Sobre estas opiniões é interessante notar que os erechinenses não veem as edificações patrimonializadas como geradoras de ganhos econômicos, assim como acontece em muitas cidades no mundo. Para a maioria dos proprietários o tombamento apenas impediria os lucros através da construção civil, pois descartam possibilidades como a atividade turística, tão valorizada pelos agentes da ação pública.

A recepção da política de preservação patrimonial diz respeito à forma como os cidadãos adéquam ou não suas práticas em função das leis de proteção, bem como a maneira como seus objetivos, opiniões, desejos e expectativas se associam a tal política. Portanto, é fundamental que os agentes da ação pública se aproximem da população como forma de amparar suas ações, para que se alcancem os efeitos desejados. Por exemplo, a pesquisa de campo evidenciou o temor que a maioria dos cidadãos sente em relação ao tombamento, o que chega a transformar o tema em tabu. Isso demonstra o quanto estão mal informados sobre o processo, além de revelar que as terminologias atreladas a ele são desconhecidas ou mal entendidas, fato comprovado na confusão entre os significados de termos fundamentais como preservação, conservação e tombamento, que são entendidos pela maioria como sinônimos.

Apesar do compromisso explicitado no IPAC de informar os cidadãos sobre o processo de patrimonialização, são poucas as informações oficialmente repassadas à população, que fica a mercê de rumores e boatos. As consequências vão desde descaracterizações através de reformas e ampliações, que buscam garantir mudanças desejadas pelos proprietários; até demolições que, em sua maioria, são realizadas durante a madrugada fazendo com que as edificações antigas literalmente desapareçam da noite para o dia. O desejo de ganho

econômico com os terrenos tem sido o principal fator de substituição de edificações antigas, que na maioria das vezes têm cedido espaço aos prédios em altura, os quais parecem sufocar as demais edificações. Assim, a falta de informações sobre a preservação e seus instrumentos, e a falta de diálogo entre os técnicos e a população geram preocupação entre os proprietários e acabam por acelerar o processo de demolições, justamente o que a preservação patrimonial pretende combater. Por outro lado, há certa desconfiança por parte dos agentes da ação pública, que temem que o número de reformas, descaracterizações e demolições cresça em função do tombamento, tanto que a lista do IPAC foi publicizada apenas junto aos membros do COMPHAC e a obtenção de informações sobre o processo sempre foi muito difícil.

Para que a política de preservação tenha sucesso, encontrando uma recepção positiva entre os cidadãos e gerando a apropriação dos bens de maneira adequada, é fundamental que os agentes da ação pública levem em conta os objetivos, opiniões, desejos e expectativas dos proprietários e usuários. Bem como é muito importante que estes compreendam e valorizem a função social que as edificações antigas desempenham na cidade. Para tanto, a educação patrimonial parece um meio adequado de instrução e de diálogo, que pode colocar os diversos *agentes do campo* patrimonial em contato. Esta forma de proceder facilitaria a ressonância dos bens junto aos cidadãos, o que pode garantir a democratização das ações institucionais e sua aceitação pelos cidadãos e grupos de interesse.

O destaque dado a Arquitetura de Madeira foi em função da própria situação de campo, quando após a desnaturalização do seu olhar a pesquisadora pode perceber a riqueza e a diversidade de exemplares desta tipologia, que representa a manutenção e as transformações de um modo de fazer característico da época de implantação de Erechim. Por mais difícil que seja a manutenção das edificações de madeira e mesmo que, na maior parte dos casos, tenham um *status* inferior quando comparadas as de alvenaria, sua preservação é evidente na cidade. Estas edificações, tratadas como síntese entre os conceitos de patrimônio material e imaterial, reúnem em si essas duas dimensões, pois além de ser alvo da política de preservação, são representantes do modo de construir dos imigrantes italianos, lugares de experiências cotidianas e tratadas como uma marca da cidade, através da imagem do Castelinho. Algumas dessas edificações, como a Casa Rigoni, podem ser consideradas como um patrimônio vivo, pois são conservadas, principalmente, em função das práticas, dos laços familiares e das memórias que também as humanizam.

Através do estudo em profundidade realizado na Casa Rigoni foi possível compreender como se dá a preservação no âmbito privado, o que permitiu que fossem destacados os elementos que a fundamentam. Com este exemplo também foram analisados os sentidos de preservação e tombamento, tema controverso entre os cidadãos erechinenses. A pesquisa nesta casa permitiu à pesquisadora compreender a história da casa e da família; as transformações da mesma, do espaço urbano e da vizinhança; e os hábitos dos moradores; além de vivenciar e observar o espaço e as práticas de seus moradores. A preservação efetivada pelos irmãos Rigoni não se restringe a materialidade da casa e de objetos em seu interior, eles também conservam modos de praticar da época em que seus progenitores eram vivos, sendo o exemplo mais significativo o ofício do patriarca que é mantido por um de seus filhos. A conservação da materialidade também representa a manutenção de aspectos relativos aos laços familiares e as memórias que a envolvem.

Sobre as relações familiares, é importante destacar que elas foram fundamentais não apenas para o entendimento do objeto, como também para o próprio desenvolvimento da pesquisa. Os laços familiares são centrais na preservação de edificações antigas; estão evidenciados no IPAC, onde algumas edificações são identificadas em relação às famílias que as possuem; além de terem sido um importante meio de acesso e contato com os informantes em geral, não apenas proprietários e usuários, como também agentes da ação pública. A confiança e reciprocidade dos informantes também foram determinadas por essas relações, o conhecimento, ou ao menos, a identificação de minha família, facilitou a permissão para que eu entrasse nas casas e gerou certa mudança de comportamento de algumas pessoas. Os laços familiares também se mostraram importantes no que diz respeito às pessoas que visitam a cidade, muitos dos turistas se deslocam até Erechim para visitar os parentes que lá residem.

A atividade turística em Erechim está atrelada ao planejamento urbano, às ações estaduais e às parcerias com outras Prefeituras; e é colocada como uma das justificativas da preservação patrimonial. Isso cria uma marca distintiva da cidade em um mundo globalizado, ou seja, uma imagem que acirra a competitividade com outras cidades na disputa por eventos e visitantes. Assim, o patrimônio cultural é inserido em roteiros turísticos que podem levar tanto a sua valorização e conservação, quanto podem acarretar em conflitos e tensões. O potencial turístico do patrimônio em Erechim vem sendo explorado pela PME há muitos anos, o que pôde ser verificado através do material de divulgação turística da cidade. As informações contidas nessas publicações revelam

a visão dos agentes da ação pública e uma imagem generalizada da cidade, condizente com opiniões individuais e coletivas. Havendo uma multiplicidade de olhares sobre os espaços é importante que o turismo se preocupe não apenas com os visitantes, mas também com os usuários, que lidam com a preservação “vivendo” nas edificações. Por ser um tipo específico de consumo da cidade, as ações ligadas à educação patrimonial devem ser voltadas aos visitantes e cidadãos, buscando o equilíbrio entre valorização e mercantilização dos bens e enfatizando o patrimônio como lugar das experiências cotidianas.

O patrimônio cultural é usado como marca distintiva de Erechim, especialmente o Castelinho e o prédio da PME. O plano urbano, apesar de sua importância histórica no contexto da construção de cidades e de ser uma marca distintiva, não é mencionado no IPAC nem no material turístico. As edificações em estilo Art Déco são amplamente tratadas como marca, no entanto, nenhuma ação de conservação tem sido realizada. A Arquitetura de Madeira também poderia ser valorizada neste sentido, pois se insere no quadro amplo da imigração italiana no Brasil. As diversas etnias colonizadoras da região, apesar de já serem evidenciadas como marca da cidade, poderiam ter um tratamento que valorizasse sua multiplicidade, diferente do que tem ocorrido, pois apenas alguns dos grupos de imigrantes são incluídos nessa concepção, a saber: italianos, poloneses e alemães.

O entendimento do patrimônio como experiência cotidiana é importante não apenas para a democratização dos benefícios trazidos por essa prática, como também para a divisão dos ônus que a acompanha. Entre os cidadãos erechinenses as múltiplas leituras possíveis sobre o patrimônio variam em função dos *campos* que cada indivíduo participa como *agente*, portanto, suas práticas particulares e públicas, seus laços familiares e memórias fazem parte de uma rede complexa de significados, que devem ser discutidos e negociados de maneira ampla. Assim, o patrimônio deve tornar-se uma questão de todos, sendo ressaltado o direito de todos os seus habitantes à criação, à ocupação dos lugares e à sua estética, o que os faz recuperar seus direitos de autores da cidade.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Regina (2007). Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, SC: Nova Letra.
- ALTHOFF, Fátima (2008). *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.
- ANICO, Marta (2005). A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 71-86, jan/jun.
- ANTUNES, Camila Sissa (2009). *Do passeio na avenida à balada no prolonga: sociabilidade no espaço público. O caso da Avenida Getúlio Vargas, Chapecó (SC)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- ARANTES, Antônio A. (2000). A guerra dos lugares, mapeando zonas de turbulência. In: _____. *Paisagens Paulistas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial. Coleção Espaço e Poder.
- _____ (2002). Cultura, ciudadanía y patrimonio en América latina. In: LACARRIEU, M. e ÁLVAREZ, M. (org). *La (indi)gestión cultural: una cartografía de los procesos culturales contemporâneos*. Buenos Aires: Ed. Ciccus, Ed. La Crujía.
- _____ (2009). Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org). *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A.
- BARREIRA, Irllys (2009). Narrativa de Lisboa. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org). *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A.

- BELLO, Helton (1997). *O ecletismo e a imagem da cidade: caso Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.
- BELTRÃO, Jane; CAROSO, Carlos (2007). Patrimônio, linguagens e memória social. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, SC: Nova Letra.
- BENEVOLO, Leonardo (1989). *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva
- BENTANCUR, Paulo; *et all* (1999). *Erechim: no coração do MERCOSUL*. Erechim: Edelbra.
- BO, João Batista Lanari (2003). *Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados*. Brasília: UNESCO.
- BOURDIEU, Pierre (1992). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____ (2011) [1994]. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11 ed. Campinas, SP: Papiрус.
- _____ (2005). *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva.
- BRUAND, Yves (1981). *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- BRUGALLI, Ana (2003). *Art Déco e as manifestações na arquitetura de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa Pós-Graduação em Arquitetura.
- CALVINO, Italo (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTELLS, Alicia Norma González de (1987). *Os hábitos não esquecidos a recriação da casa COHAB nas mãos do povo*.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CASTELLS, Alicia Norma González de (1999). Vida Cotidiana sob a Lente do Pesquisador: O valor Heurístico da Imagem. *Antropologia em Primeira Mão*. PPGAS – UFSC. n. 38.

_____. (2001). *A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

_____. (2006). A cor do lugar: o Sertão do Valongo como patrimônio cultural. *Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, v.8 n. 2. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC. p.417-40.

_____. (2010). La inmaterialidad del mundo de los sectores subalternos. In: HERNÁNDEZ, J.; ROTMAN, M.; CASTELLS, A. (org). *Patrimonio y cultura en América Latina: nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales*. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara.

CASTELLS, Alicia N. G. de; GODOY, Clayton P. F. (org) (2008). *Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão do Valongo*. Florianópolis: IPHAN/11ª Superintendência Regional.

CERTEAU, Michel de (2008) [1980]. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (2008) [1980]. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

CHOAY, Françoise (2006) [1992]. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP.

COFFY, Gabriela Barp (2011). *Tombamento: A Compatibilização do Interesse do Proprietário do Bem Imóvel com o Interesse de*

Proteção ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, com ênfase no Município de Erechim/RS. Monografia (Especialização) Universidade Anhanguera-Uniderp, Curso de Pós-Graduação em Direito do Estado.

DA MATTA, Roberto (1978). O Ofício de Etnólogo, ou como Ter "Anthropological Blues". In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

DURKHEIM, Émile (1989). *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o Sistema Totêmico da Austrália*. São Paulo: Paulinas.

FONSECA, Maria Cecília Londres (2009) [1997]. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

FRANKLIN, A. (2001). The Tourist Gaze and beyond. An interview with John Urry. *Tourist Studies*. London, v.1 (2); 115-31.

FÜNFELT, Karla (2004). *História da Paisagem e Evolução Urbana da Cidade de Erechim – RS*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

GAGLIARDI, Clarissa (2009). Turismo e cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org). *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A.

GARCEZ, Neusa (2008). *Marcos do colonizador: o “Castelinho” e a Casa*. Erechim: EdiFapes.

GEERTZ, Clifford (2011) [1973]. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

GIDDENS, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

GOLDENBERG, Mirian (2004) [1997]. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (1996). *Retórica da perda*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

_____ (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun, p. 15-36.

_____ (2007). Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, SC: Nova Letra.

GUTIERREZ, Ramón (1992). Responsabilidades frente al patrimonio arquitectónico y urbano. In: Congresso Latino Americano sobre a Cultura Arquitetônica e Urbanística. *Anais*. Porto Alegre:UFRGS

HACHMANN, Rosely (2007). *Resgate e Preservação da Memória Urbana e Arquitetônica do Centro Histórico de Erechim*. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Curso de Pós-Graduação, Patrimônio Cultural em Centros Urbanos.

HALBWACHS, Maurice (2006) [1968]. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

HUISSSEN, Andreas (2000). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. (1998). *Destination culture: tourism, museums and heritage*. Berkeley, CA: University of California Press.

JEUDY, Henri-Pierre (2005). *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

LEFEBVRE, Henri (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEITE, Rogerio Proença (2007). *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS.

- LIMA FILHO, Manuel; ABREU, Regina (2007). A Antropologia e o patrimônio cultural no Brasil. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, SC: Nova Letra.
- LIMA FILHO, Manuel (2006). Goiânia uma cidade patrimonial? *Ilha – Revista de Antropologia*. Florianópolis, v.8 n. 2. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC. p.257-73.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.17, n.49, p.11-29.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978). *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*, 2.ed. São Paulo: Abril Cultural. Coleção Os Pensadores.
- MAUSS, Marcel (2003) [1950]. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. p. 183-314.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer (2008). *O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.
- MENEGATI, Altair José; et al (2000). *Álbum fotográfico da história de Erechim*. Erechim: Editora Edelbra.
- MENEGUELLO, Cristina (2009). Espaços e vazios urbanos. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org). *Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A.
- NARDI, Letícia (2011). *Centro histórico de Paranaguá-PR: usos e sentidos na cidade contemporânea*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

- PACHECO, Larissa (2010). Entre "nativos" e "de fora" estudo etnográfico sobre nuances identitárias no Centro Histórico de cidade litorânea no sul do Brasil, Garopaba/SC. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- PESAVENTO, Sandra (2002). *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- PETERLINI, Claudia Regina (2012). *A (Re)Construção de um Lugar: Planejamento e Apropriação do Espaço no Setor Histórico de Curitiba*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.
- POLLAK, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*. n. 3. Rio de Janeiro: Ed. Vértice.
- _____ (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212.
- RABELLO, Sonia (2009). *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN.
- RODRIGUES, Rafael de Oliveira (2011). *Nos tempos dos “Charutos prateados”*: um olhar etnográfico sobre a construção de uma antiga base de Zeppelins como um lugar de referência histórica no Recife. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- ROSA, Joal (2008). *Agenda Erechim 2018*. Erechim, RS: Graffoluz.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (2003). A construção social da memória. In: _____. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume.
- SCHWERZ, João Paulo (2009). *Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)*.

Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia (2007). Educação patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, M.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (org). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau, SC: Nova Letra.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA FILHO, Manuel Ferreira (2005). Por uma antropologia do objeto documental: entre a “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun, p. 37-50.

VELHO, Gilberto (1978). Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____ (2006). Patrimônio, negociação e conflitos. *Mana*. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.237-248.

VICENTE, Eva (2009). Economia do patrimônio. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (org). *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina S.A.

WEIMER, Günter (2004). *Origem e evolução das cidades Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto.

ZUKIN, Sharon (2000). Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio (org). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papyrus.

Outras fontes consultadas

Internet

IBGE | www.ibge.gov.br

IPHAE | www.iphae.rs.gov.br

IPHAN | www.iphan.gov.br

PME | www.pmerechim.rs.gov.br

SETUR | www.turismo.rs.gov.br

UNESCO | www.unesco.org

Documentos e Leis

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de novembro de 1972.

_____. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de outubro de 2003.

BRASIL. Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

_____. Decreto-Lei nº 3.551 de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.231 de 18 de dezembro de 1978. Dispõe sobre o Patrimônio Cultural do Estado.

_____. Portaria nº 04 de 07 de março de 1991. Tombamento do prédio conhecido como “Castelinho”, situado à Praça da Bandeira, s/n, na cidade de Erechim.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.229 de 26 de novembro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Erechim.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Lei nº 3.311 de 19 de setembro de 2000. Considera patrimônio histórico e cultural do Município, a mancha ferroviária de Erechim.

_____. Lei nº 3.409 de 31 de outubro de 2001. Declara a Romaria de Nossa Senhora de Fátima, bem imaterial integrante do patrimônio cultural do Município de Erechim.

_____. Lei nº 3.527 de 06 de dezembro de 2002. Declara o CTG Galpão Campeiro, patrimônio cultural do Município de Erechim.

_____. Lei nº 3.564 de 01 de abril de 2003. Declara o Centro Educacional São José, patrimônio cultural do Município de Erechim.

_____. Lei nº 4.066 de 24 de outubro de 2006. Autoriza o Poder Executivo Municipal a auxiliar eventos declarados por lei, como bens imateriais, integrantes do patrimônio cultural do Município de Erechim.

_____. Lei nº 4.176 de 08 de agosto de 2007. Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

_____. Lei nº 4.248 de 12 de dezembro de 2007. Institui a proteção ao patrimônio histórico artístico e cultural do Município de Erechim.

_____. Lei nº 4.249 de 12 de dezembro de 2007. Altera os dispositivos das Leis Municipais 3.918 e 3.919, ambas de 09 de dezembro de 2005, para criar o Departamento de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

_____. IPAC – Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Erechim, de 19 de agosto de 2009. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, Departamento de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico.